



UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
LETRAS: ESTUDOS DA LINGUAGEM

DAIMAN OLIVEIRA DA COSTA

**SEMÂNTICA DAS METÁFORAS: uma análise cognitivo-discursiva dos processos de
metaforização atuantes na esfera política brasileira entre 2013 e 2016**

MARIANA/MG

2018

DAIMAN OLIVEIRA DA COSTA

SEMÂNTICA DAS METÁFORAS: uma análise cognitivo-discursiva dos processos de
metaforização atuantes na esfera política brasileira entre 2013 e 2016

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Letras: Estudos da Linguagem, como requisito
parcial para obtenção do título de mestre em Estudos da
Linguagem.

Linha de pesquisa: Tradução e práticas discursivas.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Henrique Aguiar Mendes

MARIANA/MG

2018

C837s Costa, Daiman Oliveira da.
Semântica das metáforas [manuscrito]: uma análise cognitivo-discursiva dos processos de metaforização atuantes na esfera política brasileira entre 2013 e 2016 / Daiman Oliveira da Costa. - 2018.
95f.: il.: color; diagr.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Henrique Aguiar Mendes.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Departamento de Letras. Programa de Pós-Graduação em Letras.
Área de Concentração: Estudos da Linguagem.

1. Metáfora. 2. Cognição. 3. Análise do discurso. I. Mendes, Paulo Henrique Aguiar. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU: 81'3(043.3)



DAIMAN OLIVEIRA DA COSTA

***SEMÂNTICA DAS METÁFORAS: UMA ANÁLISE COGNITIVO-
DISCURSIVA DOS PROCESSOS DE METAFORIZAÇÃO ATUANTES NA
ESFERA POLÍTICA BRASILEIRA ENTRE 2013 E 2016***

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Letras: Estudos da Linguagem da UFOP como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Letras, linha de pesquisa Tradução e Práticas Discursivas. Aprovada em 05 de abril de 2018 pela Comissão Examinadora constituída pelos membros:

**Prof. Dr. Paulo Henrique Aguiar Mendes
(Orientador da pesquisa)
Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP**

**Prof. Dr. William Augusto Menezes
Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP**

**Prof. Dr. Hugo Mari
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC-MG**

AGRADECIMENTOS

Ao Verbo, pela gênese.

À Dona Sônia, pelo porto seguro.

À UFOP, pelo terreno próspero.

Ao Paulo, pelas lentes novas.

Aos companheiros de sinuca, pelo oásis.

Alô, alô, marciano! A crise tá virando zona!
Cada um por si e todo mundo na lona,
E lá se foi a mordomia.
Tem muito rei aí pedindo alforria,
Porque tá cada vez mais *down the high society*...



RESUMO

Desde a década de 1980, os estudos que se dedicam a avaliar as relações entre pensamento e linguagem têm se expandido de modo notável e, inevitavelmente, implicam um diálogo direto com outras áreas do conhecimento. Sendo assim, a presente dissertação é produto de uma investigação que se propôs a analisar como determinados recursos da linguagem, articulados por meio do discurso, são capazes de impactar a interpretação da experiência factual, influenciar o comportamento dos receptores e, até mesmo, impulsionar reconfigurações na esfera política. Para tanto, priorizou-se a análise dos principais processos de metaforização atuantes na esfera política brasileira entre 2013 e 2016, com o intuito de mapear o funcionamento semântico-cognitivo, a atuação discursiva e as implicações pragmáticas de determinadas metáforas que, amplamente difundidas, tiveram significativa e recorrente participação no discurso das manifestações populares e na narrativa midiática sobre a conjuntura política deste período. Portanto, a análise realizada é interdisciplinar e divide-se em três partes. O primeiro capítulo intitula-se *A experiência pela via da linguagem* e disserta sobre os modos de apreensão e representação da realidade por meio dos recursos facultados pela linguagem e, também, introduz uma breve análise sobre a crise político-econômica brasileira. O segundo capítulo intitula-se *Metáfora e metaforização* e concentra-se em delimitar o referencial teórico utilizado pela pesquisa. Por fim, o terceiro capítulo, intitulado *A metaforização na esfera política*, dedica-se a rastrear e avaliar as referências, as estratégias e os impactos das metáforas selecionadas. Com isso, objetivou-se a realização de uma análise qualitativa das metáforas e de seus efeitos pragmáticos sobre a interpretação da experiência em um determinado período sócio-histórico e concluiu-se que a metaforização, além de ser um dos recursos semântico-cognitivos mais essenciais da existência humana, foi utilizada como estratégia discursiva para fomentar reconfigurações políticas no período em questão.

PALAVRAS-CHAVE: Metáfora. Cognição. Análise do discurso.

ABSTRACT

Since the 1980s, the studies devoted to evaluate the relationship between thought and language have expanded remarkably and, inevitably, involve direct dialogue with other areas of knowledge. Thus, the present dissertation is the product of an investigation that aims to analyze how certain language resources, articulated through discourse, are capable of impacting the interpretation of factual experience, influencing the behavior of the receivers and, even, boosting reconfigurations in the political sphere. In order to do so, it was prioritized the analysis of the main processes of metaphorization in the Brazilian political sphere between 2013 and 2016, with the aim of mapping the semantic-cognitive functioning, the discursive performance and the pragmatic implications of certain metaphors which, widely disseminated, had a significant and recurrent participation in the discourse of popular manifestations and in the media narrative about the political conjuncture of this period. Therefore, the analysis performed is interdisciplinary and is divided into three parts. The first chapter is entitled *A experiência pela via da linguagem* and discusses the modes of apprehension and representation of reality through the resources provided by language and, also, introduces a brief analysis of the Brazilian political-economic crisis. The second chapter is titled *Metáfora e metaforização* and focuses on delimiting the theoretical reference used by the research. Finally, the third chapter, entitled *A metaforização na esfera política*, is devoted to tracking and evaluating the references, strategies, and impacts of the selected metaphors. Thereby, the aim of this study was to perform a qualitative analysis of the metaphors and their pragmatic effects on the interpretation of experience in a given socio-historical period and it was concluded that metaphorization, besides being one of the most essential semantic-cognitive resources of human existence, was used as a discursive strategy to foment political reconfigurations in that period.

KEY-WORDS: Metaphor. Cognition. Discourse analysis.

LISTA DE IMAGENS

FIGURA 1: Modelo da arquitetura dos espaços.....	37
FIGURA 2: Cartaz “O gigante acordou,” em 1964.....	41
FIGURA 3: Publicidade “O gigante acordou”, em 2013	45
FIGURA 4: Cartaz “O gigante acordou” e “#vem pra rua”, em 2013	46
FIGURA 5: Análise das metáforas 3.1.1 e 3.1.2 aplicada ao modelo da arquitetura dos espaços.....	47
FIGURA 6: Cartaz “Padrão FIFA”, em 2014	50
FIGURA 7: Análise da metáfora 3.1.3 aplicada ao modelo da arquitetura dos espaços.....	52
FIGURA 8: Análise da metáfora 3.2.1 aplicada ao modelo da arquitetura dos espaços.....	59
FIGURA 9: Publicidade da campanha da FIESP, em 2015	62
FIGURA 10: Análise da metáfora 3.2.2 aplicada ao modelo da arquitetura dos espaços.....	64
FIGURA 11: Charge “1964 X 2016”, em 2016	68
FIGURA 12: Análise da metáfora 3.2.3 aplicada ao modelo da arquitetura dos espaços.....	70
FIGURA 13: Charge “O Pato de Troia”, em 2016.....	75
FIGURA 14: Análise da metáfora 3.2.4 aplicada ao modelo da arquitetura dos espaços.....	76
FIGURA 15: “Tchau, querida”, em 2016.....	77

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
CAPÍTULO 1: A EXPERIÊNCIA PELA VIA DA LINGUAGEM.....	12
1.1 Ler o mundo.....	12
1.2 A crise político-econômica brasileira	18
CAPÍTULO 2: METÁFORA E METAFORIZAÇÃO.....	27
2.1 A metáfora e a semântica do discurso	27
2.2 Metaforização: processamentos cognitivos e efeitos pragmáticos	33
CAPÍTULO 3: A METAFORIZAÇÃO NA ESFERA POLÍTICA	39
3.1 As metáforas do período 2013/2014: referências, estratégias e impactos	40
3.1.1 O gigante acordou	40
3.1.2 Vem pra rua.....	46
3.1.3 Educação e saúde padrão FIFA.....	49
3.1.4 Sete a um (7 a 1)	54
3.2 As metáforas do período 2015/2016: referências, estratégias e impactos	57
3.2.1 Pedalada Fiscal.....	57
3.2.2 Não vou pagar o pato	61
3.2.3 <i>Impeachment</i> é golpe	66
3.2.4 O Pato de Troia	71
CONSIDERAÇÕES FINAIS	78
REFERÊNCIAS	83
ANEXO DE METADADOS.....	84

INTRODUÇÃO

Este trabalho nasce de uma obstinada curiosidade pelo estudo das relações entre pensamento e linguagem – quiçá o “casamento” mais elementar, fecundo e dialógico da existência humana – e apoia-se na esfera política para dissertar sobre o funcionamento e os impactos do discurso sobre o processamento mental da experiência e a interpretação de um determinado contexto socio-histórico. Para tanto, a pesquisa destina-se a analisar o funcionamento semântico-cognitivo, a atuação discursiva e as implicações pragmáticas dos processos de metaforização presentes no cenário político brasileiro entre os anos de 2013 e 2016, com o objetivo de evidenciar como determinadas metáforas foram utilizadas como estratégias discursivas, tanto no discurso de manifestações populares quanto na(s) narrativa(s) midiática(s), para tentar conduzir a interpretação da conjuntura política, impactar a experiência e, por fim, potencialmente influenciar o comportamento dos receptores. Não obstante, entende-se, ainda, que estes processos foram extremamente significativos para reconfigurações de ampla magnitude no cenário político brasileiro, sobretudo devido à intensa turbulência que destituiu o Partido dos Trabalhadores (PT) da presidência do país, em 2016. Portanto, pretende-se desenvolver uma leitura crítica da esfera política brasileira no período em questão e, não obstante, contribuir para o avanço dos estudos científicos. Assim, a metaforização ocupa lugar privilegiado na análise, a qual engloba os domínios da Semântica, da Cognição, do Discurso e da Pragmática para identificar e avaliar com profundidade como estes processos podem interferir diretamente na esfera política.

Sendo assim, a princípio importa considerar brevemente a íntima parceria entre pensamento e linguagem, para então afunilar a discussão sobre as diversas potencialidades oriundas dessa união. De fato, se a linguagem humana é a faculdade mais sofisticada de nossa existência e a grande responsável por aprimorar os processos cognitivos, o pensamento é, via de regra, abastecido pelos recursos dela extraídos. Na verdade, há um desenvolvimento gradual da cognição humana até que se estabeleça um intelecto plenamente consolidado e estável – ainda que em cíclica e eterna atualização. Para algumas teorias psicolinguísticas¹, é a partir do contato com uma língua que a linguagem vai se tornando mais desenvolvida e

¹ Vygotsky (2008), em especial, sugere um processo de evolução cognitiva gradual, que se divide em quatro estágios: (i) fala pré-intelectual e pensamento pré-verbal; (ii) psicologia ingênua, ou seja, uma espécie de “inteligência prática”; (iii) domínio de signos exteriores, em consonância à incorporação de mecanismos como categorização e referenciação; e, por fim, (iv) crescimento interior, no qual estas operações são internalizadas e desenvolve-se o intelecto. Desse modo, observa-se que o contato com um sistema linguístico alavanca a complexidade e a lapidação do pensamento.

complexa, afinal, recursos linguísticos como a categorização e a referenciação, propriamente desenvolvidos em contato com um sistema linguístico, tornam-se fundamentais para gerenciar e processar as conexões realizadas pela via do intelecto. Ou seja, nosso pensamento se alimenta dos recursos oferecidos pela língua – e aperfeiçoados pela maturação da linguagem – para atingir seu pleno desenvolvimento. Portanto, em termos gerais, pensamento e linguagem são uma via de mão dupla sobre a qual o intelecto encontra margem para se expandir e se complexificar.

Sendo assim, destaca-se a metaforização, entendida como fenômeno básico do processamento mental da linguagem. A princípio, sublinhe-se que o funcionamento semântico da metáfora é produto de uma empreitada discursiva que dissolve a incompatibilidade entre significados distintos e impulsiona o desenvolvimento de novos efeitos de sentido, ao prescindir do significado estável atribuído ao signo e acessar os campos semânticos que contêm os elementos característicos de cada um dos termos articulados para, a partir disso, compartilhar suas propriedades. Não obstante, na perspectiva das teorias da Cognição, em especial das contribuições de Lakoff e Johnson (2002), esta é igualmente a logística do processamento mental da linguagem. Assim, a metaforização é um processo semântico-cognitivo que acessa e articula domínios conceituais do pensamento para processar e interpretar a realidade, ou seja, para produzir sentido. Desse modo, evidentemente torna-se um valioso recurso da linguagem e do pensamento. Além disso, vale lembrar que o “gatilho” de todo este funcionamento é a língua, isto é, estruturas linguísticas ativam o processamento mental por meio de conexões e compartilhamentos entre campos semântico-cognitivos. Logo, determinadas escolhas linguísticas definitivamente orientam quais domínios semânticos e mentais serão ativados; daí a importância em se considerar os impactos destas escolhas sobre a interpretação de um determinado contexto.

Sendo esta uma questão de estratégia, a esfera política se apresenta como um valioso terreno para análise, especialmente se vinculada a um contexto situacional específico, como no caso da presente pesquisa. O cenário político brasileiro, especificamente entre 2013 e 2016, foi palco da atuação discursiva de metáforas engenhosas, que foram significativamente participativas em reconfigurações na esfera política, pois, discursivamente, lograram impactar a experiência e a interpretação da realidade – como adiante se pretende demonstrar. Entende-se, com isso, que a metaforização, além de ser uma ferramenta elementar do pensamento, pode se tornar uma eficiente estratégia discursiva e assumir lugar de destaque no

discurso político. De fato, a interpretação de um determinado contexto já é, de certa forma, uma experiência discursiva, afinal, produzir sentido é um exercício cognitivo que promove articulações semânticas muitas vezes “facilitadas” por meio do discurso, mediante a difusão de modos de representação da realidade. Em outros termos, o discurso é uma espécie de percurso semântico que pode ser elaborado para conduzir a interpretação da realidade e, desse modo, evidentemente tem significativa participação sobre a experiencição de um determinado contexto situacional. Nessa perspectiva, portanto, produzimos sentido porque somos seres semânticos – acessamos nossas memórias para processar e interpretar a experiência – no entanto, esse movimento dialético não é autônomo, independente, mas mediado pelo discurso, cujo objetivo, geralmente, é orientar essa trajetória. Dessa forma, entende-se que determinadas estratégias discursivas, como as que serão analisadas ao longo da pesquisa, podem ser idealizadas para difundir uma interpretação previamente elaborada da realidade e, com isso, produzir efeitos pragmáticos capazes de impactar as configurações e gerir o funcionamento de uma sociedade. O discurso político, nesse sentido, é uma ferramenta essencial da gestão social e reflete e refrata as relações de poder intrínsecas a este funcionamento.

Com efeito, investigar fenômenos políticos pela via dos estudos da linguagem implica enxergar no caráter social da língua um eficiente mecanismo de exercício de poder, que atua não apenas a nível comunicativo, mas também a nível cognitivo. Isto é, as interlocuções entre sujeitos são práticas sociais, cuja articulação dos efeitos de sentido responsáveis pela interpretação é processada pelos domínios do pensamento e, por isso, as relações de poder embutidas nesta comunicação se projetam sobre as configurações subjetivas dos sujeitos, afetando, assim, seus modos de interpretar o mundo e suas próprias ações. Além disso, entende-se que determinadas dimensões das relações sociais, realizadas por meio da língua, podem produzir impactos que ultrapassam os limites da interatividade entre interlocutores e alcançar níveis capazes de interferir diretamente no funcionamento orgânico da sociedade. Ora, fracionada em sujeitos, classes e grupos, a sociedade é gerida por engrenagens políticas que, via interação discursiva, são responsáveis por controlar seu funcionamento. Sendo assim, os processos de produção e recepção do discurso são visivelmente relevantes na dialética das configurações políticas de uma determinada sociedade e, por isso, tornam-se epicentro das relações sociais – e, conseqüentemente, assumem papel fundamental na análise aqui proposta. Não obstante, sublinhe-se, desde já, que a investigação da esfera política implicada na pesquisa não pretende exaustivamente esmerilhar análises de conjuntura na totalidade do

período selecionado, embora seja necessário recapitular episódios importantes da democracia nacional para esclarecer pontuais referências históricas. Com isso pretende-se evitar desvios metodológicos, especialmente em relação ao *corpus* da pesquisa, afinal, as eventuais análises de conjuntura justificam-se porque a esfera política é entendida, nesse texto, como responsável direta pela dinâmica orgânica da sociedade e é, também, um cenário de atuação no qual a linguagem exerce funções operacionais. Desse modo, fica claro que investigar fenômenos políticos exige considerar dimensões semânticas, cognitivas, discursivas e pragmáticas. Assim, como dito anteriormente, a metaforização – isto é, o complexo fenômeno de funcionamento semântico-cognitivo que por meio do discurso pode orientar a interpretação de um determinado contexto situacional e, com isso, influenciar a experiência – é peça chave para identificar os impactos do discurso sobre o comportamento dos receptores e, conseqüentemente, sobre eventuais reconfigurações do funcionamento social. Finalmente, para encerrar esta sessão e insinuar uma oportuna metáfora, segue abaixo uma provocação literária:

Mais tarde, Garganta foi mandado percorrer a granja para explicar a nova situação aos demais.

– Camaradas – disse – tenho certeza de que cada animal compreende o sacrifício que o Camarada Napoleão fez ao tomar sobre os seus ombros mais esse trabalho. Não pensem, camaradas, que a liderança seja um prazer. Pelo contrário, é uma enorme e pesada responsabilidade. Ninguém mais que o Camarada Napoleão crê firmemente que todos os bichos são iguais. Feliz seria ele se pudesse deixar-vos tomar decisões por vossa própria vontade; mas, às vezes, poderíeis tomar decisões erradas, camaradas; então, onde iríamos parar? Suponhamos que tivésseis decidido seguir Bola-de-Neve que, como sabemos, não passava de um criminoso?

– Ele lutou bravamente na Batalha do Estábulo – disse alguém.

– Bravura não basta – respondeu Garganta. – A lealdade e a obediência são mais importantes. E quanto à Batalha do Estábulo, acredito, tempo virá em que verificaremos que o papel de Bola-de-Neve foi um tanto exagerado. Disciplina, camaradas, disciplina férrea! Este é o lema para os dias que correm. Um passo em falso e o inimigo estará sobre nós. Por certo, camaradas, não quereis Jones de volta, hem?

Uma vez mais esse argumento era irresponsável. Sem dúvida alguma, os bichos não desejavam Jones de volta; e se a realização dos debates do domingo podia ter essa seqüência, que cessassem os debates. Sansão, que já tivera tempo de pensar, expressou o sentimento geral: “Se é o que diz o Camarada Napoleão, deve estar certo”. E daí por diante adotou a máxima “Napoleão tem sempre razão”, acrescentando-a ao seu lema particular “Trabalharei mais ainda”.

(ORWELL, 1987, p.53-54)

CAPÍTULO 1: A EXPERIÊNCIA PELA VIA DA LINGUAGEM

1.1 Ler o mundo

Acreditamos sobre algo acerca das próprias coisas, quando falamos de árvores, cores, neve e flores, mas, com isso, nada possuímos senão metáforas das coisas, que não correspondem, em absoluto, às essencialidades originais.

Friedrich Nietzsche²

Ancorado na linguagem, o ser humano se depara com a tarefa mais complexa e subjetiva de sua existência: significar. Ler o mundo – e a si mesmo – é um exercício que tenta objetivar a experiência do existir por meio da linguagem, estabilizando simbolicamente as “coisas” em signos apreensíveis e desenvolvendo padrões de produção de sentido. Além disso, entende-se que a percepção da realidade em grande medida está subordinada ao que os nossos aparatos sensíveis (os nossos sentidos) podem apreender, ao que linguagem pode representar e, finalmente, ao que nosso pensamento pode processar – até hoje o homem é a medida de todas as coisas. Evidentemente não é o objetivo desse texto se enveredar por reflexões filosóficas, no entanto, é importante sublinhar que a linguagem está na gênese da existência humana e é responsável por intermediar a relação do homem com o mundo. Ainda assim, as palavras não são as “coisas”. Ou seja, a opacidade intrínseca da linguagem não garante acesso irrestrito a uma suposta essência das “coisas”, tão somente a uma convenção cristalizada que oferece meios para representá-las. De fato, o vasto arsenal de signos e significados contidos na língua nos serve de bússola para interpretar a realidade e, assim, processar a experiência. Todavia, não é apenas um sistema linguístico capaz de categorizar e referenciar as “coisas” o que a língua nos oferta, mas também um modo de ler o mundo.

Na verdade, ao adquirir uma língua o sujeito tem acesso a uma série de mecanismos – como a categorização, método elementar de organização do conhecimento – que se tornam habilidades do pensamento e, por isso, o próprio modo como, a partir disso, ele apreende e representa o mundo já se encontra previamente condicionado. Ou seja, além de adquirir um sistema semiótico e linguístico, o sujeito aprende um modo de experienciar e processar a realidade, de produzir sentido. Além disso, sendo uma prática social, o uso da língua comporta dimensões simbólicas consolidadas histórica e culturalmente, isto é, qualquer sistema linguístico está conectado a bases simbólicas que são herdadas. Sendo assim, praticamente toda a constituição subjetiva do sujeito está condicionada a uma *cognição*

² NIETZSCHE, Friedrich. *Sobre verdade e mentira no sentido extra-moral*. São Paulo: Hedra, 2007, p. 33.

*social*³, na qual ele aprende a ler o mundo e a processar a experiência. Além disso, essa experiência é sempre situada, isto é, o sujeito está inserido em um contexto socio-histórico, por isso, a confluência de paradigmas estabelecidos socialmente e os mecanismos responsáveis pelas configurações de uma determinada sociedade, em um determinado período histórico, certamente são fatores que influenciam a experiencição da realidade e impactam, inclusive, a identidade dos sujeitos. Na verdade, a própria noção de identidade já depende destes fatores, afinal ela é, por si só, uma soma de memórias, sensações e experiências processadas, condicionadas pela vida em sociedade. Dessa forma, o sujeito é atravessado e formatado pelas culturas, ideologias, crenças e discursos oriundos do contexto socio-histórico em que está inserido. Portanto, produzir sentido é praticar a cognição social, é colocar em funcionamento uma série de parâmetros que determinam e organizam o funcionamento da sociedade, entre eles a língua, para, assim, processar a interpretação da realidade. Em suma, ler o mundo é uma “expedição social” orientada pelas metáforas das coisas que, inserida em determinado contexto situacional, ocupa-se de filtrar e processar a experiência.

De fato, se o modo como o sujeito interpreta a realidade circunscreve-se à cognição social e, para isso, ele utiliza os recursos facultados pela linguagem, entende-se que a interlocução do sujeito com o mundo é sempre mediada. Além disso, o pertencimento a uma determinada cultura faz com que a interpretação da experiência seja passível de ser moldada, afinal, a sociedade é gerida mediante engrenagens políticas operacionalizadas por meio do discurso. Não obstante, como dito anteriormente, o discurso põe em funcionamento uma trajetória semântica pré-estabelecida, que visa guiar a interpretação da realidade e, por isso mesmo, pode ocupar-se de influenciar não apenas a “leitura do mundo”, mas, sobretudo, o modo como o sujeito vive a experiência, o seu comportamento e até sua própria identidade. Ora, este é um artifício extraordinário da vida em sociedade; conduzir a interpretação de um determinado contexto socio-histórico é um modo extremamente eficaz de controlar o funcionamento social. Além disso, convém lembrar que a sociedade é estratificada, dividida em classes e grupos hierarquizados, afinal, embora a vida social tenha um funcionamento orgânico, o ser humano ainda não alcançou um modo de prescindir de hierarquizações – e talvez este desafio nem esteja, de fato, nos planos – e, por isso, exercer e perpetuar a

³ Para Tomasello (2012) a *cognição social* é o mecanismo responsável pelo *modus operandi* da vida em sociedade e prevê graus de processamento do pensamento via interação e percepção da realidade. Sendo assim, o autor atribui à *atenção conjunta* um caráter fundamental ao funcionamento do pensamento e da comunicação humana, por meio de habilidades sócio-cognitivas que “(...) permitem aos indivíduos compreender tanto as interações comunicativas do outro, incorporadas em seus comportamentos simbólicos, quanto culturalmente aprender esses comportamentos simbólicos” (p.214).

dominação exige constantemente reforçar estes estratos. Assim, qualquer interlocução entre sujeitos é, também, uma metonímia das relações de poder intrínsecas à organização da sociedade e, portanto, o discurso é mais do que um dispositivo semântico, é um meio de potencialmente manipular a experiencição e garantir que as relações de poder influenciem a interlocução dos sujeitos com o mundo. Além disso, panoramicamente, se o discurso, nessa perspectiva, é uma das principais engrenagens que regulam a vida social, ele também pode ser capaz de promover reconfigurações nesse funcionamento.

A grande estratégia para realizar tal empreendimento, modernamente, consoante aponta Van Dijk (2008), é construir discursivamente um consenso sobre a realidade. Mesmo assim, alcançar esse objetivo não é missão simples e, de certa forma, exige não apenas um *ethos* influente e legitimado, o qual é determinado pelas esferas sociais que gozam de maiores poderes e privilégios, mas, sobretudo, o acesso à elaboração do consenso – a isto Van Dijk chamou *padrões de acesso ao discurso*. Sendo assim, para exercer sua dominação, as esferas sociais mais poderosas, proeminentes, desenvolvem um discurso “oficial” – doravante *discurso dominante* – que, com acesso restrito, objetiva se tornar um filtro permanente de apreensão da realidade; em suma, um discurso que legitima sua própria jurisdição e ambiciona oficializar uma leitura do mundo, produzir um consenso. Com isso ele mantém as relações de poder estabilizadas e, evidentemente, exerce grande influência sobre o restante da sociedade. Nos termos de Van Dijk (2008, p.89): “De um modo geral, o que está envolvido aqui é a manipulação de modelos mentais de eventos sociais através do uso de estruturas discursivas específicas, como estruturas temáticas, manchetes, estilo, figuras retóricas, estratégias semânticas etc.”. Ou seja, por meio do discurso orienta-se a cognição social. Para tanto, modernamente os meios de comunicação oferecem numerosos veículos que, em grande escala, se ocupam de “noticiar o mundo” e, por conseguinte, disseminar uma leitura da realidade, utilizando, evidentemente, escolhas linguísticas e discursivas. Deflagra-se, a partir disso, uma parceria entre as esferas sociais mais poderosas e os veículos de comunicação mais influentes – no caso brasileiro, a mídia de massa – e, assim, vão se desenhando as condições de produção do consenso.

Não obstante, toda ação tem reação; o fracionamento da sociedade em grupos e classes naturalmente gera atritos, portanto, ao *discurso dominante* opõe-se o *contra-discurso*, representante “fragmentado” das esferas sociais menos privilegiadas e que são, nesse cenário, menos influentes sobre a construção do consenso. Evidentemente, esta é uma questão

ideológica⁴ e ilustra as relações de poder intrínsecas ao funcionamento da vida social. Sendo assim, o *contra-discurso* é uma forma de resistência à dominação, cujos veículos de comunicação, fatalmente, são menos influentes sobre a cognição social, pois são subjugados pela dominância da mídia de massa. Portanto, nessa perspectiva, se existe um controle sobre os eventos comunicativos acerca dos fatos sociais, que age por meio da criação de um consenso sobre a realidade, há, também, a possibilidade de promover reconfigurações na esfera política, afinal, como dito anteriormente, o discurso é entendido como uma das principais engrenagens da gestão social. Ou seja, importa considerar os efeitos do consenso não apenas sobre a experiencição da realidade, mas também sobre eventuais reconfigurações da esfera política. Com efeito, estamos nos aproximando propriamente de uma delimitação mais precisa do *corpus* da pesquisa, que esclarecerá os agentes deste funcionamento.

Sendo assim, a esfera política brasileira, entre os anos de 2013 e 2016, apresenta-se como cenário de análise da pesquisa, em vista das intensas manobras discursivas engendradas, sobretudo, pelo *discurso dominante* através da grande mídia, especialmente em 2016, as quais, entende-se, contribuíram significativamente para as reconfigurações políticas fomentadas e agravadas pela crise político-econômica que vigora desde 2013, como adiante se pretende demonstrar. Nessa perspectiva, determinadas manobras discursivas podem ser lidas como o exercício da dominação das esferas sociais mais poderosas sobre o restante da população, ao conduzir a interpretação do cenário político, produzir efeitos pragmáticos sobre o comportamento dos receptores e, com isso, gerenciar o funcionamento social. Assim, pragmaticamente, este funcionamento permite ao *discurso dominante* utilizar a cognição social para orientar a população a aderir a um consenso e, assim, se mobilizar, se manifestar. O período em questão destaca-se pela intensa atividade de mobilizações sociais que, com o

⁴ O conceito de *ideologia* é uma querela antiga das ciências sociais. Não à toa muitos autores optam por se esquivar de defini-lo. Charaudeau (2008), no entanto, considerando a ideologia como integrante da cognição social e dos imaginários sociodiscursivos, fez algumas considerações dignas de nota: “(...) entre a realidade e o potencial de percepção que um sujeito dela tem existe um processo de interpretação pelo qual a realidade é construída em função da posição do mesmo sujeito e das condições de produção que provêm do contexto social em que ele se encontra. Com isso, desenvolveram-se diferentes pontos de vista: o dos teóricos marxistas da ideologia, para quem as representações constroem crenças que se materializam na linguagem e desempenham o papel de mascarar a realidade, sobredeterminando completamente o sujeito; outro, mais subjetivista, de uma ideologia que se interroga sobre as representações que podem desempenhar um papel de orientação das condutas da comunidade para explicar as resistências dos grupos sociais à mudança ou sua oposição às inovações; outro, ainda mais cognitivista, iniciado por Piaget e continuado por Moscovici, que se interessa pelas modalidades de conhecimento e que tende a mostrar que o sujeito se constitui nas e pelas representações com fins de adaptação ao seu meio ambiente e de comunicação com o outro”. (CHARAUDEAU, 2008, p.194-195). Com efeito, entende-se, então, que a ideologia encontra-se na interseção entre a realidade e a percepção da realidade e, por isso, integra-se à cognição social como um “dispositivo de leitura”, uma lente social pela qual o sujeito interpreta a experiência. Nesse caso, o objeto desta leitura é a esfera política e, portanto, para fugir da falaciosa dicotomia esquerda/direita, propõe-se a noção de um gradiente ideológico, sintonizado à perspectiva das visões de mundo.

posterior subterfúgio de um consenso antigovernista patrocinado pelas esferas sociais proeminentes, resultaram no *impeachment* que destituiu Dilma Rousseff da presidência do país em 2016. Oportunamente esta hipótese será defendida e esclarecida, no entanto, antes importa sublinhar que o efeito de sentido, responsável pelo possível impacto pragmático destas estratégias, se dá pela ativação de campos semântico-cognitivos indiciados por estruturas linguísticas, ou seja, as escolhas linguísticas utilizadas pelos veículos de comunicação para retratar os fatos sociais mobilizam as conexões mentais que se ocuparão de produzir sentido, de processar a realidade. Assim, destacam-se os processos de metaforização, visivelmente recorrentes na esfera política do período selecionado e que se tornaram, inclusive, lema de numerosas manifestações populares.

Com efeito, o funcionamento discursivo da metaforização, que consiste em “curto-circuitar” a polaridade entre significados estáveis e explorar o escopo semântico dos termos articulados para compartilhar suas propriedades, pode se tornar uma eficiente estratégia discursiva para conduzir a interpretação da realidade e impactar a experienciação de um determinado contexto situacional. Além disso, a escolha de determinadas estruturas linguísticas para representar um fato social aciona os patrimônios linguístico e cultural dos falantes de uma determinada língua e, desse modo, a *doxa*, os saberes compartilhados, frequentemente participa dos processos semântico-cognitivos da metaforização. Em outros termos, há metáforas socialmente estáveis, populares, cristalizadas, que não raro orientam leituras da realidade. Exemplo disso é a metáfora do “governo como nau”, que desde a Antiguidade⁵ é reciclada para representar contextos políticos. Nesse sentido, o campo semântico que comporta as propriedades da “nau” é acionado para representar um modo de governo, que pode ser exaltado (“o governo está de vento em popa”) ou criticado (“o governo está naufragando”). Essa escolha, portanto, indica um posicionamento ideológico, cujos efeitos de sentido são idealizados para potencialmente impactar o modo como os receptores interpretam a realidade. De fato, é importante diferenciar (i) o discurso *sobre* a experienciação e (ii) a experienciação *do* discurso. No primeiro caso, tem-se uma ação discursiva que objetiva conduzir a interpretação da experiência e, por isso, está mais sintonizada ao que, até aqui, foi apresentado como estratégia do *discurso dominante* para controlar o funcionamento

⁵ Um exemplo – no mínimo curioso, em vista do contexto político que será analisado pela pesquisa – dessa metáfora é a crítica que Platão elabora no livro VI da República sobre o funcionamento da democracia, a qual, segundo ele, compara-se a uma “nau desgovernada”, já que atribuir poder social ao povo “transbordaria” os limites da razão, tornando-se até mesmo uma irresponsabilidade. Ver: PLATÃO. *República*. VI, 488 a-489 a. 1965, p.68

social. No segundo caso, têm-se os efeitos pragmáticos do discurso sobre a experiência, ou seja, o produto real da estratégia discursiva sobre a interpretação da experiência.

Sendo assim, interessa à pesquisa avaliar a amplitude dos efeitos pragmáticos das metáforas selecionadas, ou seja, o impacto dos processos de metaforização sobre a experiencição da população brasileira no contexto da crise político-econômica, para, a partir disso, evidenciar como determinadas estratégias discursivas lograram sumarizar um consenso sobre a realidade, incentivar volumosas mobilizações sociais e, finalmente, contribuir para reconfigurações na esfera política, a exemplo do *impeachment* de Dilma Rousseff, entendido, nesse texto, como um “evento” discursivo. Desse modo, objetiva-se uma análise qualitativa dos processos de metaforização, baseada na relevância de suas atuações discursivas e de seus efeitos pragmáticos, e, por isso, opta-se por um *corpus* de amostragem, selecionando o aparecimento das metáforas em variados gêneros textuais – como notícias, artigos de opinião, charges – e suportes – mídia virtual e impressa, cartazes de manifestantes. Para tanto, as metáforas representantes do consenso, requisito fundamental para o controle social, evidentemente serão privilegiadas na análise, em vista do seu volume de atuação na esfera política. Além disso, fatalmente o *discurso dominante*, representante da parceria entre as esferas sociais mais poderosas e a mídia de massa brasileira – propriamente os veículos de comunicação mais influentes e socialmente reconhecidos – em alguma medida será protagonizado, afinal, “o acesso ao discurso é uma condição primordial à construção do consenso, e, assim, configura-se como o modo mais efetivo de exercer o poder e a dominância” (VAN DIJK, 2008, p.111).

Portanto, para evidenciar como e porque as metáforas selecionadas tiveram participação significativa sobre as eventuais reconfigurações na esfera política brasileira, serão avaliadas as condições de produção e recepção do discurso, os percursos semânticos estabelecidos pelos processos de metaforização – entendida como um dispositivo semântico-cognitivo operacionalizado por meio do discurso – e, finalmente, os impactos pragmáticos do discurso sobre a experiencição do contexto situacional em questão. Assim, explorando a intimidade entre pensamento e linguagem, pretende-se mapear amplamente as estratégias discursivas que foram atuantes na esfera política brasileira entre os anos de 2013 e 2016 e, não obstante, desenvolver uma análise crítica sobre este intempestivo cenário, promovendo a interdisciplinaridade entre as áreas da Semântica, da Cognição, do Discurso e da Pragmática. Para tanto, é fundamental fazer uma “leitura” do período, isto é, apresentar o contexto

situacional selecionado e tentar evidenciar não apenas os fatores agravantes da crise político-econômica no país, mas também os principais agentes das reconfigurações que imprimiram ao funcionamento social do país um grande retrocesso.

1.2 A crise político-econômica brasileira

Botando de lado os entretantos e partindo pros finalmente, é uma alegria poder anunciar que prafrentemente você já poderão morrer descansados, tranquilos e desconstrangidos, na certeza de que vão ser sepultados aqui mesmo, nesta terra morna e cheirosa de Sucupira. E quem votou em mim, basta dizer isso ao padre na hora da extrema-unção, que tem enterro e cova de graça, conforme o prometido.

Odorico Paraguaçu⁶

A despeito de Odorico Paraguaçu, e para deixar a cargo de quem lê a interpretação da metáfora, começaremos pelos “entretantos”. Vive-se, no Brasil, uma das maiores crises político-econômicas desde a redemocratização. De fato, os fatores responsáveis por esta conjuntura estendem-se para além do recorte temporal aqui proposto, no entanto, entende-se que o período selecionado – 2013 a 2016 – representa um grande marco na história política do país. Palco de volumosas manobras discursivas, que adiante serão esclarecidas, desde 2013 a esfera política brasileira passa por intensa turbulência que, a princípio, nasceu de demandas populares legítimas, mas foi sendo transformada em uma veemente campanha antigovernista que foi responsável, entre outras coisas, por destituir Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores (PT), da presidência do país em 2016. Nessa perspectiva, entende-se que o *impeachment* da ex-presidente foi uma manobra política que, por meio do discurso, logrou reconfigurar o cenário político brasileiro. Para tanto, um consenso foi sendo criado e, evidentemente, os veículos de comunicação assumiram papel decisivo, especialmente a mídia de massa que, no Brasil, é monopólio de poucos integrantes da esfera empresarial e detém extraordinária influência – a exemplo da oligárquica família Marinho, proprietária da Rede Globo, maior emissora de televisão do país. Desse modo, entende-se que o *discurso dominante* apossou-se de uma premissa legítima, originária de movimentos sociais cujas pautas privilegiavam, entre outras coisas, melhorias de serviços públicos e combate à corrupção, para pulverizar a governabilidade do Partido dos Trabalhadores e mobilizar os movimentos sociais a aderirem à campanha antigovernista.

⁶ DIAS GOMES. *O bem amado*. Rio de Janeiro: PocketOuro, 2010, p.33-34.

Sendo assim, para corroborar esta “leitura” sobre a conjuntura da crise político-econômica brasileira, propõe-se uma subdivisão do período selecionado – 2013/2014 e 2015/2016 – que objetiva rastrear com profundidade os estágios de desenvolvimento da campanha antigovernista e, assim, evidenciar as manobras discursivas, entendidas, nesse texto, como responsáveis pela reconfiguração da esfera política, especialmente em 2016. Além disso, esta subdivisão também irá esclarecer como determinadas metáforas serviram para sumarizar um consenso sobre os fatos sociais e, com isso, tornarem-se extremamente relevantes às manobras políticas que contribuíram para desestabilizar o governo. As metáforas de cada recorte, nesse sentido, são metonímias do posicionamento ideológico que as manifestações foram assumindo e, desse modo, é possível notar uma transição entre os períodos selecionados, que sugere o momento em que a campanha antigovernista tornou-se mais veemente e engajada. Obviamente, com isso não se pretende atribuir a responsabilidade da crise político-econômica a uma teoria conspiratória, tampouco blindar as falhas do Partido dos Trabalhadores, mas deflagrar a influência do *discurso dominante* sobre a experiencição da população brasileira acerca da crise e os efeitos pragmáticos de suas estratégias discursivas na reconfiguração do cenário político do período selecionado.

De fato, importa considerar, a princípio, alguns fatores relevantes às configurações da esfera política brasileira. Panoramicamente, a vasta extensão territorial do país implica a diversidade de culturas, identidades e, conseqüentemente, visões de mundo. Desse modo, entende-se que a própria identidade nacional, na verdade, é fragmentária e, muitas vezes, divergente. Não obstante, essa “fratura social” favorece a capilaridade de eventuais manobras políticas, afinal, preencher lacunas ideológicas pode se tornar um eficiente mecanismo para autorizar uma oportuna unidade nacional, enquanto estratégia política – qualquer mudança/reconfiguração implica um grau mínimo de unidade para se promover. Além disso, historicamente, a política brasileira vivenciou momentos significativos de autoritarismo, o que sinaliza que nossa democracia é, no mínimo, inexperiente e, por isso, a soberania política do país ainda é alvo de investidas “imperialistas”, como ainda se pretende demonstrar. Fato é que em três mandatos presidenciais de um governo de centro-esquerda, acontecimento inédito na história do país, a política nacional se reconfigurou visivelmente e despontou-se um crescimento nos campos econômico e social. No entanto, escândalos de corrupção e uma incipiente recessão da economia abalaram o governo petista antes mesmo de a crise político-econômica acentuar suas proporções. Assim, já desgastada por divulgações anteriores de

investigações de combate à corrupção, como o Mensalão⁷, em junho de 2013 a esfera política brasileira vivenciou as primeiras manifestações populares significativas ao período selecionado, incentivadas pelo Movimento Passe Livre (MPL), em São Paulo, que combatiam o aumento das passagens de ônibus. Na verdade, a pauta das manifestações, já experienciando o prelúdio da crise, ampliou-se rapidamente e deixou claro que “não era pelos vinte centavos” – como apontava um dos vários cartazes de manifestantes. A partir disso, e a despeito da intensa repressão policial, esta mobilização inicial desdobrou-se em várias partes do país e, assim, desencadeou-se uma onda de protestos, encabeçadas por movimentos sociais diversos. Sublinhe-se, também, que as manifestações de 2013 foram as mais significativas desde a *Diretas Já*, superando até mesmo os protestos pelo *impeachment* de Fernando Collor, em 1992, e de certa forma inauguraram um novo modelo de militância política, no qual as redes sociais assumiram valor decisivo ao servirem de suporte para o recrutamento da população.

Com efeito, a ampliação – geográfica e discursiva – da pauta das manifestações de 2013 englobou (i) a incipiente recessão econômica, responsável pelo aumento da inflação e que, evidentemente, impactou o brasileiro de modo geral; (ii) o combate à corrupção, fomentado pela divulgação de investigações federais que atingiram membros do congresso e, principalmente, o Partido dos Trabalhadores; (iii) repúdio à repressão policial e reafirmação do direito ao protesto; e (iv) o repúdio aos monumentais investimentos do governo para a iminente realização da Copa do Mundo, em 2014 – ano em que também se realizariam as eleições para a presidência da república. Nesse contexto, então, surgiram as primeiras metáforas significativas, representantes não apenas das pautas populares, mas também de determinados movimentos sociais. Portanto, destacam-se as quatro metáforas do período 2013/2014, que serão analisadas detalhadamente no terceiro capítulo: (i) *O gigante acordou*, (ii) *Vem pra rua*, (iii) *Educação/Saúde padrão-FIFA* e o (iv) *Sete a um (7 a 1)*. Com efeito, as duas primeiras metáforas estão relacionadas entre si e acionam campos semânticos de grandeza e força para representar a população brasileira. Além disso, são sintomáticas de uma tomada de posição – há, inclusive, muitas outras referências e desdobramentos semânticos nessas metáforas, que, no entanto, como já foi dito, serão analisados em momento oportuno. Não obstante, convém destacar que o *Vem pra rua*, inicialmente um slogan da FIAT⁸, tornou-

⁷ Em 2005, o Mensalão, como ficou conhecido o escândalo de corrupção que, por meio de “mesadas” repassadas a deputados, garantia a aprovação de projetos de interesse de membros do poder Executivo, foi amplamente divulgado pelos veículos de comunicação e, naturalmente, gerou intenso alvoroço popular e permaneceu, de certo modo, na memória recente do brasileiro.

⁸ Em maio de 2013, a FIAT, concessionária de automóveis, lançou uma campanha publicitária cujo slogan era “Vem pra rua”, no intuito de convidar a população a prestigiar os jogos da seleção brasileira de futebol na Copa

se nome de um movimento popular de ampla participação na esfera política. A terceira metáfora, por sua vez, é visivelmente uma crítica ao manejo do dinheiro público e contrapõe os dispendiosos investimentos para a realização da Copa do Mundo, em 2014, à precariedade da garantia de direitos básicos da população, como saúde e educação. Por fim, a Copa deixou-nos de legado a quarta metáfora: *7 a 1*. A derrota estrondosa da seleção brasileira de futebol para a Alemanha nas semifinais da competição feriu de morte o “patriotismo canarinho” e expandiu-se para metaforizar o cenário político, entre 2014 e 2015. Assim, o *7 a 1* é símbolo de vergonha, de derrota.

Nota-se, portanto, que as metáforas sumarizam o teor das manifestações e, não obstante, esboçam o início do agravamento da crise político-econômica. Desse modo, evidentemente a atuação discursiva dos processos de metaforização nesse período é significativa e não apenas simbolizou a evolução das manifestações, mas também impactou o modo como a população interpretou a esfera política. Mesmo assim, ainda não havia, de fato, uma campanha antigovernista, mas reivindicações variadas da população sobre o funcionamento social. No entanto, com o fim da Copa do Mundo e a reeleição de Dilma Rousseff para a presidência do país, entre 2014 e 2015 a oposição se engajou. Com efeito, é nesse momento que acontece a transição entre os recortes temporais apresentados: 2013/2014 e 2015/2016. Entende-se que essa transição representa uma profunda fragmentação política, na qual desavenças e novas alianças assumiram papel decisivo nas reconfigurações da esfera política que se sucederam e, evidentemente, contribuíram de forma significativa para a validação do *impeachment*, em 2016. Nesse sentido, a campanha antigovernista iniciou sua gestação e, em certa medida, acentuou a crise político-econômica, pois a base aliada do governo petista foi aos poucos se dispersando e comprometendo sua governabilidade. Deflagra-se, no período 2015/2016, a articulação conjunta de esferas sociais proeminentes, como o empresariado e integrantes de Congresso Nacional. Além disso, o posicionamento da mídia de massa e o andamento de investigações federais, como a Operação Lava-Jato⁹, também foram fatores decisivos para o agravamento da crise.

das Confederações, sediada à época no Brasil. No entanto, acabou sendo reciclada para convidar a população a aderir às pautas populares das manifestações.

⁹ A Operação Lava-Jato, aos olhos da opinião pública, já é o maior conjunto de investigações federais da história da política brasileira. Iniciada em 2014 para investigar principalmente crimes de corrupção, lavagem de dinheiro, formações de quadrilhas criminosas e operações fraudulentas de câmbio, a Lava-Jato já condenou e prendeu numerosos membros do Congresso Nacional, proeminentes empresários e diversos membros administrativos da Petrobrás. O impacto da operação na esfera política é extremamente significativo, pois além de encarcerar volumoso contingente de figuras públicas, escancarou mega-esquemas de corrupção no país, o que,

Sendo assim, destacam-se quatro metáforas no segundo recorte temporal. As duas primeiras são sintomáticas de um posicionamento mais agudo tanto da oposição ao governo, quanto da população, de um modo geral, e resumizam esta “transição discursiva” acerca da interpretação do cenário político. As duas restantes sinalizam a reação do *contra-discurso*. Assim, tem-se: (i) *Pedalada fiscal*, (ii) *Não vou pagar o pato*, (iii) *Impeachment é golpe* e (iv) *O Pato de Troia*. Com efeito, a *pedalada fiscal*, tese central do *impeachment*, pode ser entendida como a primeira investida antigovernista, que atribuiu valor criminal a uma manobra fiscal, executada pelo governo, não prevista pela legislação. De fato, a *pedalada* consiste em adiar o repasse de verbas aos bancos públicos para depois da prestação de contas ao Tribunal de Contas da União (TCU), com o objetivo de camuflar um eventual *déficit* ou acentuar um possível *superávit*; ou seja, trata-se de uma manipulação de dados sobre o orçamento público. Com efeito, a *pedalada fiscal* tornou-se uma tese jurídica e, não obstante, povoou veementemente as manchetes dos principais jornais do país – e, por isso, exerceu influência sobre a interpretação da crise econômica que, a esta altura, em 2015, já exigia medidas emergenciais por parte do governo. No entanto, em resposta à crise econômica, o governo petista propôs o aumento dos impostos, cuja reprovação foi quase unânime entre todos os setores da sociedade. Ou seja, a medida proposta alavancou ainda mais a insatisfação popular e serviu de munição às condições de produção do consenso, que já começava a esboçar um repúdio mais evidente ao governo. Nesse contexto, então, pode-se notar mais claramente como a articulação do consenso, baseando-se a princípio em uma premissa econômica, foi acentuando a crise política e tornando insustentável a governabilidade do Partido dos Trabalhadores.

Assim, destaca-se a segunda metáfora – *Não vou pagar o pato* – lema da campanha elaborada em 2015 pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) e amplamente divulgada pelos veículos de comunicação, que repudiava a proposta do governo. De fato, valendo-se de uma expressão popular, integrante da *doxa*, a campanha não se contentou apenas com uma premissa avessa aos novos impostos, mas ofereceu, também, uma conclusão: “*impeachment* já!”. A partir disso, e com um evidente apoio da mídia de massa brasileira, a amplitude pragmática da campanha foi notável; diversas manifestações populares

evidentemente, agravou as insatisfações do povo brasileiro com seus governantes e, mais além, reverberou diretamente na crise político-econômica, sobretudo em vista da abertura da CPI da Petrobrás, a qual alavancou uma grave crise institucional na maior estatal brasileira e, em alguma medida, desestabilizou a nossa soberania econômica, “forçando” o país a leiloar a mais promissora descoberta dos últimos anos: o Pré-Sal. Retornaremos a este tópico mais adiante.

assumiram a tese da FIESP e transformaram o repúdio aos impostos em um repúdio direcionado ao governo. Desse modo, ao objetivar conduzir uma interpretação da esfera política, a campanha impulsionou, sobretudo, o agravamento da crise. Assim, sintonizada à *pedalada fiscal*, a metáfora-lema da FIESP de certa forma representa o que até aqui se chamou de estratégia do *discurso dominante*, isto é, a união entre esferas sociais proeminentes que, por meio da criação de um consenso, “autorizado” e divulgado pelos veículos de comunicação mais influentes, exerce sua dominação – e cujo produto depende da manipulação da cognição social. Com efeito, deflagra-se uma parceria entre a esfera empresarial, representada, nesse caso, pela FIESP¹⁰, o Poder Legislativo, grande responsável pela articulação interna do Congresso no andamento do *impeachment* e, por fim, a mídia de massa, que divulgou amplamente a campanha e, com isso, inflamou a insatisfação popular.

Como já foi dito, as estratégias discursivas e os efeitos pragmáticos dos processos de metaforização serão oportunamente esmiuçados. Importa, neste capítulo, apresentar brevemente a efervescência da esfera política e os principais agentes de suas eventuais reconfigurações. Assim sendo, já em 2016, a tese do *impeachment* contava com ampla adesão social e foi posta em prática, efetivamente, pelos vitupérios de Eduardo Cunha, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), até então presidente da Câmara dos Deputados. Logo em seguida, em março, o PMDB abandonou o governo. Escancarou-se, assim, a campanha pró-*impeachment*, o qual, em 17 de abril, foi aprovado pela Câmara dos Deputados e, em 31 de agosto, pelo Senado Federal. A deposição de Dilma Rousseff baseou-se, portanto, na tese de que a *pedalada fiscal* configurava um crime de responsabilidade fiscal. Com efeito, prevaleceu o consenso; vitória discursiva e pragmática da oposição. Michel Temer (PMDB) assumiu efetivamente a presidência da República no mesmo dia e, dois dias depois, incluiu a *pedalada* à legislação, sancionando a Lei 13.332/2016¹¹. Não obstante, ao final de outubro, a Operação Lava-Jato destituiu Eduardo Cunha da presidência da Câmara e decretou sua prisão por crimes de corrupção e lavagem de dinheiro – “sublimando”, com isso, a participação do novo governo no *impeachment*. Mesmo assim, embora o consenso antigovernista tenha

¹⁰ Em setembro de 2015 a FIESP publicou em seu site oficial um manifesto que explicava o posicionamento da campanha e, não obstante, justificava a inadmissibilidade da proposta do governo pelo fato de que as empresas seriam as maiores prejudicadas e, assim, seriam forçadas a fechar vagas de emprego. Em outros termos, chantagem explícita, que denota um posicionamento coletivo da esfera empresarial. O manifesto está disponível em: <<http://www.naovoupagaropato.com.br/manifesto/>>. Acesso em 9 de maio de 2017.

¹¹ Esta lei modificou a regra para abertura de créditos suplementares, retirando a necessidade de autorização prévia do Congresso Nacional. Justamente o que foi considerado como crime de responsabilidade fiscal para validar o *impeachment* de Dilma Rousseff. Ver: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/L13332.htm>. Acesso em 9 de maio de 2017.

prevalecido, o *contra-discurso* esboçou reação imediata e, por isso, destaca-se a terceira metáfora: *Impeachment é golpe*.

Acessando a memória recente dos brasileiros, esta metáfora apresenta o *impeachment* como um Golpe de Estado, sublinhando um caráter ilegítimo na reconfiguração da esfera política. No entanto, diferentemente de 1964, quando um golpe militar depôs João Goulart e impôs um regime ditatorial, em 2016 o ato contra a presidente foi discursivo. Assim, a reação do *contra-discurso*, sumarizada nessa metáfora, é uma denúncia, ao entender que o *discurso dominante* logrou promover uma engajada campanha antigovernista, que, em meio a um cenário de crise político-econômica, apossou-se de reivindicações populares legítimas e se valeu de uma “brecha legal” para destituir um governo eleito democraticamente. Além disso, como já foi dito, o recém-empossado presidente da república foi notavelmente veloz em blindar essa “brecha”. Com efeito, a falaciosa metáfora da pedalada foi o pretexto para colocar no poder o mercado financeiro, ao destituir um governo de centro-esquerda e mergulhar o Brasil no neoliberalismo, fragmentando simbolicamente a soberania do país e enfraquecendo direitos sociais básicos da população brasileira. Em termos gerais, Projetos de Emenda Constitucional (PECs), reformas e “flexibilizações” feriram de morte direitos sociais conquistados historicamente. Além disso, destacam-se três fatores cruciais ocultos pela tese do *impeachment* que estão sintonizados ao mercado financeiro e, evidentemente, têm profundas implicações políticas: a venda do Pré-Sal, promissora “descoberta” que eventualmente poderia garantir a soberania econômica do país, mas que, em vista da crise institucional da Petrobrás, tornou-se alvo de investidores estrangeiros em um seletor leilão; a “implosão velada” do BRICS¹², que potencialmente ampliaria a soberania política do país; e as profundas rasuras nos direitos sociais, como a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), por meio de um Projeto de Emenda Constitucional que, em 2017, levou a alcunha de “PEC do fim do mundo”, e que beneficia, sobretudo, as empresas e os empregadores.

¹² BRICS é um acordo antigo, reavivado no início de 2013, pelo governo Dilma, quando a crise político-econômica era ainda incipiente. Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul reuniram fundos e criaram o “Novo Banco do Desenvolvimento” (NBD), cujo capital inicial era de US\$ 100 bi, numa aposta audaciosa – quiçá imprudente – de fazer frente ao Banco Mundial e ao Fundo Monetário Internacional (FMI), com o propósito de financiar infraestrutura de países potencialmente emergentes. Obviamente essa “ofensiva” despertou, no mínimo, a atenção dos beneficiários pioneiros desta ancestral manobra político-econômica, o que a torna, evidentemente, uma querela geopolítica. Não obstante, ao apossar-se da presidência da república, Michel Temer nomeou José Serra para Ministro das Relações Exteriores, o qual desconhecia até mesmo os países integrantes da aliança – como deixou transparecer em entrevista ao vivo. Portanto, “implosão” sutil, velada e abafada pela intensa reconfiguração da esfera política que se sucedeu.

Em vista deste contexto alarmante, então, a quarta metáfora selecionada é mais uma crítica do *contra-discurso* que visa denunciar a manobra política do *impeachment*. O *Pato de Troia* apoia-se na *Ilíada* – epopeia homérica na qual uma ardilosa manobra militar camuflou o exército grego, infiltrou-o na cidade de Troia e pôs fim à guerra – para apontar a FIESP como agente crucial no processo de impedimento de Dilma Rousseff, já que, a despeito do que supostamente sugeria a campanha contra os impostos, a população brasileira, de modo geral, estava de fato “pagando o pato”. Ou seja, percebeu-se que as medidas adotadas pelo novo governo, sintonizadas à classe empresarial, não objetivavam solucionar a crise político-econômica, mas se esquivar do ônus da crise utilizando como escudo os direitos sociais do povo brasileiro. Portanto, a campanha da FIESP foi um “presente de grego” à população brasileira, cujas consequências foram letais. Com isso, evidencia-se que a esfera política brasileira encontra-se à mercê de um governo preocupado em atender aos interesses do mercado financeiro, que em ritmo acelerado está “recolonizando” o Brasil e sabotando a soberania político-econômica do país¹³. Enquanto há, por exemplo, crise institucional nas grandes empresas estatais brasileiras, cada vez mais ameaçadas pelas privatizações, há lucros astronômicos dos bancos privados, como Itaú e Bradesco. A crise, portanto, tornou-se margem de manobra para as esferas dominantes reforçarem os estratos sociais e harmonizarem os interesses do mercado financeiro.

Em suma, entende-se que as metáforas selecionadas são metonímias do teor ideológico das manifestações populares e, não obstante, também foram usadas como estratégias discursivas para conduzir a interpretação do cenário político, impactar a experiência e, até mesmo, o comportamento da população brasileira diante da crise político-econômica. Com efeito, no primeiro recorte temporal as metáforas sinalizam insatisfações e questionamentos populares que, gradualmente, foram sendo acentuadas em virtude do agravamento da crise até que, na transição para o segundo recorte temporal, foram fagocitadas pelo *discurso dominante* para recrutar a opinião pública a posicionar-se de maneira favorável ao *impeachment*, o qual foi apresentado como “única solução possível”. Para tanto, este consenso foi amplamente disseminado pelos veículos de comunicação mais influentes no Brasil, a exemplo, principalmente, da Rede Globo e do Jornal Folha de São Paulo e, também, tornou-se pauta de movimentos sociais como o “Vem pra rua” e o “Movimento Brasil Livre” (MBL), que

¹³ Um exemplo desta “sabotagem interna” que ilustra a sintonia entre o novo governo peemedebista e o mercado financeiro é o perdão de uma dívida de R\$ 25 bi do Banco Itaú por crime de sonegação fiscal – em plena crise político-econômica – em abril de 2017. Ver: <<https://oglobo.globo.com/economia/carf-decide-favor-do-itaú-em-processo-de-25-bi-de-impostos-21186804>>.

claramente militaram em favor desta causa. Portanto, nota-se que a parceria entre esferas sociais poderosas, especialmente no período 2015/2016, logrou a construção de um consenso que resultou em uma profunda reconfiguração da esfera política brasileira. Entretanto, com o advento do governo peemedebista, o *contra-discurso*, embora não possua a amplitude pragmática dos veículos de comunicação citados acima, obteve mais relevância sobre a opinião pública, em vista das flagrantes investidas do novo governo contra os direitos sociais da população, que têm rasurado e editado pontos cruciais da Constituição de 1988.

Portanto, de modo geral, a análise dos processos de metaforização atuantes na esfera política brasileira no período selecionado visa esclarecer como o discurso pode impactar a interpretação e a experiencição dos fatos sociais e, com isso, gerar efeitos pragmáticos capazes de alterar as configurações do funcionamento social. Além disso, é possível notar que as interlocuções sociais fomentadas neste período revelam o teor das relações de poder implicadas no discurso e, assim, permitem evidenciar os agentes sociais mais participativos de todo este processo. De fato, como alerta Van Dijk, a delimitação de um consenso é uma estratégia eficiente para manejar o funcionamento social e exercer dominação e, desse modo, o *discurso dominante* e o *contra-discurso* compartilham uma rivalidade. Com efeito, o que a esfera política vivenciou, especialmente no segundo recorte temporal, foi uma vitória pragmática do *discurso dominante*, com reação imediata do *contra-discurso*. Em suma, a construção do consenso e sua massiva adesão tiveram papel decisivo na reconfiguração da esfera política brasileira e, para isso, determinadas metáforas foram extremamente significativas, pois de certa forma lograram sumariá-lo, isto é, tornaram-se metonímias do teor ideológico que as mobilizações populares foram assumindo. Por isso, entende-se, também, que os processos de metaforização foram usados como estratégia discursiva. Sendo assim, como já foi dito, o funcionamento e as potencialidades da metaforização exigem uma análise interdisciplinar, a qual compreenda dimensões semânticas, cognitivas, discursivas e pragmáticas. Para tanto, o próximo capítulo destina-se a apresentar as contribuições teóricas que irão orientar a análise.

CAPÍTULO 2: METÁFORA E METAFORIZAÇÃO

2.1 A metáfora e a semântica do discurso

Assumiu-se, até aqui, um percurso teórico que se apoia, a princípio, na premissa bakhtiniana¹⁴ da *interação verbal*, a qual coloca a interlocução entre sujeitos no centro dos processos de produção de sentido e sublinha o caráter social das atividades mentais. Nessa perspectiva, as atividades comunicativas são práticas sociais e implicam acionar uma dialética semântica cuja base de referência orienta-se pelo acesso ao arsenal de signos linguísticos disponíveis em uma determinada língua, que oferecem certa estabilidade de significados e, como já foi dito, tornam-se ferramentas para a interpretação e a representação do “mundo”, da realidade. Não obstante, a nível cognitivo, o uso de signos orienta a produção de sentido ao mobilizar conexões mentais e, portanto, entende-se que o processamento mental da linguagem tem, igualmente, um viés social. Mesmo assim, não se pode assumir a estabilidade de significado do signo linguístico como inequívoca, fixa, isto é, os processos de produção de sentido podem eventualmente reciclar um significado estável. De fato, destacam-se algumas dimensões da constituição e do funcionamento do signo linguístico que são dignas de nota. Para Mari (2008), há três valores decisivos: (i) *intra-sistêmico*, no qual o signo constitui-se como unidade de um sistema e cuja função de significar eventualmente implica correlações com outras unidades deste sistema, como no caso de algumas classes de palavras, como as preposições, que são dependentes de outros signos para construir significação. Em suma, trata-se de um mecanismo de significação interno ao sistema; (ii) *inter-sistêmico*, que está sintonizado, em certa medida, aos pressupostos da Semântica formal, isto é, baseia-se na correlação entre as palavras e as “coisas” no mundo. Assim, a significação transborda o funcionamento interno do sistema e assume um papel de referenciação, para representar pessoas, objetos, fatos; (iii) *meta-sistêmico*, no qual o signo assume uma forma material (gráfica ou sonora) para representar as “coisas” e, desse modo, torna-se uma ferramenta de representação.

De fato, nota-se que os valores implicados na constituição dos signos denotam certa estabilidade de significação; no entanto, uma semântica da palavra não é suficiente para conceituar os processos de produção de sentido, afinal, entende-se que certos desdobramentos de significado ocorrem em níveis discursivos e cognitivos. Com efeito, importa sublinhar que esta estabilidade de significado, quando apropriada pelo discurso, pelo uso empírico da

¹⁴ Ver: BAKHTIN, Mikhail M. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 2014.

língua, sofre influência de muitos outros fatores e, por isso, o signo linguístico é uma espécie de matéria-prima dos processos de produção de sentido. Na verdade, mais do que um significado estável, o signo oferece um escopo semântico em potencial que, contendo suas propriedades e características, é explorado pelo discurso. As metáforas, em especial, são prova disso. A “nau desgovernada” sugerida por Platão para se referir à democracia ilustra o quanto a estabilidade relativa do signo linguístico pode ser explorada pelo discurso baseando-se em suas propriedades semânticas. Nesse caso, a nau não é apenas um signo, mas um inventário de características e propriedades semânticas que serão utilizadas para representar outro signo: a democracia. Entende-se, assim, que tal estabilidade é relativa porque oferece margem para mudanças de significado. A respeito disso, Paul Ricoeur afirmou o seguinte:

É, em primeiro lugar, a natureza do sistema lexical que permite as mudanças de sentido: a saber, o caráter ‘vago’ da significação, a indecisão de fronteiras semânticas, e sobretudo um traço da polissemia que ainda não trouxemos à luz, o caráter cumulativo que se vincula às palavras. Não basta, com efeito, que uma palavra tenha, em dado momento, em um estado de sistema, várias acepções, isto é, variantes que pertençam a várias classes contextuais. É necessário, além do mais, que ela possa adquirir um novo sentido sem perder seu sentido anterior, pois esta aptidão para a cumulação é essencial para a compreensão da metáfora (...).

(RICOEUR, 2015, p.181-182).

Neste trecho, Ricoeur expande alguns dos fatores anteriormente destacados por Mari sobre a constituição do signo linguístico e, não obstante, indica uma conjuntura relevante à compreensão do funcionamento das metáforas. A princípio, o valor *inter-sistêmico* mostra-se flexível não apenas porque a polissemia é um fato da língua, mas, sobretudo, porque o signo é passível de acumular significados. Desse modo, as fronteiras semânticas não se blindam para relações *intra-sistêmicas*; isto é, existe uma dialética interna dos signos, que ocorre ao ser enunciada. De fato, no caso de uma metáfora, não apenas duas palavras, mas dois campos de significados são “curto-circuitados” por meio do discurso e, assim, há uma projeção de propriedades semânticas de um signo para outro. Por isso, o efeito de sentido surge de uma espécie de recategorização nos parâmetros de referência. Para ilustrar a questão temos a “nau”, integrante da categoria *embarcações*, mas que, a despeito disso, foi utilizada para representar a democracia, integrante da categoria *modos de governo*. Nesse caso, o processo de referenciação prescindiu da aparente incompatibilidade entre as categorias e explorou a “indecisão de fronteiras semânticas” para produzir um efeito de sentido metafórico. Sendo assim, entende-se que é por meio do uso empírico da língua que essa articulação de significados estáveis torna-se matéria-prima para os processos de produção de sentido e, com

isso, a palavra acumula significados e pode incorporar um sentido metafórico. Portanto, mais do que uma análise das metáforas, é preciso avaliar os processos de metaforização, responsáveis por explorar as possibilidades semânticas do signo.

Para ilustrar o início do percurso conceitual da produção de sentido que vai da palavra à frase e daí para o discurso, algumas considerações aristotélicas são dignas de nota. Pioneiro contumaz, Aristóteles teceu fecundas reflexões acerca das potencialidades da metáfora, a nível estético e retórico, e, em consonância à premissa da Antiguidade, enxergou nela instrução e deleite. A princípio, na Poética, há uma abordagem centrada no nome, a qual prevê o funcionamento da metáfora por substituição ou por analogia¹⁵ e está mais sintonizada, portanto, a uma semântica da palavra. Nesse viés, o efeito de sentido ocorreria no nível do nome, não do discurso; uma “transferência de significado”. Mesmo assim, no livro III da Retórica – que trata do estilo e da composição do discurso – o caráter discursivo da metáfora assume lugar privilegiado. Com efeito, em concordância ao que foi apresentado até aqui como um “curto-circuito semântico”, Aristóteles chega a dizer que a metáfora “(...) conduz ao engano, pois expressa uma coisa diferente” (ARISTÓTELES, 2015, p. 208), isto é, existe uma espécie de transgressão lógica que embaralha significados estáveis e, a partir disso, gera novos efeitos de sentido. Esta característica, então, é apresentada como uma habilidade, um “dom de gênio”, condizente a uma utilização das muitas virtudes que Aristóteles atribuiu à metáfora, responsáveis por enobrecer o discurso do orador e torná-lo mais eficiente e propenso a suscitar emoções, a persuadir com “elegância” – portanto, esse engano pode ser entendido como uma estratégia discursiva, e não como simples equívoco no campo do *logos*.

De fato, entre as virtudes da metáfora apontadas por Aristóteles, destacam-se a *clareza*, uma espécie de “simplicidade sofisticada” que faz “saltar aos olhos” o objeto/conceito; o *calor*, propriamente um valioso efeito pathêmico baseado no estilo do orador; a *conveniência*, que prevê no “bom uso da linguagem” a responsabilidade de não utilizar caracteres baixos e de promover uma adaptação a determinados contextos; e, por fim, a *elegância*, que de certa forma engrandece o *ethos* do orador, pois implica uma articulação habilidosa da linguagem que não apenas oferece conhecimento, mas também surpreende o auditório. Com isso, evidentemente a metáfora transborda tanto o nome quanto o enunciado e torna-se um recurso valioso à enunciação, expandindo seus domínios à semântica do discurso. Não obstante, embora Aristóteles tenha exaltado as virtudes da metáfora, algumas implicações

¹⁵ “Metáfora é a transferência dum nome alheio do gênero para a espécie, da espécie para o gênero, duma espécie para outra, ou por via de analogia” (ARISTÓTELES. *Poética*. Cap. XXI, 1457b-6, p.42).

de seu funcionamento discursivo foram, posteriormente, revisitadas e “passadas a limpo” por Paul Ricoeur (2015), que dedicou numerosas páginas a problematizar uma aparente limitação nos escritos aristotélicos – especialmente em relação à “transgressão categorial”, ao “desvio lógico” implicado na metáfora. Além disso, o filósofo francês também sintetizou questões fundamentais que dizem respeito à metaforização como fenômeno semântico intrínseco a uma suposta essência da linguagem e, por isso, merece atenção:

Proponho três hipóteses interpretativas: em **primeiro** lugar ela [a transgressão categorial] convida a considerar em toda metáfora não somente a palavra ou o nome único, cujo sentido é deslocado, mas *o par* de termos, ou o par de relações, entre os quais a transposição opera (...) são necessárias sempre duas ideias para fazer uma metáfora. Se sempre há um equívoco na metáfora, se se toma uma coisa por outra por um tipo de erro calculado, o fenômeno é essencialmente discursivo. (...) Uma **segunda** linha de reflexão parece sugerida pela ideia de transgressão categorial, compreendida como um desvio em relação a uma ordem lógica já constituída, como desordem na classificação. (...) a metáfora porta uma informação na medida em que “re-descreve” a realidade. O erro categorial será então o intermédio entre descrição e redescricao. (...) Uma **terceira** hipótese, mais ousada, aponta para o horizonte da precedente. Se a metáfora deriva de uma heurística do pensamento, não se pode supor que o procedimento que desordena e desloca certa ordem lógica, certa hierarquia conceitual, certa classificação não é o mesmo do qual procede toda classificação? (...) não haveria segundo a expressão de Gadamer, uma “metafórica” em ação na origem do pensamento lógico, na raiz de toda classificação?

(RICOEUR, 2015, p. 39-40).

Com efeito, neste excerto entende-se que a metáfora torna-se verbo – metaforizar – e, como tal, implica um movimento ativo do locutor, que articula um *par de termos* e faz com que “se tome uma coisa por outra”, isto é, há uma transposição de significados relativamente estáveis. Além disso, mais além, ignorando a incompatibilidade (genérica, categorial) entre os termos, a metaforização produz um efeito de desvio lógico em relação a uma ordem anterior – na metáfora do governo como “nau”, por exemplo, a transgressão entre categorias fica explícita, como se apontou anteriormente. Porém, de fato, a grande questão que se apresenta problematiza justamente os parâmetros de estabelecimento da ordem, afinal, “não se pode supor que o procedimento que desordena e desloca certa ordem lógica (...) é o mesmo do qual procede toda classificação?” (RICOEUR, 2015, p.40). Esta reflexão, em certa medida, atribui à metaforização uma função primária na ontogenia do pensamento e da linguagem, responsável direta pelos procedimentos de classificação e categorização. Portanto, começa a se desenhar um conceito de metáfora que compreende processamentos semântico-cognitivos, operacionalizados por meio do discurso – esta discussão será aprofundada no próximo tópico deste capítulo. Importa, agora, sublinhar que a metáfora “recategoriza a realidade” e, por isso, participa ativamente dos processos de produção de sentido estabelecidos socialmente, pois

atua na delimitação de paradigmas sociais que configuram, por exemplo, as espécies e categorias para representar as “coisas”. Desse modo, entende-se que o percurso conceitual que faz da metaforização um procedimento elementar do pensamento e da linguagem inicia-se com a mobilização de signos linguísticos que, articulados por meio do discurso, irão compartilhar propriedades semânticas para representar a realidade, produzindo, assim, efeitos de sentido.

Sendo assim, a produção de sentido envolve processos de articulação de significados estáveis que operam a nível discursivo mediante uma prática social – o uso da língua – compartilhada pelos interlocutores. Desse modo, novamente o caráter social da língua assume papel privilegiado nos processos de produção de sentido e, por isso, de certa forma o uso empírico de um signo torna-o signo ideológico, já que esta articulação não é apenas de significados, mas também de relações sociais, ou seja, a natureza funcional dos signos depende também de uma mobilização ideológica. Nos termos de Bakhtin (2014, p.31): “Tudo que é ideológico possui um *significado*, e remete a algo situado fora de si. Em outros termos, tudo que é ideológico é um *signo*. *Sem signos não existe ideologia*”. De fato, Bakhtin chega a afirmar que o domínio dos signos é a própria esfera da ideologia, o que pressupõe que a relativa estabilidade de significado não envolve apenas propriedades semânticas, mas também ideológicas. No entanto, a palavra precisa ser enunciada para que se promovam as articulações de significado e a produção dos efeitos de sentido. Além disso, o sujeito que enuncia faz escolhas lexicais e, por isso, atribui ao signo um valor ideológico, que irá orientar o percurso semântico a ser traçado. Desse modo, entende-se que o signo ideológico nasce no discurso, por meio do uso da língua.

Com efeito, esta reflexão esbarra em outra antiga querela das ciências sociais: a consciência da intencionalidade. Nessa perspectiva, enunciar-se é materializar um contrato de comunicação social no qual os interlocutores posicionam-se ideologicamente mediante o uso de signos e em determinados contextos – temáticos, genéricos, situacionais. Assim, a mobilização do signo ideológico sugere um caráter objetivo e intencional que, por sua vez, implica consciência. Nesse viés, atribui-se grande responsabilidade ao sujeito no processo comunicativo, embora a dimensão mais elementar deste processo seja social, isto é, a consciência e as intenções do sujeito, em certa medida, circunscrevem-se ao pertencimento a uma determinada sociedade. De qualquer forma, as escolhas lexicais que um locutor faz para comunicar algo a alguém configuram uma perspectivação sobre o tema/objeto e, assim,

oferecem pistas ideológicas. Com isso, entende-se que o percurso semântico traçado pela interação verbal pode ser manipulado, constituindo, portanto, uma estratégia discursiva. Mesmo assim, convém questionar o quanto desse processo já “migrou para o inconsciente”, afinal, como foi dito, determinados recursos da linguagem tornam-se habilidades do pensamento e, por isso, em certa medida automatizam-se. Há padrões de produção de sentido cristalizados socialmente, como alguns sistemas metafóricos estáveis, em especial os que se apoiam em coordenadas de espaço/tempo. Exemplos deste tipo são: “Hoje estou *para baixo*” (espaço); “Sua visão está *desatualizada*” (tempo); “Essa vida é uma *viagem*. Pena eu estar só *de passagem*¹⁶” (trajetória/espaço). Em suma, de modo geral, pressupõe-se certo grau de consciência do sujeito que enuncia e, portanto, entende-se que a articulação de significados que irá alimentar a produção de sentido é um fenômeno sociodiscursivo.

Sendo assim, tem-se uma evidente confluência de fatores, configurações e circunstâncias atuantes sobre os processos de produção de sentido envolvidos na interlocução entre sujeitos. A princípio, os signos linguísticos, que comportam significados relativamente estáveis e oferecem um caráter cumulativo, são mobilizados na enunciação para representar a realidade e, assim, tornam-se signos ideológicos, pois a interlocução entre sujeitos é uma prática social e, como tal, envolve identidades sociais e visões de mundo – o pertencimento a um determinado grupo ou classe claramente exerce influência sobre o hiato entre a realidade e a percepção da realidade. Além disso, por meio do discurso os signos podem sofrer alterações e transferências de propriedades semânticas, como é o caso das metáforas. Desse modo, é a partir da articulação de significados que são gerados os efeitos de sentido e, por isso, essa logística pode se tornar uma estratégia discursiva. Metaforizar um fato social, como o fez Platão, permite, por exemplo, usar o signo ideológico para conduzir a interpretação da realidade, insinuar uma tese e, assim, produzir efeitos pragmáticos. Não obstante, se desenvolver uma estratégia discursiva implica mobilizar signos ideológicos, em certa medida implica também um movimento consciente do sujeito que enuncia. De fato, privilegia-se, na pesquisa, a análise das condições de produção e recepção do discurso considerando esta dimensão consciente do uso da linguagem, capaz de mobilizar signos ideológicos com objetivos e intenções específicos. Evita-se, no entanto, circunscrever toda e qualquer enunciação a fenômenos em que os interlocutores têm plena consciência da construção ideológica do discurso, afinal, como dito anteriormente, a cognição social é um modo de funcionamento estável no qual os sujeitos aprendem e perpetuam comportamentos simbólicos

¹⁶ Paulo Leminski

e, por isso, um sujeito pode reproduzir ou acatar determinados discursos em níveis mais superficiais de consciência, ou até mesmo inconscientemente.

2.2 Metaforização: processamentos cognitivos e efeitos pragmáticos

Priorizou-se até aqui uma abordagem semântica centrada no processamento discursivo da metáfora, responsável por promover articulações de significados estáveis para gerar efeitos de sentido. Além disso, como ficou claro, o inventário de significados contidos na língua nos serve de matéria-prima para representar as “coisas”, processar a realidade e, até mesmo, criar novas versões do mundo. Não obstante, entende-se que os recursos facultados pela linguagem – como a categorização e a referenciação, dispositivos semânticos elementares – tornam-se habilidades do pensamento e, assim, nos aproximamos de uma semântica cognitiva, cujo objetivo é avaliar o processamento mental da linguagem. Nesse viés, portanto, interpretamos a experiência pela via da linguagem e, por isso, a produção de sentido não se dá apenas a nível linguístico, mas também, e sobretudo, a nível cognitivo. Sendo assim, o funcionamento da metaforização amplia visivelmente seus territórios e projeta-se como recurso do pensamento. Na verdade, Paul Ricoeur já havia esboçado esta premissa ao revisitar Aristóteles e afirmar que, no caso das metáforas, “não se trata apenas de um simples deslocamento de palavras, mas de um comércio entre pensamentos, isto é, de uma transição entre contextos. Se a metáfora é uma habilidade, um talento, é um talento do pensamento” (RICOEUR, 2015, p. 129). Com efeito, o metaforizar – isto é, a metáfora como verbo – implica uma espécie de dialética semântico-cognitiva, que promove este “comércio entre pensamentos” e ocupa-se de processar a experiência.

Para explicar este fenômeno, Lakoff e Johnson (2002) desenvolveram a Teoria da Metáfora Conceptual, cuja premissa é a de que “nosso sistema conceptual ordinário, em termos do qual não só pensamos mas também agimos, é fundamentalmente metafórico por natureza” (LAKOFF; JOHNSON, 2002, p. 45). Nessa perspectiva, a metaforização é um modo de funcionamento cognitivo, um mecanismo elementar de processamento da experiência, que funciona por meio da projeção entre domínios conceituais do pensamento. Por isso, é possível atribuir à metáfora uma função primária nos processos da construção de conceitos – outro fenômeno que Ricoeur também percebeu, em crítica feita ao “desvio” de uma ordem lógica pré-estabelecida, apontado por Aristóteles; ora, não há um só conceito

lógico que prescindia, naturalmente, de pagar tributo à metáforização. De fato, essas noções concordam, em certa medida, com a análise do funcionamento discursivo da metáfora anteriormente apresentado, já que há, no mínimo, dois campos semânticos que, articulados, compartilham propriedades para desenvolver os processos de produção de sentido. No entanto, nos termos da Teoria da Metáfora Conceptual, a projeção se dá entre um *domínio-fonte*, que oferecerá as propriedades e características concretas da experiência, e um *domínio-alvo*, mais abstrato. Assim, a metáforização promove uma dialética entre os domínios conceituais que contêm memórias e experiências concretas e os domínios abstratos que serão representados/conceituados baseando-se nos elementos desta projeção. Em outros termos, a interpretação da realidade, de eventos particulares ou de fatos sociais, acessa os domínios conceituais da memória e do pensamento, os quais oferecem as fontes de referência, para representá-los em termos de outro domínio e, assim, processar a experiência.

De modo geral, o processamento cognitivo da experiência, nessa perspectiva, mapeia e ativa *frames*¹⁷ a partir da recepção de estruturas linguísticas para, com isso, articular a produção de sentido, a interpretação. Além disso, como já foi dito, há esquemas metafóricos socialmente estáveis, que organizam e sistematizam certos padrões de produção de sentido – os quais foram intitulados por Lakoff e Johnson (2002) como *metáforas orientacionais*, pois se atribui a um conceito uma orientação espacial. Assim, por exemplo, se “feliz é pra cima” e “triste é pra baixo”, desenvolve-se uma sistematicidade subsequente que licencia metáforas como “saúde é pra cima”, “doença é pra baixo”, ou até mesmo “mais é pra cima”, “menos é pra baixo”. Portanto, a metáforização é um fenômeno elementar não apenas do pensamento, mas também da construção de conceitos fundamentais cotidianos, adaptados de experiências físicas e sociais. Evidentemente, ao explorar a intimidade entre pensamento e linguagem, a Teoria da Metáfora Conceptual é um grande marco tanto para os estudos linguísticos quanto para os estudos cognitivos e, por isso, naturalmente tornou-se alvo de aprofundamentos teóricos pelos estudiosos destas áreas. Com efeito, Fauconnier e Turner (2002) teceram fecundas reflexões acerca da projeção entre domínios e desenvolveram o conceito de *integração conceitual* para explicar o processamento mental da linguagem.

Para os autores, não há apenas uma projeção conceitual entre um *domínio-fonte* e um *domínio-alvo*, cujo funcionamento “traduz” um domínio de experiência em termos de outro;

¹⁷ Segundo Ferrari (2014, p.50): “O termo *frame* designa um sistema estruturado de conhecimento, armazenado na memória de longo prazo e organizado a partir da esquematização da experiência. [...] basicamente, [...] o significado das palavras é subordinado a *frames*”.

nessa perspectiva, parte-se de um *espaço genérico*, o qual licencia a compatibilidade entre espaços mentais cujos *frames* serão projetados em um novo domínio integrado (*blend*). Em outros termos, a mobilização de estruturas linguísticas (*space builders*) aciona espaços mentais que, ancorados em um *espaço genérico*, projetam seus elementos e propriedades para o *espaço-mescla*. Ocorre, assim, a integração conceitual, que emerge deste compartilhamento. Portanto, entende-se que a produção de sentido é um fenômeno semântico-cognitivo, cujo funcionamento mobiliza espaços mentais que se tornarão as bases para o estabelecimento da referência e, conseqüentemente, para o processamento da experiência. Não obstante, se desta logística emerge um novo espaço mental, a referenciação torna-se um recurso criativo e, por isso, mais uma vez fica visível como determinadas faculdades da linguagem tornam-se habilidades do pensamento. De fato, a Teoria dos Espaços Mentais ampliou algumas das noções postuladas por Lakoff e Johnson (2002), embora tenha prescindido de pagar tributo incondicional à metaforização. Segundo Ferrari (2014, p. 109): “a principal premissa da pesquisa com espaços mentais é que as mesmas operações de correspondência entre domínios (*mappings*) atuam na semântica elementar, na pragmática e no raciocínio abstrato”. Desse modo, a interpretação da experiência orienta-se por uma espécie de rede de compartilhamento de informações, que é acionada por estruturas linguísticas e torna-se base de referência.

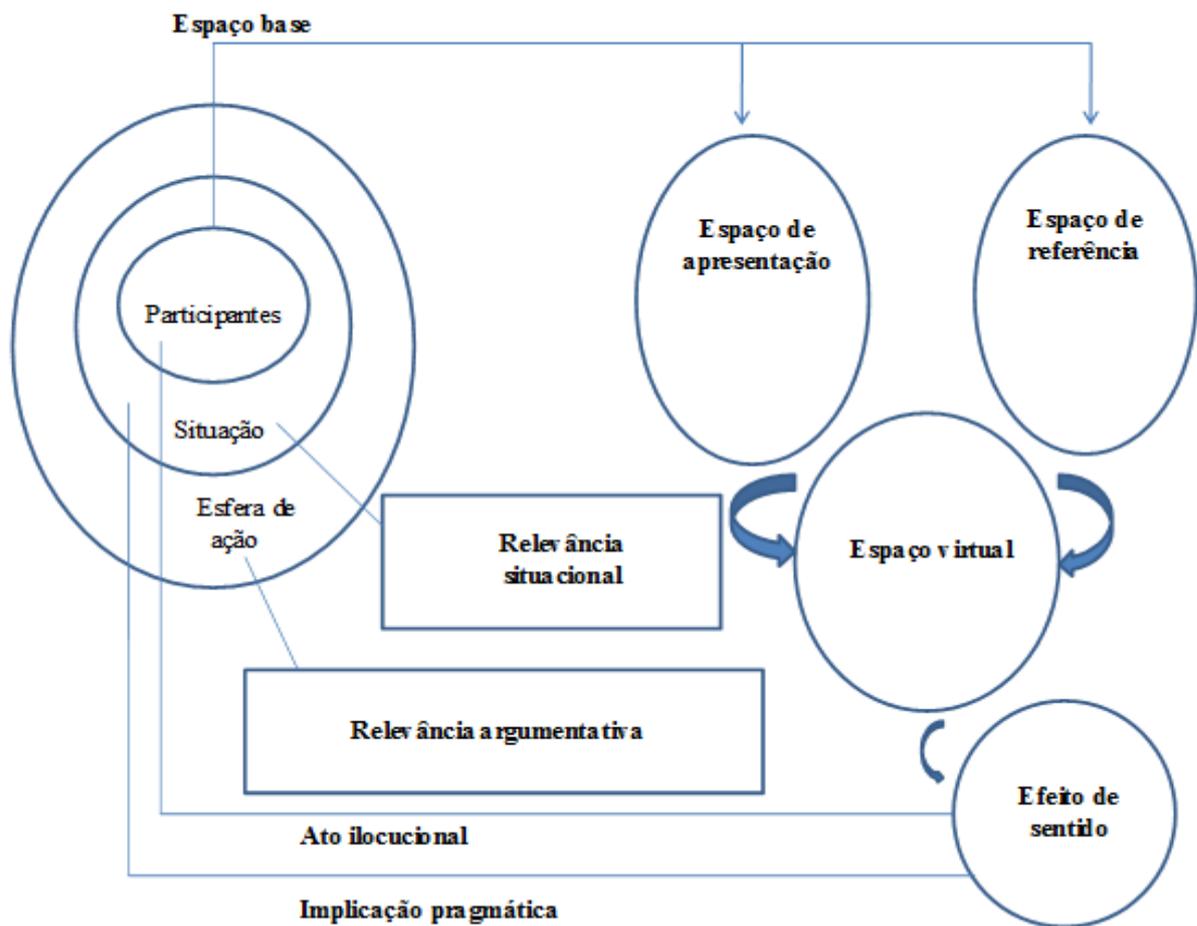
Sendo assim, Fauconnier e Turner (2002) lançaram à luz questões discursivas atuantes sobre o processamento mental da linguagem, afinal, os efeitos de sentido fomentados na integração conceitual dependem de uma mobilização linguística que é oriunda de uma prática social. Além disso, se os espaços que oferecerão os *frames* são licenciados pelo *espaço genérico*, evidentemente há implicações contextuais que devem ser consideradas. Por isso, entende-se que o funcionamento semântico-cognitivo desenvolvido pela projeção entre espaços mentais implica uma dimensão discursiva que, de certa forma, conecta-se ao espaço genérico que licencia a projeção. De fato, esse espaço base inicial permanece carente de detalhamentos mais objetivos, para calcular com maior precisão os agentes, as circunstâncias e as ações realizadas nas práticas de linguagem. Não obstante, se é por meio de estruturas linguísticas que todo este processo é colocado em funcionamento, evidentemente as intenções e as escolhas lexicais dos sujeitos merecem atenção especial. No entanto, antes de retornarmos propriamente à metaforização, que de certa forma se torna um exemplo por excelência da integração conceitual, importa considerar brevemente algumas contribuições de Austin (1965) sobre a Teoria dos Atos de Fala, no intuito de evidenciar mais uma dimensão das práticas de linguagem que têm efeitos sobre a experiência.

Para o autor, por meio do uso da linguagem podem-se realizar ações, isto é, há forças extralinguísticas implicadas na enunciação, que atuam em diferentes níveis pragmáticos. Segundo Austin, existem três espécies de atos de fala: (i) a *locução* consiste no ato de dizer algo, semântica e morfossintaticamente; (ii) a *ilocução* é propriamente a ação efetuada ao se dizer algo – como uma ordem ou um alerta; por fim, a *perlocução* é o efeito da ação realizada, o impacto no receptor. Desse modo, evidenciam-se dimensões extremamente relevantes nos processos de produção de sentido e que exercem influência direta sobre a experiencição da realidade, a qual, como se sabe, é mediada por práticas sociais em uma determinada sociedade. Com efeito, torna-se inviável isolar as dimensões discursivas e pragmáticas dos processamentos semântico-cognitivos até aqui observados, afinal, entende-se que no centro de toda interação verbal tais dimensões são complementares, cúmplices na produção de sentido. Portanto, as condições de produção e recepção do discurso, além de serem atuantes no processamento semântico-cognitivo da linguagem, podem ser determinantes para produzir efeitos pragmáticos capazes de impactar a experiencição da realidade, por meio dos atos de fala. Nessa perspectiva, destaca-se novamente a metaforização, entendida em sua plenitude como um complexo processo semântico-cognitivo operacionalizado por meio do discurso que, não obstante, pode se tornar uma eficiente estratégia discursiva para conduzir a interpretação da realidade e, com isso, gerar efeitos pragmáticos sobre os interlocutores – e até mesmo impactar seu comportamento.

Brandt (2004) esquematizou todas estas dimensões com visível eficiência e propôs um modelo mais completo da *arquitetura dos espaços*, no qual estão mapeadas as condições de produção do discurso, os processos semântico-cognitivos traçados e os efeitos pragmáticos implicados. Para tanto, alguns pressupostos assumidos anteriormente por Fauconnier e Turner (2002) foram expandidos e detalhados, especialmente na lacuna teórica da delimitação do *espaço genérico*. Assim, o autor propôs a noção de *espaço base semiótico*, que se desdobra em três dimensões: (i) a de realização empírica da interação verbal; (ii) a da situação na qual estão inseridos os interlocutores; (iii) e a da esfera de ação, isto é, a esfera da experiencição. Além disso, é a partir deste *espaço base semiótico* que são estabelecidos os espaços de entrada, a saber, o *espaço de apresentação* e o *espaço de referência*, que projetarão suas propriedades e características sobre o *espaço virtual (blend)*, gerado a partir da integração conceitual. Além destes três espaços, somam-se ainda os *espaços de relevância situacional e argumentativa*, que exercerão influência sobre o produto final de todo este complexo funcionamento: o efeito de sentido. Por fim, sublinhe-se que as dimensões pragmáticas

postuladas pela Teoria dos Atos de Fala também são contempladas neste modelo da arquitetura dos espaços, já que no interior do *espaço base semiótico* os interlocutores estão inseridos em um contexto situacional específico e compartilham entre si a experiência por meio do discurso; portanto, as três espécies de atos de fala atuam sobre o efeito de sentido emergente. De fato, no núcleo deste processo o sujeito que enuncia evidentemente pratica o ato *locutório*, de colocar a língua em funcionamento, e projeta um ato *ilocutório* que revela, de certa forma, sua perspectiva sobre o tema/objeto e sugere um posicionamento ideológico. Por fim, o ato *perlocutório* foi chamado por Brandt de *implicação pragmática* e corresponde aos impactos produzidos sobre o interlocutor. Segue abaixo um diagrama elaborado por Oakley em adaptação às contribuições de Brandt, traduzido por Mendes e Miranda (2016):

FIGURA 1: Modelo da arquitetura dos espaços



Fonte: MENDES; MIRANDA, 2016, p.247.

Nota-se, portanto, que ao elaborar detalhadamente o *espaço base semiótico* Brandt enriqueceu o quadro teórico previsto na integração conceitual e destacou dimensões discursivas e pragmáticas fundamentais que atuam sobre os processos de produção de sentido e, conseqüentemente, de interpretação da realidade. Com isso, assume-se que o processamento mental da linguagem é acionado via interação verbal entre sujeitos inseridos em um determinado contexto situacional que, ao colocarem a língua em funcionamento, posicionam-se ideologicamente e, por meio do discurso, podem desenvolver estratégias com o intuito de impactar a interpretação da experiência e o comportamento dos receptores. Assim, o funcionamento dos processos de metaforização destaca-se não apenas por ser um valioso recurso discursivo, mas, sobretudo, porque, em concordância a Lakoff e Johnson (2002), entende-se que suas articulações semântico-cognitivas estão na base da formação de conceitos cotidianos e do processamento mental da linguagem. Desse modo, o percurso conceitual delimitado pela pesquisa visa possibilitar à análise um mapeamento profundo do funcionamento, das potencialidades e das implicações da metaforização para, a partir disso, evidenciar como as metáforas podem ser usadas como estratégias discursivas para conduzir a interpretação da experiência em um determinado contexto situacional.

Sendo assim, esse capítulo buscou sintetizar, respectivamente, as dimensões semânticas, discursivas, cognitivas e pragmáticas consideradas relevantes à análise subsequente, que se apoia na esfera política brasileira entre 2013 e 2016 para evidenciar o impacto pragmático de determinadas metáforas sobre a experiencição da realidade. Nessa perspectiva, como dito anteriormente, as metáforas que foram selecionadas para análise são entendidas como metonímias do posicionamento ideológico das manifestações populares e dos veículos de comunicação a respeito da conjuntura da crise político-econômica brasileira. Além disso, pretende-se demonstrar que algumas estratégias discursivas utilizadas neste contexto foram extremamente significativas para reconfigurações na esfera política, especialmente em 2016. Portanto, em concordância ao caráter multimodal da metaforização, o próximo capítulo destina-se a mapear e avaliar os processos semântico-cognitivos, as estratégias discursivas e os efeitos pragmáticos das metáforas selecionadas sobre a experiencição da população brasileira em cada um dos recortes temporais delimitados, bem como evidenciar os principais agentes sociais idealizadores das estratégias discursivas e, finalmente, suas contribuições para a reconfiguração da esfera política brasileira na totalidade do período selecionado – 2013 a 2016.

CAPÍTULO 3: A METAFORIZAÇÃO NA ESFERA POLÍTICA

Com vistas a realizar uma análise qualitativa do funcionamento, das potencialidades e dos efeitos pragmáticos da metáforização – compreendida como sofisticado recurso da linguagem e do pensamento e que, não obstante, pode se tornar uma eficiente estratégia discursiva – a seleção das metáforas atuantes no cenário político brasileiro no período em questão baseia-se em seus graus de relevância e em suas efetivas aparições tanto no discurso das mobilizações populares quanto na narrativa midiática acerca dos fatos sociais. Assim, a amplitude discursiva das metáforas é o primeiro critério de seleção e, por isso, tentou-se rastrear seu aparecimento nos mais diversos gêneros textuais e suportes. Desse modo, charges, artigos de opinião, notícias, bem como fotografias das manifestações populares, que retratam faixas e cartazes, foram recolhidos e catalogados para evidenciar a participação das metáforas na esfera política. Com efeito, como dito anteriormente, a partir deste rastreamento, notou-se certo encadeamento discursivo, o qual entende-se ser coerente ao agravamento da crise político-econômica brasileira e corresponde à envergadura pragmática do consenso que em 2016 contribuiu grandemente para drásticas reconfigurações na esfera política. Nesse sentido, as metáforas selecionadas são metonímias do teor ideológico que as manifestações populares foram assumindo; posteriormente, do posicionamento antigovernista que destituiu Dilma Rousseff da presidência do país; e, finalmente, da reação do contra-discurso ao *impeachment*.

Sendo assim, o terceiro capítulo dedica-se a avaliar com profundidade como as metáforas selecionadas participaram da construção do consenso e, principalmente, como elas se tornaram estratégias discursivas para conduzir a interpretação da conjuntura política e impactar o comportamento da população. Para tanto, cada uma das metáforas será analisada detalhadamente, à luz das teorias já apresentadas, com o objetivo de rastrear todas as referências contidas nos processos semântico-cognitivos, bem como calcular suas estratégias e seus impactos pragmáticos. Não obstante, para evidenciar como as metáforas de cada período dialogam entre si e, assim, constroem o encadeamento discursivo, este capítulo se divide em duas partes, as quais se referem aos dois recortes temporais já estabelecidos – 2013/2014 e 2015/2016 – mas que, panoramicamente, demonstrarão como a gradativa construção do consenso sobre a conjuntura da crise político-econômica brasileira teve influência direta nas reconfigurações da esfera política. Espera-se, com isso, alcançar uma leitura crítica do período em questão e contribuir para o desenvolvimento dos estudos da linguagem. Dito isso, procedemos agora à análise.

3.1 As metáforas do período 2013/2014: referências, estratégias e impactos

3.1.1 O gigante acordou

Com 8.515.759 km² de extensão territorial¹⁸ e pouco mais de duzentos e sete milhões de habitantes, evidentemente o Brasil faz jus à alcunha de “gigante pela própria natureza”. Esse fato, no entanto, embora sinalize força, magnitude, em termos de unidade nacional e soberania política pode representar um “gigante empecilho”. Apesar do flagrante potencial para se tornar um império, o país nunca logrou projeção política mundialmente relevante, tampouco conseguiu, em mais de quinhentos anos de história oficial, tornar-se uma nação plenamente desenvolvida. Fato é que a identidade nacional de um território que conta com vinte e seis estados e um distrito federal fatalmente está à mercê de uma vasta diversidade cultural e, sobretudo, de visões de mundo distintas – não raro, conflitantes. Nesse viés, a unidade nacional brasileira é fragmentária, quiçá falaciosa¹⁹. Além disso, as pretensões imperialistas das castas políticas tupiniquins são irrisórias; contentam-se com a corrupção em nível de país subdesenvolvido e, para gozar de seus parques espólios, não veem problema em sabotar a soberania geopolítica do próprio país. De qualquer forma, a gigante nação continua sendo explorada exaustivamente; somos “eterna” fonte de matéria-prima aos olhos do mundo e, para que isso continue acontecendo, é importante que permaneçamos colonizados, tutelados – portanto, interessa às potências mundiais o caráter fragmentário e incoeso tanto da identidade quanto da soberania nacionais.

Mesmo assim, pode-se, estrategicamente, exaltar as enormes proporções do território e da população brasileira para forjar uma unidade nacional homogênea, ainda que temporária e ilusória, e, com isso, promover ações que dependem de certo consentimento da população, de modo geral. Eis aí uma estratégia recorrente na história do país. Grandeza, força e resistência são os atributos acionados pela popular metáfora que emergiu em 2013 e voltou às ruas na forma de brado político: *o gigante acordou*. De fato, para além da evidente menção no Hino Nacional, o gigante já havia figurado em cartazes de manifestantes em 1964, na Marcha da Família com Deus pela Liberdade – uma série de passeatas acontecidas nas principais capitais do país em que milhares de brasileiros, temendo a famigerada “ameaça comunista”, evocaram

¹⁸ Dados colhidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e publicados no Diário Oficial da União (DOU) número 124, de 30 de junho de 2017. Disponível em: https://ww2.ibge.gov.br/home/geociencias/cartografia/default_territ_area.shtm Acesso em 06/11/2017.

¹⁹ Exemplo disso foi a ignóbil iniciativa dos três estados sulistas (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul), em 2016, de emanciparem-se do Brasil. Ver: <https://www.sullivre.org/> Acesso em 06/11/2017.

a grandeza e a força do gigante para mostrar ao mundo que “um filho teu não foge à luta”. No entanto, como se sabe, o Golpe Civil-Militar ocorrido em 31 de março do mesmo ano violentamente nocauteou o gigante por vinte e um anos. A Ditadura tornou-se, ela mesma, o gigante. Com isso, nota-se que a metáfora em questão teve influência relevante nos acontecimentos que culminaram na morosa, amarga e lancinante experiência com os militares no poder, pois logrou promover momentânea unidade nacional, baseada na força, na reação, na resistência. A metáfora tornou-se, portanto, metonímia do pensamento coletivo e claramente participou da reconfiguração do cenário político da época, isto é, conseguiu promover, por meio do discurso, impacto pragmático sobre o funcionamento social.

FIGURA 2: Cartaz “O gigante acordou,” em 1964



Fonte: <https://br.noticias.yahoo.com/blogs/jornalismo-wando/o-gigante-acordou-e-vai-marchar-com-fam%C3%ADlia-105508168.html>

Com efeito, catalogada no inventário de metáforas populares, não apenas a esfera política lançou mão de suas potencialidades discursivas e pragmáticas. Mais recentemente, em 2011, a produtora escocesa de uísque Johnnie Walker exaltou, por meio de campanha publicitária, a grandeza da nação – com outros objetivos, evidentemente. Neste mesmo ano o Brasil, surpreendentemente, tornou-se o maior mercado consumidor da franquia que, por isso, resolveu “presentear” o país com a campanha inédita e exclusiva. Com um minuto de

duração, o vídeo²⁰ produzido pela fabricante escocesa é ambientado na capital carioca e personifica o Pão de Açúcar – nesse caso cumprindo a função de metonímia do Brasil – em um gigante de pedra que, erguendo-se de suas bases, caminha em direção ao mar. Além, claro, da metáfora visual, ao fim do anúncio figura a metáfora verbal, com ligeira variação em relação à original, seguida do consagrado *slogan* da marca: “O gigante não está mais adormecido. *Keep walking, Brazil*”. Elaborada por motivações mercadológicas, sem teor ideológico aparente a olhos desatentos, a campanha recicla a metáfora por meio de uma estratégia de *marketing* que se baseia justamente na exaltação da grandeza do país para conseguir impactar seu público-alvo e, finalmente, cumprir seu objetivo: vender um estilo de vida grandioso, não apenas um produto. Em outros termos, a fabricante escocesa usou uma estratégia discursiva que, além de inteligentemente acionar uma metáfora cristalizada nos patrimônios linguístico e cultural do país e com isso fomentar adesão quase instantânea, visa impactar o comportamento dos receptores, de modo a persuadi-los a adotar um estilo de vida coerente ao que se espera do seu público consumidor. De fato, vender a ideologia garante a venda do produto. Não à toa existe grande intercâmbio entre o discurso publicitário e o discurso político.

Outro exemplo disso é a metáfora seguinte – *vem pra rua* – que é originária de uma campanha publicitária elaborada em 2013 pela FIAT aparentemente com o objetivo de incentivar a população a prestigiar os jogos da seleção brasileira de futebol na Copa das Confederações. A efervescência da esfera política, todavia, absorveu a metáfora publicitária e a consagrou como lema das manifestações, tornando-se, inclusive, nome de um movimento social em 2014. Oportunamente analisaremos as referências, as estratégias e os impactos desta segunda metáfora. Importa agora rastrear com mais precisão o contexto em que “o gigante acordou”, discursiva e pragmaticamente. De fato, como já foi dito em capítulos anteriores, entende-se que 2013 representa o início de um período extremamente conflituoso e nocivo ao funcionamento orgânico da sociedade brasileira, cujas consequências foram decisivas para as drásticas reconfigurações na esfera política, especialmente em 2016, e que se estenderão por, no mínimo, vinte anos, em vista das veementes e invasivas reformas em quase todos os setores sociais mais importantes, a exemplo da saúde e da educação. Com efeito, 2013 simboliza, em certa medida, o prelúdio da grave crise político-econômica que não apenas desestabilizou e pulverizou a governabilidade presidencial, mas custou à nação a sua onírica soberania geopolítica.

²⁰ Ver: https://www.youtube.com/watch?v=_2cA63D3QMU

Embora comumente não se hesite em associar o início da onda de protestos de 2013, conhecida como *Jornadas de junho*, ao aumento das tarifas dos transportes coletivos, convém considerar, também, uma série de fatores que gradativamente abasteceram a insatisfação popular, sobretudo os escândalos de corrupção incessantemente noticiados pela mídia brasileira, como o Mensalão, iniciado em 2005, que trancafiou volumoso contingente de integrantes de partidos políticos tradicionais. Evidentemente a indignação fomentada por esse tipo de acontecimento não se desfaz tão facilmente na memória da população; fica latente até ser reativada, sobretudo porque alguns dos nomes envolvidos nestes escândalos saíram ilesos. Além disso, em termos mais panorâmicos, a desigualdade social resiste há séculos no Brasil e impacta cotidianamente a vida de mais da metade de seus habitantes, os quais – também cotidianamente – assistem a corrupção anular todo o potencial do país de se tornar uma nação desenvolvida. Não obstante, em termos mais específicos, dois grandes eventos futebolísticos foram sediados à época no Brasil: a Copa das Confederações, em 2013, e a Copa do Mundo, em 2014. Ambos, obviamente, exigiram dos cofres públicos um tremendo gasto que, em virtude da má qualidade na prestação dos serviços públicos pelo Estado, foi severamente questionado e repudiado pela população. Portanto, em termos gerais, dificilmente o Brasil sairia ileso de todo este “potencial explosivo” que, por fim, carecia apenas de mais uma faísca incisiva: vinte centavos.

O gigante acordou em junho de 2013 personificado em um público assaz diverso, pois embora o aumento de vinte centavos nas tarifas dos transportes coletivos tenha se encarregado de promover uma pauta acessível – essa sim, encabeçada pelo Movimento Passe Livre (MPL), em São Paulo – muitos dos que ali estavam tinham suas próprias reivindicações e descontentamentos com a esfera política. De qualquer forma, a intensa repressão policial que se sucedeu ao início dos protestos, para seu próprio desserviço, alavancou a incipiente “unidade discursiva” dos manifestantes, que incluíram na pauta coletiva o direito democrático de protestar. A mídia, então, cumpriu seu papel de divulgação²¹ e, para isso, não foram raras as aparições da metáfora *o gigante acordou* em notícias, reportagens, artigos de opinião e

²¹ Sobre o posicionamento da mídia cabe uma ressalva. Nos primeiros protestos, em junho de 2013 na capital paulista, a cobertura jornalística, embora tenha reconhecido o caráter democrático destes eventos, tratou-os como “transtornos” à vida cotidiana e concentrou-se em noticiar os confrontos entre a polícia e os manifestantes. Além disso, nessa época os “black blocs”, ativistas políticos mais veementes, tornaram-se alvo de investidas tanto da polícia quanto da mídia, que os acusou de vandalismo. No entanto, houve uma mudança de postura da mídia, na medida em que o volume e a relevância dos protestos começaram a atingir nível nacional. Além disso, a repressão policial, a qual também atingiu diversos repórteres que cobriam os protestos, foi fator decisivo para esta mudança de postura na cobertura midiática. Em suma, em 2013 há pelo menos duas “posturas” jornalísticas, responsáveis, nas devidas proporções, por alavancar ainda mais a unidade nacional.

charges nos principais veículos de comunicação do país. Desse modo, os agentes sociais outrora fragmentados – porém engajados – começaram a esboçar o grau mínimo da unidade coletiva que é necessária para a promoção de quaisquer reconfigurações sociopolíticas relevantes. Para tanto, estabeleceu-se um consenso sobre a conjuntura política, baseado na força da reação de um gigante país que se propôs a mudar seu *status* de adormecido para acordado. Com efeito, impulsionados pelo afã das redes sociais e pela intensa divulgação dos veículos de comunicação, os protestos lograram impactar a agenda governamental desse mesmo ano, cujos maiores frutos, além da revogação do aumento das passagens em algumas capitais, foram a aprovação da corrupção como crime hediondo²² e a rejeição da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 37/2011²³ pela Câmara dos Deputados.

Entende-se, portanto, que as condições de produção do consenso se formaram porque a pauta de repúdio ao aumento das tarifas dos transportes foi suficiente para ativar as insatisfações latentes do povo brasileiro que, em resposta à repressão policial e amparado pelos veículos de comunicação, conseguiu algo mais importante do que uma pauta de reivindicações unificada: iniciou uma mudança no comportamento coletivo. Sendo assim, importa analisar com rigor mais técnico como se deu este advento, para evidenciar como a estratégia discursiva da metáfora logrou impacto pragmático sobre as esferas que administram o Estado. Antes disso, no entanto, sublinhe-se que além das intertextualidades já apontadas (Hino Nacional, Marcha de 1964 e campanha Johnnie Walker), há outras duas particularmente relevantes, as quais somaram forças à mudança de comportamento da população. A primeira refere-se ao romance do escritor anglo-irlandês Jonathan Swift, “As viagens de Gulliver”, no qual o protagonista, perigoso gigante aos olhos dos diminutos habitantes da ilha de Lilliput, durante curto período de tempo é aprisionado por eles, até mostrar-se valioso ao rei local. Entende-se que essa referência aponta uma flagrante ironia, na qual o grande e poderoso é subjugado pelo organizado e diminuto e, por isso, agrega valor simbólico ao contexto em questão. Não obstante, a série de quadrinhos “V de Vingança”, consagrada em adaptação fílmica em 2006, na qual um carismático e letal justiceiro milita em

²² Ver: <https://senado.jusbrasil.com.br/noticias/100582362/aprovado-projeto-que-torna-corrupcao-crime-hediondo>

²³ A PEC 37/2011 propunha-se a reduzir a amplitude de atuação do Ministério Público (MP) e a sobrecarregar as polícias Civil e Federal, temerariamente facilitando eventuais prescrições em investigações criminais relevantes aos olhos da população, a exemplo dos numerosos escândalos de corrupção envolvendo membros proeminentes do Congresso Nacional. Veja o texto integral da PEC 37, assinado por Lourival Mendes (PTdoB/MA): http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=E95F3C9CF3D6EBFD7C066096CD89824D.proposicoesWebExterno1?codteor=969478&filename=PEC+37/2011

favor do desmonte de uma realidade distópica e ditatorial, também foi incorporada ao discurso dos protestos, por meio da distinta máscara que caracterizava o protagonista, usada por vários manifestantes à época.

FIGURA 3: Publicidade “O gigante acordou”, em 2013



Fonte: <https://psychoreader.wordpress.com/2013/06/18/so-20-centavos/>

Com efeito, mapeadas as intertextualidades, passamos à análise dos processos semântico-cognitivos. À luz das teorias já apresentadas, especificamente das contribuições de Oakley (2009), delimitam-se no *espaço de apresentação* todas as fontes e intertextualidades supracitadas, armazenadas no imaginário e na memória coletiva, destacando-se a força e a grandeza do gigante, ser mitológico presente em quase todas as culturas do globo, bem como a importância do verbo *acordar*, cumprindo a função de simbolizar uma mudança de *status* no comportamento. No *espaço de referência*, então, figura a postura da população diante da conjuntura política que, embora já tivesse iniciado seu “despertar”, ainda não tinha coesão suficiente para fazer disso uma militância política organizada e convicta. Isso se explica pelo fato de no núcleo da interação verbal – do *espaço base semiótico* – existirem vários agentes sociais, isto é, os participantes do processo comunicativo englobavam, por um lado, a sociedade brasileira, de modo difuso, e a mídia, responsável por ser porta-voz virtual da população perante o governo que, por sua vez, representa o outro lado da interlocução. Desse

modo, inseridos em um contexto situacional imediato de prelúdio da crise política, em vista dos diversos descontentamentos da população brasileira – baseados nas mazelas sociais cotidianas previamente apontadas, bem como em determinadas decisões políticas e econômicas tomadas pelo governo que, nesse caso, encontraram nos “vinte centavos” um gatilho para serem ativados – os participantes da interação verbal alavancaram uma mudança no comportamento coletivo, a qual ainda dependia de um maior grau de unidade para lograr êxito relevante. Por isso, a metáfora “o gigante acordou” é apenas a premissa de um silogismo incompleto, cuja conclusão – o efeito de sentido – concretiza-se na próxima metáfora selecionada: *vem pra rua*.

FIGURA 4: Cartaz “O gigante acordou” e “#vem pra rua”, em 2013



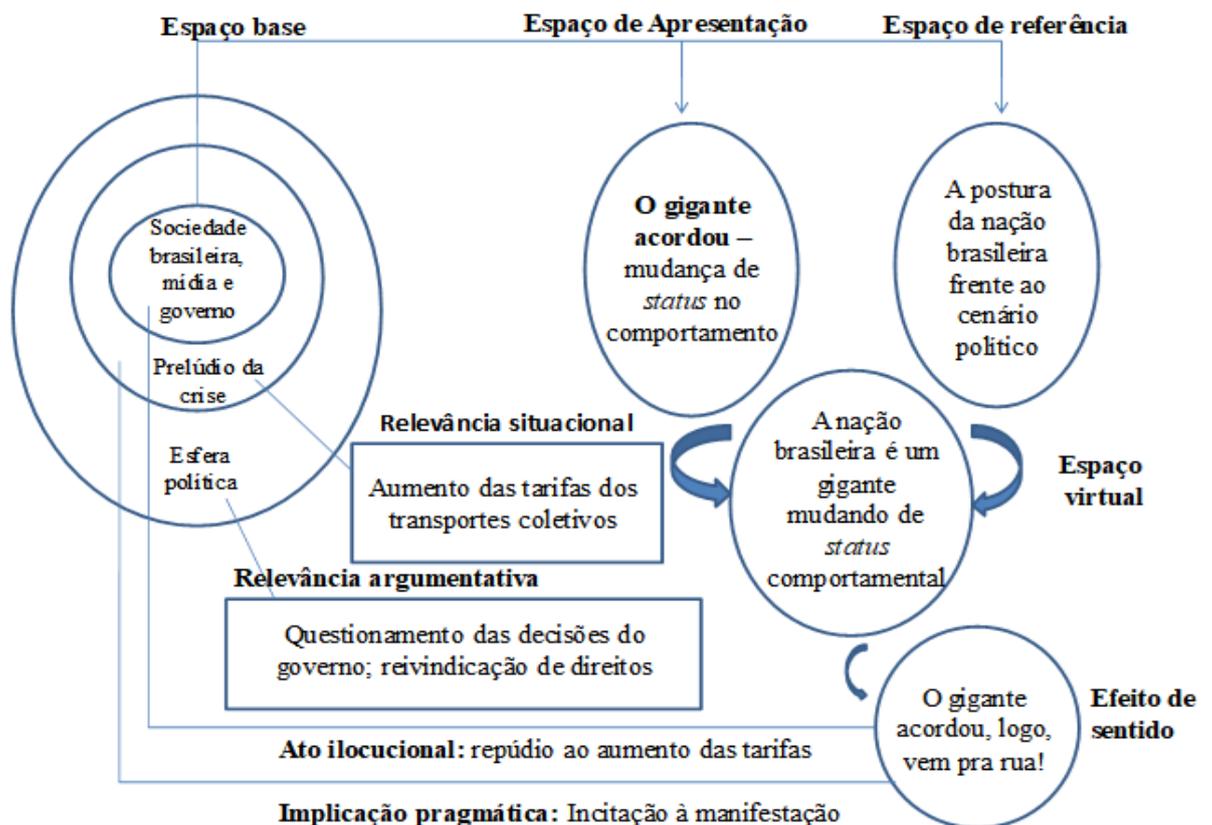
Fonte: http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/06/130624_protestos_slogans_cc

3.1.2 Vem pra rua

Fato é que acordar não garante a superação da inércia. Em termos de posicionamento político é preciso militar, ir às ruas. Com efeito, a incitação à manifestação é o produto final do efeito de sentido da estratégia discursiva difundida pelos manifestantes nos protestos contra o aumento das tarifas, que começaram a vislumbrar uma oportunidade não apenas de questionar determinadas decisões do governo e reivindicar direitos sociais, mas, sobretudo, de tentar impulsionar uma eventual unidade nacional. De fato, entende-se que a pauta coletiva tornou-se, em termos panorâmicos, consolidar a mudança de *status* no comportamento do

“gigante”, de modo a mobilizar os brasileiros ainda desacordados, inertes. Sendo assim, voltando aos termos de Brandt (2004), por meio de um *ato ilocucional* de repúdio ao aumento das tarifas, a *implicação pragmática* do evento comunicativo é, como já foi dito, a incitação à mobilização. Para tanto, atingiu-se um consenso sobre a conjuntura política, cuja premissa emerge no *espaço virtual* e projeta no efeito final de sentido o silogismo completo do percurso argumentativo: *o gigante acordou, logo, vem pra rua*. Nota-se, com isso, que já começa a se desenhar o encadeamento discursivo citado anteriormente, o qual demonstra um intercâmbio, um diálogo entre as metáforas e, também, é coerente ao que veio a se tornar a grave crise político-econômica que resultou no *impeachment* de 2016 – voltaremos a este tópico mais adiante. Com efeito, para ilustrar a análise, segue abaixo o diagrama que contém a aplicação do modelo da *arquitetura dos espaços mentais*, idealizado por Oakley (2009) e traduzido por Mendes e Miranda (2016).

FIGURA 5: Análise das metáforas 3.1.1 e 3.1.2 aplicada ao modelo da arquitetura dos espaços



Fonte do original: MENDES; MIRANDA, 2016, p. 247.

Sublinhe-se que, embora represente a conclusão de um silogismo, a metáfora *vem pra rua* tem suas próprias referências e percursos semântico-cognitivos. Como já foi dito, elaborada como campanha publicitária pela FIAT às vésperas da Copa das Confederações, a metáfora chegou às telas brasileiras em maio de 2013, por meio de um vídeo promocional²⁴ protagonizado pela banda nacional *O Rappa*, que desenvolveu letra e melodia exclusivas para a campanha. Nesse caso, a premissa publicitária consta no refrão da música (“Vem pra rua, porque a rua é a maior arquibancada do Brasil”) e a conclusão corporifica-se no *slogan* da propaganda oficial (“Vem com quem mais entende de rua. Vem com a Fiat”). Com efeito, as motivações mercadológicas da campanha, explorando a “paixão nacional”, metaforizaram a rua em arquibancada e visavam incitar a população a torcer pela seleção brasileira de futebol – além, claro, de vender seu próprio produto. Não obstante, em um dos trechos da música nota-se diálogo sutil com a metáfora anterior, como se pode perceber no seguinte excerto: “Vem, vamo pra rua/ Pode vim que a festa é sua/ Que o Brasil vai tá gigante/ Grande como nunca se viu”). Com isso, novamente evidencia-se a existência do encadeamento discursivo citado anteriormente e, mais além, confirma-se também que existem metáforas socialmente cristalizadas, as quais são acionadas a partir de objetivos específicos. De qualquer forma, em vista do contexto em questão, a metáfora expandiu-se para o cenário político e, para tanto, ressignificou-se apenas a conclusão da campanha, mantendo-se, portanto, a premissa, bem como sua eventual implicação pragmática: a incitação à mobilização do povo brasileiro.

Nessa perspectiva, não apenas a música elaborada pela campanha da FIAT foi entoada nas manifestações, em forma de brado político, mas a metáfora transformou-se em uma *hashtag* – recurso moderno de indexação típico das redes sociais usado para destacar e divulgar os tópicos ou temáticas mais populares – e, assim, rapidamente expandiu-se entre a população brasileira, em especial o público jovem, na forma de convite à mobilização. Além disso, a *hashtag* não parou nas redes sociais, figurou em muitos cartazes de manifestantes. Com isso, a estratégia discursiva adotada desdobrou consideravelmente a amplitude pragmática da campanha, a qual foi ressignificada, naquele momento, pelos setores sociais mais ativos à época e que visavam convocar integralmente a população brasileira a ir às ruas, a militar. Fato é que nesse período, entre os meses de junho e julho de 2013, o público dos protestos atingiu índices extremamente significativos na maioria dos estados brasileiros e a pauta de reivindicações foi se tornando mais bem delimitada, englobando, assim, (i) redução das tarifas, (ii) repúdio à violência policial e reafirmação do direito democrático de se

²⁴ Ver: <https://www.youtube.com/watch?v=3AFMybxWiF0>

manifestar, (iii) combate à corrupção e (iv) questionamento dos gastos com eventos esportivos em detrimento de investimentos em setores sociais fundamentais. De fato, o final de junho se consagrou como a “Copa das Manifestações”, ofuscando, de certa maneira, o título da seleção brasileira na competição, mesmo se tratando da “maior paixão nacional”. Além disso, a esta altura as mídias internacionais também começaram a contribuir para o aumento da visibilidade dos protestos, pressionando ainda mais o governo que, por fim, não teve outra saída senão retroceder em determinadas decisões, a exemplo da PEC 37, citada anteriormente. De qualquer forma, entre agosto e dezembro o volume dos protestos foi consideravelmente reduzido, mas, ainda assim, a população encerrou o ano atenta aos gastos relativos à Copa do Mundo em 2014.

3.1.3 Educação e saúde padrão FIFA

Na verdade, as obras para a Copa do Mundo, cujos gastos foram divididos entre o governo federal, os estados e os municípios, iniciaram-se ainda em 2010, quando se definiu a Matriz de Responsabilidades do Mundial, a qual orçamentava os investimentos nos setores fundamentais para a realização do evento²⁵. Desse modo, durante quatro anos a população brasileira presenciou os impactos das obras, que prometiam garantido retorno econômico em 2014 e que tiveram como “aperitivo” a Copa das Confederações de 2013, na qual o governo enxergou saldo positivo – a despeito dos atritos com a população. De fato, entende-se que embora as manifestações de 2013 tenham gerado efeito pragmático em curto prazo, como a revogação do aumento das passagens – que, diga-se de passagem, aumentaram no ano seguinte – a Copa do Mundo ainda era a prioridade absoluta do governo e, portanto, tornou-se também a pauta central dos manifestantes no início de 2014 que, embalados pelas redes sociais, já começavam a esboçar a nova onda de protestos, a qual repudiava diretamente a realização da Copa. Sendo assim, antes de analisar a terceira metáfora, importa sublinhar algumas ações e determinações pontuais que impulsionaram ainda mais a insatisfação popular traduzida nas manifestações de 2013 e que culminaram em um novo silogismo: *Não vai ter copa, [porque] queremos educação e saúde Padrão FIFA.*

²⁵ Os setores são os seguintes: (i) mobilidade urbana; (ii) aeroportos; (iii) portos; (iv) estádios; (v) telecomunicações; (vi) segurança; (vii) turismo; e (xviii) instalações complementares. Todos os orçamentos feitos à época – e posteriormente ratificados – podem ser consultados em: <http://www.copa2014.gov.br/pt-br/brasilecopa/sobrecopa/matriz-responsabilidades>

FIGURA 6: Cartaz “Padrão FIFA”, em 2014



Fonte: <http://jornalasemana.com/cidadao-padrao-fifa/>

Já em 2014, a tradicional morosidade brasileira na execução de projetos públicos tornou-se uma grande preocupação ao governo que, para cumprir as minuciosas exigências da federação internacional de futebol (FIFA), fomentou a aprovação de uma série de obras sem os processos licitatórios adequados, por meio da aprovação da Lei 12.462/11²⁶, o que evidentemente abriu margem para fraudes. Não obstante, o povo brasileiro confirmou suas desconfianças em tais investimentos em virtude da má execução das obras e do superfaturamento das empresas envolvidas, a exemplo do viaduto que desabou e deixou vítimas na capital mineira às vésperas da Copa do Mundo²⁷. Nota-se, com isso, que o descontentamento com a realização do evento não tinha apenas justificativas ideológicas, baseadas na precariedade dos setores públicos em contraste aos gastos para tão efêmero evento, mas também justificativas pragmáticas, frutos de experiências cotidianas. Outro exemplo disso são os despejos e realocações realizados nas imediações dos estádios localizados nas cidades-sede, que compeliram os moradores pioneiros a aceitarem as indenizações propostas pelos municípios ou a reagirem e, assim, tornarem-se “atribuição” da Polícia Militar. Além disso, outro fator importantíssimo é que muitas orientações e exigências

²⁶ Ver <https://jus.com.br/artigos/24308/lei-n-12-462-11-aspectos-positivos-e-negativos>

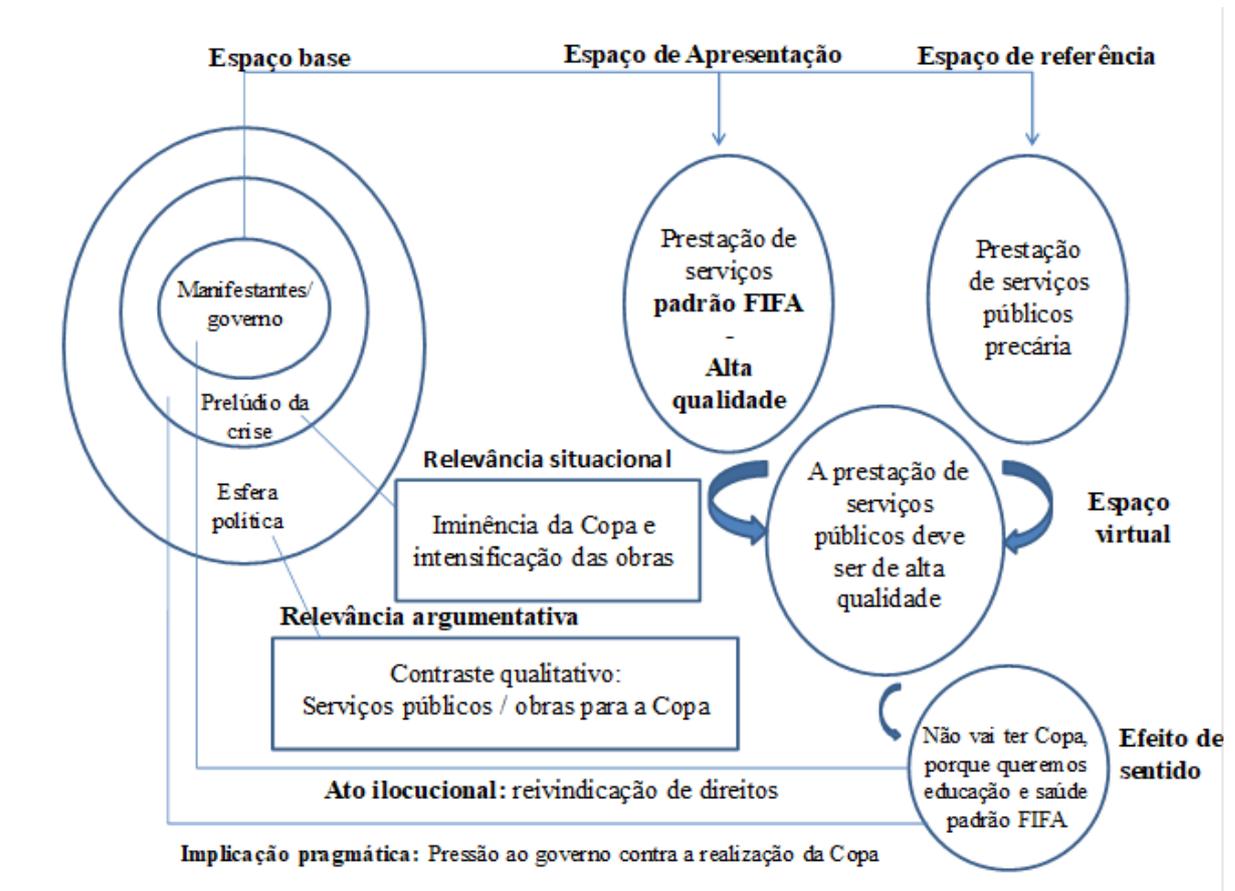
²⁷ Ver: <http://g1.globo.com/minas-gerais/noticia/2014/07/viaduto-desaba-sobre-caminhoes-carro-e-micro-onibus-em-bh.html>

da FIFA reivindicavam para a federação de futebol poder absoluto em determinadas áreas durante o evento, por meio das chamadas *zonas de exclusão*, que consistiam na demarcação de um raio de dois quilômetros em volta do estádio cuja jurisdição era exclusivamente da FIFA, a qual controlava, com isso, a circulação de pessoas, a venda de produtos, a divulgação de empresas e marcas de patrocinadores específicos, entre outras coisas. Todo esse aparato jurídico consta na Lei Geral da Copa²⁸ e, evidentemente, prejudicou muitos brasileiros, principalmente em 2014, como vendedores ambulantes tradicionais destes lugares, os quais foram privados de trabalhar nas imediações dos estádios.

Todas estas medidas e decisões tomadas para atender às exigências da FIFA, em contraste à precariedade na prestação de serviços públicos básicos por parte do Estado, portanto, representam as condições de produção do consenso, do qual emerge uma crítica direta ao governo que, nas devidas proporções, difere-se das metáforas de 2013, cujo objetivo maior era incitar à mobilização. Sendo assim, o novo silogismo dos manifestantes, pressupondo que “o gigante acordou” e que a Copa do Mundo não poderia ser a prioridade dos cofres públicos, reformula o percurso argumentativo que visava mobilizar a população e delimita um novo objetivo a ser alcançado: pressionar o governo. Para tanto, dois novos brados – (i) *Não vai ter Copa* e (ii) *queremos saúde e educação padrão FIFA* – compõem o raciocínio que, embora tenha tido sua gestação em 2013, consagrou-se efetivamente nos cartazes de manifestantes durante a Copa, dentro e fora dos estádios. Com efeito, entende-se que esse novo silogismo representa uma espécie de “segunda fase” do discurso das manifestações, afinal, as *Jornadas de Junho* lograram alcançar grau relevante de unidade discursiva entre os agentes sociais envolvidos – mesmo que de ideologias, etnias, gêneros e classes relativamente diversas – e, mais do que isso, consolidaram a ideia de mudança no *status* comportamental da população brasileira. Em outros termos, a relativa unidade nacional promovida pelas *Jornadas* abriu margem para que o discurso das manifestações pudesse avançar e, assim, estabilizar as pautas prioritárias de 2014, a começar pela iminente Copa do Mundo. Em suma, se o silogismo do ano anterior baseava-se na estrutura [*argumento, logo, tese*], desenvolve-se no ano seguinte [*tese, porque argumento*]. Segue abaixo a análise.

²⁸ Ver: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112663.htm

FIGURA 7: Análise da metáfora 3.1.3 aplicada ao modelo da arquitetura dos espaços



Fonte do original: MENDES; MIRANDA, 2016, p. 247.

Nessa perspectiva, o *espaço base semiótico* sofre pouca alteração em relação às metáforas anteriores, já que a esfera de ação é a mesma e o contexto situacional representa um intervalo de tempo relativamente curto – e coerente ao encadeamento discursivo já apontado – o qual tem como *relevância situacional* a iminência da realização da Copa e a intensificação das obras. Desse modo, há um contraste qualitativo entre a prestação de serviços executada no “padrão FIFA”, que se torna paradigma de alta qualidade, e a prestação de serviços públicos precária nos setores sociais mais relevantes ao funcionamento orgânico do país. Para tanto, emerge no *espaço virtual* a crítica direta da população ao governo, da qual se desdobra o efeito de sentido que contém o silogismo completo das manifestações no período em questão: *Não vai ter Copa, [porque] queremos educação e saúde padrão FIFA*. Sendo assim, por meio de um *ato ilocucional* de reivindicação de direitos sociais básicos, como saúde e educação de qualidade, gera-se um efeito pragmático que pressiona o governo contra a realização do

evento esportivo. Portanto, nota-se que a postura, o comportamento coletivo dos manifestantes tenta solidificar a militância construída em 2013 e, não obstante, expandir a amplitude pragmática das estratégias discursivas das manifestações, sobretudo porque a Copa do Mundo atrairia a audiência de quase todos os países do globo.

Mesmo assim, em 2014 as manifestações contrárias à realização da Copa foram menos significativas, isto é, tiveram menos impacto pragmático do que as *Jornadas de Junho*. De fato, temendo repercussão similar à de 2013, o governo não apenas escalou o exército brasileiro para atuar junto às polícias civis e militares na contenção de protestos, mas também investiu em treinamentos de táticas especiais para dispersar manifestantes – algumas delas, inclusive, criticadas por especialistas²⁹ – e equipamentos sofisticados, como o exoesqueleto militar, uma espécie de armadura que foi apelida pela mídia de “Robocop”³⁰. Além disso, outro fator importante é que, em março, parlamentares tentaram acelerar os trâmites da Lei antiterrorismo, por meio do Projeto de Lei 499/2013³¹, o que, evidentemente, ao propor a redefinição do conceito de terrorismo, em momento assaz oportuno, visava limitar a amplitude das manifestações. A bem da verdade, o projeto foi vetado na época, mas, de qualquer forma, o uso de máscaras, como a do “V de Vingança”, citada anteriormente, foi proibido nos protestos, sendo considerado potencial terrorista o manifestante que a usasse – “autorizando”, portanto, ações mais violentas da polícia. Nesse cenário, até o início da Copa, em 12 de junho, em várias capitais houve protestos que foram feitos de forma pacífica; alguns, no entanto, foram reprimidos pela ação policial, como ocorrido em São Paulo³². Não obstante, durante o evento o confronto entre manifestantes e policiais se intensificou, principalmente nas capitais do sudeste, onde se registraram maiores índices de violência e abuso de autoridade, tanto contra a população quanto contra jornalistas. Sendo assim, entende-se que embora o movimento “Não vai ter Copa” tenha como ponto de partida o legado das manifestações de 2013 – ou seja, a momentânea unidade nacional que logrou impactar a agenda do governo – a amplitude pragmática do novo silogismo não alcançou os mesmos índices de sucesso. Teve Copa. No entanto, outro evento importantíssimo também estava em jogo: as eleições presidenciais.

²⁹ Ver: <http://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2014/02/para-ouvidor-das-policias-tatica-usada-pela-pm-em-sao-paulo-cerceia-direito-de-manifestacao-9440.html>

³⁰ Ver: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2014/05/pela-1-vez-policia-miliar-usa-traje-robocop-em-protesto.html>

³¹ Ver: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/115549>

³² Ver: <https://oglobo.globo.com/brasil/manifestacao-contra-copa-termina-em-violencia-em-sao-paulo-11405725>

3.1.4 Sete a um (7 a 1)

Por terem sido eventos consecutivos, a Copa do Mundo (ocorrida entre junho e julho) e as eleições presidenciais (ocorridas em outubro) compartilharam o contexto de prelúdio de crise político-econômica no qual a população brasileira enxergava uma oportunidade de validar suas reivindicações. Por isso, claramente os dois eventos estão interligados – inclusive, sugeriu-se, amiúde, que um eventual título da seleção brasileira de futebol pudesse até mesmo amortecer as insatisfações dos manifestantes. Entretanto, não bastasse o descontentamento prévio com a realização da Copa, que de modo inédito colocou em segundo plano a mais consagrada “paixão nacional” para priorizar a reivindicação de direitos sociais, a seleção canarinho sofreu a derrota mais humilhante de toda a sua história, nas semifinais do torneio, quando perdeu para a Alemanha pelo elástico placar de sete a um (7 a 1). Até os mais indiferentes ao futebol amargaram a “ressaca futebolística” que se abateu sobre o país. Com efeito, tamanho dissabor, somado aos descontentamentos oriundos do padrão FIFA, foi sendo metabolizado entre a população brasileira e projetou-se, resguardadas as devidas proporções, como adiante se perceberá, nas iminentes eleições para a presidência da República. Desse modo, o *sete a um* tornou-se substantivo e, fatalmente, uma metáfora representante do fracasso, da humilhação.

Fato é que imediatamente após a Copa a metáfora surgiu na esfera política, evocada pelos mais diversos agentes sociais; até mesmo a imprensa internacional usou tal artifício. O renomado jornal inglês *Financial Times*, por exemplo, comparou a projeção do crescimento da inflação brasileira (7%) ao crescimento do PIB (1%) e enxergou a repetição do obscuro placar. Eduardo Campos (PSB), durante campanha presidencial, corroborou a metáfora e ainda a expandiu, comparando o “apagão” da seleção brasileira no jogo contra a Alemanha ao contexto da esfera política no país³³ – ou seja, ao que se chamou até aqui de prelúdio da crise político-econômica. Sendo assim, nota-se que os primeiros usos metafóricos do *sete a um* são críticas ao “plano de jogo” da economia brasileira, isto é, críticas às políticas do governo petista para gerir a esfera econômica. Com efeito, para recapitular os termos de Oakley (2009), no *espaço de apresentação* figura a indecorosa derrota da seleção brasileira de futebol e no *espaço de referência* as projeções econômicas para o ano seguinte. Têm-se, então, as iminentes eleições presidenciais como *relevância situacional* e a possível transição de governos como *relevância argumentativa*. Mesmo assim, no núcleo do *espaço base semiótico*

³³ Ver: <https://noticias.r7.com/eleicoes-2014/eduardo-campos-lembra-7x1-da-copa-para-criticar-governo-25072014>

os interlocutores são variados, afinal, a metáfora foi utilizada por vários agentes sociais e em vários veículos de comunicação. Por isso, entende-se que embora o *sete a um* tenha sido incorporado à esfera política, ele não faz parte de uma única estratégia discursiva, ou seja, não foi plenamente integrado ao “encadeamento discursivo” apontado anteriormente.

Com efeito, embora haja muitos usos posteriores do *sete a um* – que se cristalizou no inventário de metáforas populares entre 2014 e 2015 – sua relevância de fato apoia-se no cenário político, no entanto, não foi por ter participação direta nos discursos das manifestações, tampouco por representar um brado político popular, como no caso das três metáforas anteriores, mas porque de certa forma simboliza a derrota da oposição nas eleições de 2014, quando o Brasil reelegeu Dilma Rousseff. Depois de quase doze anos de um governo tido como de esquerda, uma incipiente recessão da economia e diversas manifestações pelo país, o povo insistiu em apostar na sucessora de Luís Inácio “Lula” da Silva para comandar a nação. Claramente este advento surpreendeu e frustrou a classe empresarial brasileira, que tinha planos de cessar um governo cujo maior legado tendia a ser o desenvolvimento social³⁴. A título de exemplo, em seu primeiro discurso após a derrota no segundo turno das eleições presidenciais, Aécio Neves (PSDB) chegou a afirmar que faria, junto aos seus, “uma oposição incansável, inquebrantável e intransigente” (sic)³⁵. Desse modo, entende-se que a metáfora do *sete a um* é significativa porque representa a ascensão de um discurso mais organizado, veemente e poderoso do que todas as vozes que ecoaram nas manifestações de 2013 e 2014: o discurso do mercado financeiro. Esse sim, um agente “incansável, inquebrantável e intransigente”.

Em certa medida, portanto, o uso discursivo da metáfora foi menos significativo do que ela propriamente representou naquele momento: uma derrota ultrajante da oposição nas eleições presidenciais. De fato, entende-se que o final de 2014 representa uma importantíssima transição contextual, na qual as esferas sociais mais proeminentes do país, como o empresariado, a grande mídia e boa parte do Poder Legislativo, engajaram-se na oposição ao governo reeleito e, conseqüentemente, contribuíram para o agravamento da crise político-econômica, que encerrou seu prelúdio e iniciou seu protagonismo. Esta hipótese, evidentemente, será esmiuçada à medida que a análise se concentrar nas metáforas do segundo recorte temporal (2015/2016); importa agora recapitular algumas reflexões acerca

³⁴ Exemplo disso foi o Brasil, de forma inédita, sair do *Mapa da Fome* em 2014. Ver: <http://www.brasil.gov.br/governo/2014/09/relatorio-indica-que-brasil-saiu-do-mapa-mundial-da-fome-em-2014>

³⁵ Ver: https://brasil.elpais.com/brasil/2014/11/05/politica/1415218131_581862.html

dos meios e modos de se controlar o funcionamento social, para tentar esclarecer brevemente quais foram as estratégias utilizadas pelo *discurso dominante* para materializar o seu engajamento político. Com efeito, consoante nos alertou Van Dijk (2008), nas sociedades modernas o modo mais eficiente de exercer dominação é construir um consenso, o qual, por meio do discurso, seja capaz de gerar os efeitos pragmáticos planejados. Para tanto, é preciso ter acesso privilegiado aos *padrões de acesso ao discurso*, afinal, o *discurso dominante* constitui-se majoritariamente de esferas sociais proeminentes (com ênfase, claro, na grande mídia) e, por isso, o acesso à coautoria deste consenso é restrito. Não obstante, sublinhe-se que a amplitude pragmática gerada com a sua consolidação, por meio de estratégias discursivas que influenciem o modo como a população interpreta e experiencia a realidade, pode ser capaz de realizar drásticas reconfigurações no funcionamento orgânico da sociedade – e é precisamente isso o que se pretende evidenciar até o final deste capítulo.

Em suma, nota-se que as três primeiras metáforas analisadas sumarizam silogismos representantes do consenso que foi sendo construído durante as manifestações populares e disseminado via redes sociais e grande mídia. Além disso, evidencia-se também um encadeamento discursivo que fez com que tais consensos gerassem implicações pragmáticas extremamente relevantes. Num primeiro momento, *o gigante acordou* de fato despertou a população para a militância política; a seguir, *o vem pra rua* estabilizou a pauta coletiva: consolidar uma mudança de comportamento generalizada. Logrando relativo êxito, a momentânea unidade nacional fomentada em 2013 afunilou a pauta de reivindicações e intentou pressionar o governo: *Não vai ter copa, porque queremos educação e saúde padrão FIFA*. Portanto, fica claro que, até esse momento, o consecutivo desenvolvimento de consensos apoiava-se em estratégias discursivas originadas nas manifestações populares e, embora haja participação do *discurso dominante* nesses processos – sobretudo por meio da grande mídia, cumprindo sua função de “noticiar a realidade” – ela foi ofuscada pelas pautas de reivindicações coletivas. No entanto, entende-se que a transição contextual de 2014 para 2015 caracterizou uma importantíssima transição discursiva, na qual a coautoria dos consensos foi se tornando mais restrita e elaborada, pois o *discurso dominante* assumiu definitivamente a função de materializar a oposição ao governo reeleito. Desse modo, a união de esferas sociais proeminentes, maculadas pela frustração de seus planos para o país nos próximos quatro anos, deu início a uma nova série de estratégias discursivas que tiveram impacto pragmático extremamente significativo, principalmente no processo de *impeachment* de Dilma Rousseff, em 2016. Sendo assim, partimos para o segundo recorte contextual.

3.2 As metáforas do período 2015/2016: referências, estratégias e impactos

3.2.1 Pedalada Fiscal

Entendida nesse texto como a primeira ofensiva direta do *discurso dominante* contra o governo reeleito, a *pedalada fiscal* é uma das metáforas mais importantes do período, sobretudo porque materializa a premissa central do processo de impedimento de Dilma Rousseff. Na verdade, semanticamente o verbo “pedalar” consagrou-se como metáfora na esfera esportiva, por meio de um tipo específico de drible que se assemelha à mecânica envolvida no ato de pedalar. Por isso, em alguma medida a “pedalada” já estava cristalizada no inventário de metáforas populares, o que evidentemente facilitou sua posterior ressignificação. Com efeito, apropriada na esfera econômica para representar uma manobra fiscal, a transição da “pedalada” para a esfera política foi mais do que instantânea, foi planejada. Isto é, entende-se que seu uso discursivo foi um ato político que acusava e visava penalizar uma manobra econômica do governo petista. Nesse sentido, a *pedalada fiscal*, isto é, o “drible no Fisco”, pode ser compreendido como o argumento que serviu de via de entrada para o *discurso dominante* materializar o seu engajamento de ser oposição ao governo. Em momento oportuno pretende-se esclarecer esta hipótese; antes disso, é fundamental realçar brevemente algumas circunstâncias que viabilizaram o surgimento e, principalmente, a disseminação da metáfora, para avaliar seus efeitos pragmáticos posteriores.

Como já foi dito, o rastreamento do início da crise político-econômica brasileira transborda o recorte contextual previsto à pesquisa; por isso, é importante sublinhar alguns acontecimentos anteriores que a influenciaram. Fato é que a década de 2010 já teve início em um cenário de crise financeira mundial, que teve seu ápice em 2009. Mesmo assim, 2010 foi o ano em que o Brasil registrou seu maior apogeu econômico, com crescimento de 7,5% no Produto Interno Bruto (PIB), perdendo apenas para China e Índia. Com efeito, nesse momento o país gozava os espólios das *commodities*, produtos de pouco ou nenhum valor agregado, ou seja, matérias-primas como petróleo, minério e soja; por isso a crise financeira internacional não impactou diretamente a exportação nacional. No entanto, em 2011 a China, principal consumidora mundial de tais mercadorias, objetivando investir em seu mercado interno, desacelerou o consumo e, assim, fomentou queda significativa no valor das *commodities*. Evidentemente essa manobra impactou negativamente a economia brasileira, já que nunca foi prioridade nacional investir no desenvolvimento científico para, com isso, alavancar o mercado interno e aprimorar as empresas estatais. Há séculos o país conta com matérias-

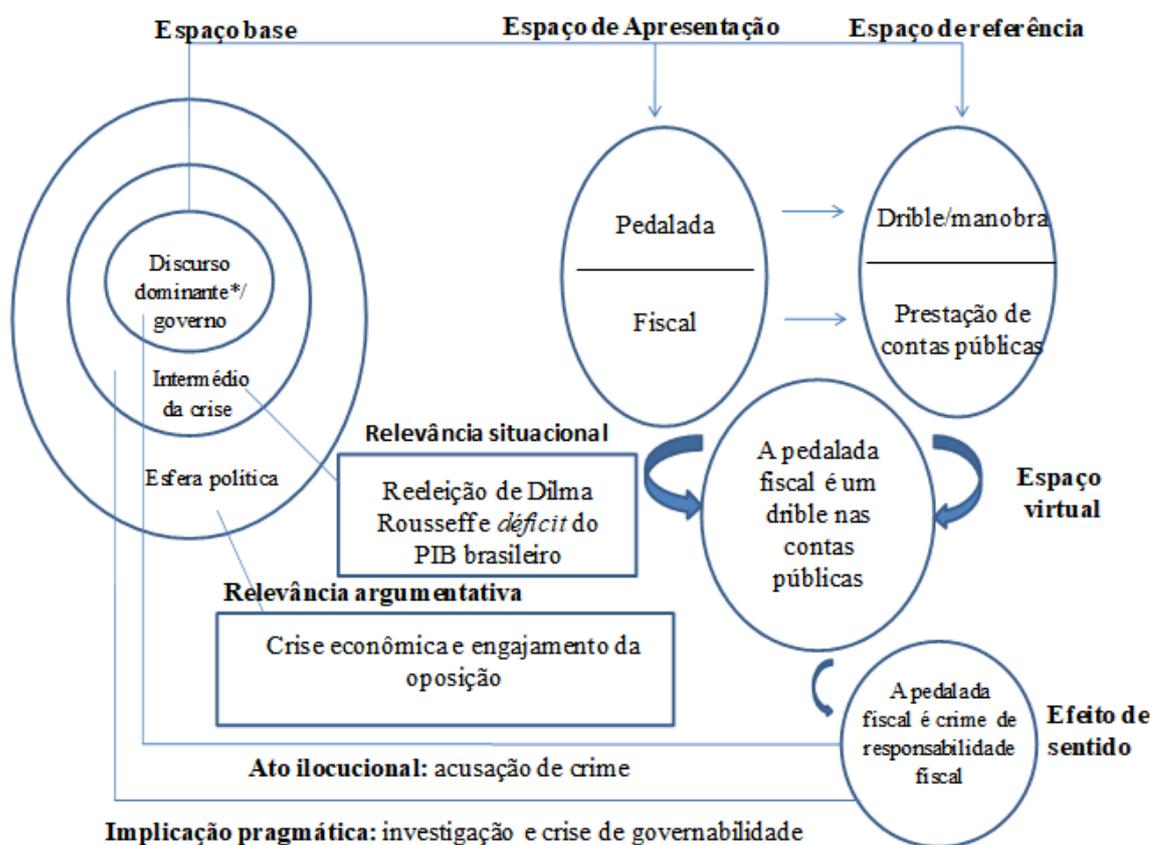
primas para movimentar sua economia. De qualquer forma, ao invés de se preocupar com a recessão implicada na diminuição do preço das *commodities*, o país continuou a traduzir seu efêmero crescimento econômico em poder de consumo, o que gerou aquecimento da economia em curto prazo. Nessa época, mercados de imóveis e automóveis, por exemplo, bateram recordes e o povo brasileiro, gerando dívidas futuras, ignorava a iminente recessão.

Embora o PIB nacional tenha gradualmente decrescido nos anos seguintes, a transição de 2014 para 2015 foi a mais significativa do período, quando houve *déficit* de 3,8%. Nesse sentido, a esfera econômica começou a entrar em colapso e passou a exigir do governo reeleito medidas para combater a crise, a qual afetou de modo veemente o mercado interno e, conseqüentemente, comprometeu a renda da população brasileira. Não obstante, observa-se que a turbulência da esfera política brasileira nessa época, movimentada pelas manifestações populares, pela realização da Copa do Mundo e pelas eleições presidenciais, acabou se afunilando em teses econômicas – que, inclusive, já haviam sido sugeridas anteriormente. A metáfora do “padrão-FIFA”, por exemplo, é uma crítica às prioridades de investimentos do governo; o “sete a um”, por sua vez, foi usado na mídia para metaforizar a iminente derrota do “plano tático” do governo em combater a inflação e o decréscimo do PIB. Desse modo, nota-se que a gestão econômica do país tornou-se o tema central da esfera política e, assim, a “incansável, inquebrantável e intransigente” oposição ao governo reeleito começou a estabilizar as condições de produção do consenso. De fato, embora haja registros de *pedalada fiscal* desde o início dos anos 2000 na economia brasileira, em 2015 ela se popularizou por estampar numerosas manchetes dos principais jornais do país e, não obstante, tornou-se uma premissa jurídica, cujas repercussões políticas foram extremamente significativas, pois representam o início do consenso que se solidificou entre 2015 e 2016. É justamente por isso que se entende que esse foi o momento em que a crise político-econômica brasileira encerrou seu prelúdio e passou a ser protagonista do que eventualmente veio a culminar no *impeachment* de Dilma Rousseff.

Em termos gerais, portanto, o governo foi acusado de praticar uma manobra criminosa, fato que “reacordou” a insatisfação popular, sobretudo porque foi amplamente divulgada nos veículos de comunicação. Desse modo, já é possível notar que a implicação pragmática fomentada por tal acusação compromete a governabilidade e, em certa medida, agrava a crise política. Na verdade, a metáfora da *pedalada fiscal* rapidamente tornou-se uma tese jurídica, isto é, virou pauta do Judiciário; a partir disso, então, esboçou-se na esfera

política a discussão sobre um eventual processo de impedimento da presidente da República. Em março de 2015, por exemplo, milhares de manifestantes conclamavam, entre outras coisas, o fim da corrupção, respostas efetivas à crise econômica, o *impeachment* de Dilma Rousseff e, até mesmo, uma intervenção militar. Vale sublinhar que o perfil e a postura dos manifestantes de 2015 diferem-se dos de 2013 e 2014, pois a polarização ideológica que se instituiu no período das eleições desdobrou-se no discurso político desse período, fazendo com que a frágil e momentânea unidade nacional se dispersasse em frações de grupos sociais ideologicamente compatíveis – grosso modo: os “coxinhas” (representantes da direita) e os “petralhas” (representantes da esquerda). Evidentemente este gradiente ideológico é diametralmente mais complexo do que aparenta ser, porém, entende-se que, nesse momento, houve de fato uma polarização política. Mais à frente isso será mais bem evidenciado. Importa agora retornar aos termos de Oakley (2009) para esclarecer as nuances da *pedalada* e, principalmente, porque ela representa a “primeira fase” da empreitada antigovernista.

FIGURA 8: Análise da metáfora 3.2.1 aplicada ao modelo da arquitetura dos espaços



Fonte do original: MENDES; MIRANDA, 2016, p. 247.

Nessa perspectiva, as características semânticas do drible futebolístico são compartilhadas para representar uma manobra supostamente ilegal na prestação das contas públicas e, por meio de um ato ilocucional de acusação, o governo torna-se réu aos olhos da opinião pública. Sendo assim, a reeleição de Dilma Rousseff e o progressivo declínio do PIB brasileiro figuram no espaço de *relevância situacional*, fazendo da crise econômica e, sobretudo, do engajamento da oposição os integrantes do espaço de *relevância argumentativa*. Além disso, por rapidamente ter se tornado uma tese jurídica, a *pedalada fiscal* fragilizou a governabilidade petista e forçou o governo a se defender, agravando, portanto, a crise político-econômica. É por isso que se atribui ao *discurso dominante* – representado, como adiante se perceberá, pela grande mídia, por membros do Congresso Nacional e por influentes empresários – a função de locutor no núcleo do *espaço base semiótico*, pois entende-se que a tese oculta pela metáfora da *pedalada fiscal*, visando desestabilizar a governabilidade petista, é originária de esferas sociais proeminentes, que se beneficiaram posteriormente com a deposição da ex-presidente da República. Tudo isso é coerente ao que veio a se tornar o consenso que destituiu Dilma Rousseff da presidência em 2016 e ficará mais claro quando analisarmos a próxima metáfora. De qualquer forma, o uso discursivo da “pedalada” – que de fato se trata de uma manobra fiscal, não prevista pela Constituição, que visa mascarar os números reais da prestação das contas públicas ao TCU por meio do atraso do repasse aos bancos públicos – gerou implicação pragmática relevante, não apenas diante da esfera jurídica, mas também da esfera pública, pois alimentou a nova onda de protestos.

Com efeito, sublinhe-se que a estratégia discursiva que fez do “cheque especial” do governo para quitar as contas públicas uma manobra criminosa, embora seja de autoria do jurista Hélio Bicudo e dos advogados Miguel Reale Júnior e Janaína Paschoal, teve sua implicação pragmática acentuada não apenas porque foi amplamente divulgada pelos principais veículos de comunicação do país, mas também porque começou a se apropriar da momentânea unidade nacional construída entre 2013 e 2014. As manifestações dessa época, como se apontou anteriormente, estabilizavam suas pautas de reivindicações baseadas em contextos situacionais “imediatos” – aumento das tarifas, repressão policial, gastos para realização da Copa do Mundo – porém, o uso discursivo da metáfora da *pedalada fiscal*, embora se apoie na crise econômica, sugere objetivos e intenções mais densos e de longo prazo. Em outros termos, nota-se que em 2015 o *discurso dominante* se apropriou do engajamento político da população brasileira para imprimir uma nova pauta de reivindicações, baseada, claro, na esfera econômica, mas cujo objetivo final consistia em desestabilizar a

governabilidade petista. De fato, milhares de manifestantes nesse período assumiram a tese de que a pedalada era criminosa e, dessa forma, deflagrou-se uma campanha não apenas antigovernista, mas, sobretudo, antipetista. Com isso, já se projetam alguns dos agentes sociais mais relevantes da época, responsáveis pela coautoria do consenso que apresentaria em breve o *impeachment* como a única solução para a crise econômica do país. Grosso modo: o Poder Legislativo enxergou a “brecha legal” na Constituição para transferir a acusação da “pedalada” como crime ao Poder Judiciário que, por sua vez, passou a investigar a manobra fiscal sob os holofotes da grande mídia brasileira, a qual, composta basicamente por empresários, não poupou recursos para divulgar os trâmites do processo e, assim, inflamar a insatisfação popular. Em termos gerais, portanto, evidentemente a crise político-econômica foi consideravelmente agravada, sobretudo porque a união de integrantes de esferas sociais proeminentes se destacou, convicta em ser oposição ao governo petista.

3.2.2 Não vou pagar o pato

Significativamente acentuada em 2015, então, a crise político-econômica atingiu proporções insustentáveis e forçou o governo petista a tentar manobrar a recessão econômica, a pressão popular e o engajamento da oposição. Sendo assim, em uma desesperada tentativa de amenizar o colapso da economia, o governo propôs uma medida extremamente controversa e que desagradou, de maneira quase uniforme, todos os setores da sociedade: aumentar os impostos e “ressuscitar” a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF). Entendida, portanto, como uma “transferência de ônus”, imediatamente a proposta foi questionada e repudiada, fato que não apenas inflamou ainda mais o descontentamento popular, mas, sobretudo, abasteceu a incipiente campanha *pró-impeachment*. Em outros termos, o governo facilitou, para seu próprio desserviço, a consolidação das condições de produção do consenso que projetava a solução da crise por meio da deposição da presidente. Além disso, sublinhe-se que em 2015 o volume das manifestações populares superou até mesmo a marcha de 1984 que reivindicava as eleições diretas (*Diretas Já!*); ou seja, a efervescência da esfera política nessa época tornou-se um dos maiores marcos da história da democracia brasileira e, por isso mesmo, oportunamente foi sendo traduzida em uma veemente campanha antigovernista. De fato, a oposição ao governo, que já havia iniciado seu engajamento, rapidamente aproveitou a proposta de aumento tributário para patentear, de vez, a tese do *impeachment* por meio de um novo silogismo: “Não vou pagar o pato, logo,

impeachment já!”. Assim sendo, destaca-se, então, o posicionamento da Federação das Indústrias de São Paulo (FIESP), que em 3 de setembro publicou em seu site oficial o manifesto³⁶ representante de tal silogismo. Seguem abaixo a publicidade oficial e o texto do manifesto, que é digno de uma análise mais minuciosa:

FIGURA 9: Publicidade da campanha da FIESP, em 2015



Fonte: <http://www.naovoupagaropato.com.br/manifesto/>

Manifesto

Você já viu este filme:

Toda vez que precisa cobrir seus gastos, em vez de cortar despesas, o governo acha mais fácil passar a conta adiante. Adivinha para quem sobra? Isso mesmo: para as empresas e os trabalhadores, que já vêm sofrendo com o aumento da inflação, dos juros, da taxa de câmbio e das tarifas de energia.

Aumentar ainda mais os impostos e trazer de volta a CPMF vai forçar as empresas a fechar um grande número de vagas de empregos. Afetará duramente a indústria, o comércio, o setor de serviços e os pequenos empreendedores. Com o desemprego em alta, as famílias são as que mais sofrem e são obrigadas a reduzir o consumo. Com isso, o faturamento das empresas cai, as demissões aumentam ainda mais e o governo arrecada menos impostos. Um círculo vicioso que só agrava o problema.

Das duas uma: você fica reclamando do governo, pensando “a vida é assim mesmo”, ou faz alguma coisa a respeito. Se você escolheu a segunda opção, assine o manifesto #NãoVouPagaropato e faça a sua indignação chegar à Brasília.

Paulo Skaf

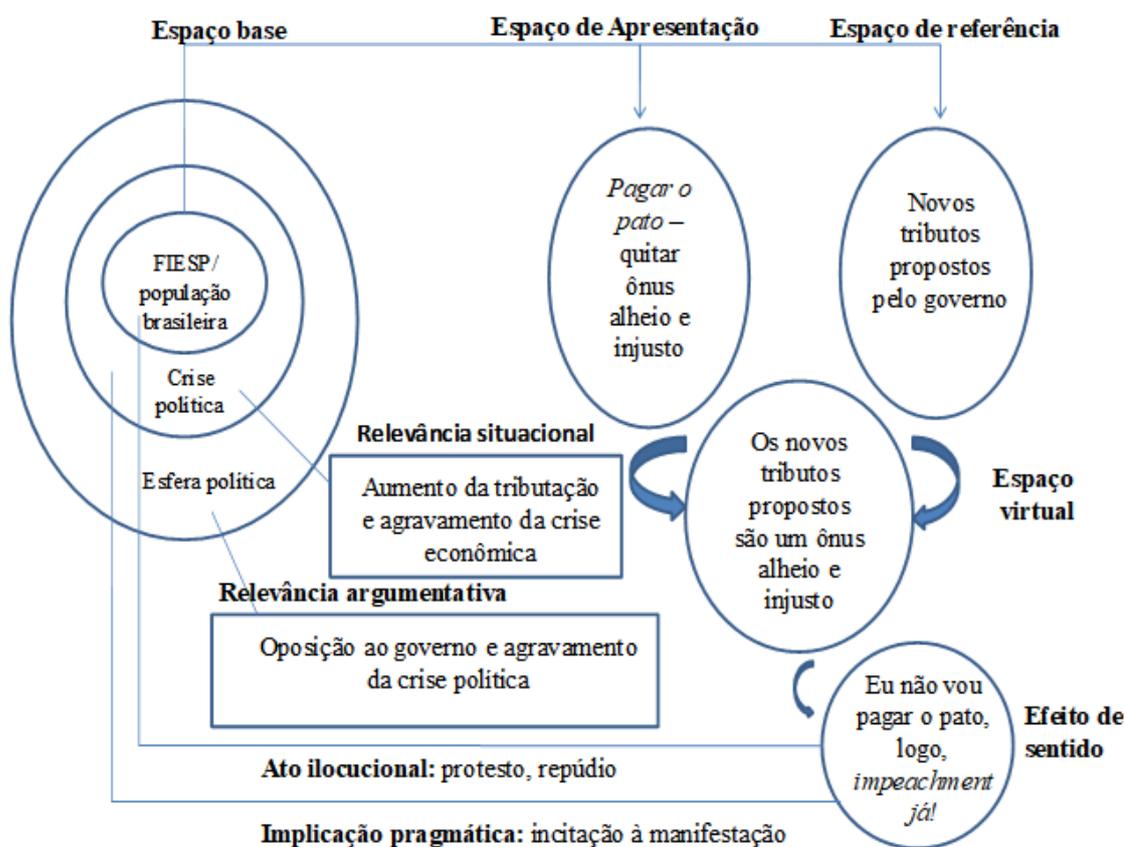
³⁶ Ver: <http://www.naovoupagaropato.com.br/manifesto/>

Privilegiando uma linguagem simples e acessível, logo de início o texto se dirige ao público por meio de um diálogo direto e incisivo, supostamente abarcando todos os brasileiros – pelo uso do pronome *você* – e convidando o leitor a acessar a sua própria memória para perceber os fatos que serão apresentados; para tanto, faz uso de uma popular e cristalizada metáfora: “você já viu este filme”. A partir disso, o texto segue guiando o leitor a uma visita ao passado, destacando que, historicamente, o governo repassa o ônus da dívida às empresas e aos trabalhadores. Sublinhe-se, além disso, que embora o texto seja assinado pelo presidente da FIESP, há, neste momento, a primeira evidência textual do lugar de fala do sujeito da enunciação, ao apresentar uma sutil hierarquização dos principais afetados – as empresas e, em seguida, os trabalhadores. Isso fica mais claro no início do segundo parágrafo, quando é estabelecida a relação causa/consequência: “Aumentar os impostos e trazer de volta a CPMF vai *forçar as empresas* a fechar um grande número de vagas de emprego”. Com isso, o sujeito da enunciação, em certa medida, se expõe – um empresário que, metonimicamente, representa o empresariado brasileiro – e se estabelece uma espécie de chantagem, cujo principal vilão é o governo, pois *forçará* as empresas a redistribuir o ônus às famílias, que, por sua vez, perderão o emprego e “serão *obrigadas* a reduzir o consumo”. Evidentemente, os dois verbos utilizados – *forçar* e *obrigar* – são sintomáticos de uma espécie de violência simbólica que incita o leitor a reagir e, conseqüentemente, a colocar-se como sujeito do enunciado [*eu*] “não vou pagar o pato”. Não obstante, no último parágrafo é oferecida ao leitor uma escolha binária: “De duas uma: você fica reclamando do governo, pensando ‘a vida é assim mesmo’, ou faz alguma coisa a respeito”. A primeira opção é claramente pejorativa, uma armadilha retórica que coloca em xeque a passividade do auditório que, resignado, apenas reclamaria. A segunda e última opção, por sua vez, se mostra a mais virtuosa: “fazer algo a respeito”; a ação sugerida, portanto, colocaria o leitor no papel de cidadão politicamente ativo, que não se resigna e que, conscientemente, vai fazer a sua indignação “chegar a Brasília”. O apelo à escolha do leitor, portanto, parece justo e, dessa forma, o único modo de tentar impedir o aumento dos impostos é aderir ao manifesto. Nota-se com isso o valor discursivo da metáfora-lema da campanha que, por meio de uma definição generalizante a respeito da concepção de cidadão politicamente ativo, englobou, a princípio, pessoas de ideologias variadas, ao apagar o sujeito da enunciação e colocar o povo brasileiro, como um todo, como sujeito do enunciado.

Nessa perspectiva, portanto, a campanha da FIESP não repudia apenas o aumento dos impostos, mas o próprio Partido dos Trabalhadores, ao acusá-lo de transferir o ônus da crise à população brasileira. Além disso, por dialogar diretamente com o público e oferecer uma

análise de conjuntura que sugere certo dolo do governo, o manifesto alavanca ainda mais a insatisfação popular e, conseqüentemente, a crise político-econômica, prejudicando, portanto, a governabilidade do PT. Sublinhe-se também que a grande mídia brasileira – em especial os jornais Folha de São Paulo e O Globo – teve participação extremamente significativa nesse processo, ao incessantemente divulgar a campanha e as manifestações favoráveis ao *impeachment* encabeçadas pela FIESP. Com isso, deflagra-se o que foi apresentado até aqui como estratégia do *discurso dominante* para impactar a interpretação da experiência e, assim, controlar o funcionamento social. Não obstante, a opção por uma metáfora socialmente cristalizada para ser lema da campanha evidentemente aumenta sua amplitude pragmática, afinal, como já foi dito, por fazer parte dos patrimônios linguístico e cultural do país, sua ressignificação é simples e eficiente. Com efeito, para ilustrar e corroborar a análise retornamos, então, aos termos de Oakley (2009):

FIGURA 10: Análise da metáfora 3.2.2 aplicada ao modelo da arquitetura dos espaços



Estabelecendo, portanto, um diálogo direto com a população brasileira, a campanha da FIESP apoia-se no agravamento da crise econômica e no aumento da tributação apresentado por Dilma Rousseff – os quais constituem a *relevância situacional* – para desdobrar a oposição ao governo, o que fatalmente promove o agravamento da crise política e apresenta-se como *relevância argumentativa*, pois entende-se ser justamente esse o objetivo do *discurso dominante*, representado, nesse caso específico, pela esfera empresarial (idealizadora) e pela grande mídia (difusora). Sendo assim, a estratégia discursiva da campanha aciona a consagrada metáfora – que grosso modo significa quitar um ônus alheio e injusto – no *espaço de apresentação* e projeta suas propriedades semânticas sobre o *espaço de referência*, no qual figura a proposta de aumento dos impostos, a qual se torna, portanto, uma transferência do ônus da crise econômica para a população. Desse modo, o repúdio da FIESP ao aumento tributário, por meio do *ato ilocucional*, promove finalmente a conclusão do silogismo no efeito final de sentido da estratégia discursiva: se os novos impostos são um ônus injusto, os brasileiros não devem “pagar o pato”, logo, *impeachment* já! Portanto, entende-se que a campanha não objetiva apenas protestar contra a medida do governo, mas, sobretudo, incitar a população brasileira a se manifestar contra o próprio Partido dos Trabalhadores. E é precisamente essa a *implicação pragmática* da campanha, que foi amplamente difundida pela mídia e incorporada pelos manifestantes, de modo que na transição de 2015 para 2016 o volume dos protestos que enxergavam o *impeachment* como solução para a crise atingiu índices extremamente relevantes.

Com efeito, ao final de 2015 a campanha antigovernista fomentada pelo *discurso dominante* consolidou-se definitivamente não apenas pelos papéis desempenhados pelo empresariado e pela grande mídia, que angariaram a opinião pública, mas também porque os trâmites sobre a suposta ilegalidade da *pedalada fiscal* avançaram no Judiciário e, sobretudo, porque membros proeminentes do Poder Legislativo, encabeçados pelo então presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB), tornaram a pauta do *impeachment* uma quase inequívoca realidade e, com isso, pulverizaram a governabilidade do Partido dos Trabalhadores. Sendo assim, já em 2016, sucessivas investidas discursivas, jurídicas e midiáticas contra o PT, bem como o rompimento do PMDB – diga-se de passagem, o maior e mais influente partido político brasileiro desde o fim da Ditadura – impediram qualquer chance de manutenção do mandato presidencial. Desse modo, em agosto confirmou-se em definitivo o processo de impedimento de Dilma Rousseff no Senado, alicerçado na tese de que a “pedalada” configurava de fato um crime de responsabilidade fiscal. Deu-se início, então, o

governo de Michel Temer (PMDB) na presidência da República, com a promessa de endireitar o país. Fato é que, curiosamente, a corrupção não foi a temática central do *impeachment*, mas a gestão econômica do país, o que em certa medida concorda com o que foi dito anteriormente sobre a ascensão do discurso do mercado financeiro. Ora, sempre foi pauta dos manifestantes o combate à corrupção; no entanto, a maior e mais drástica reconfiguração política desde as *Diretas Já* foi comandada por notórios “fichas-suja” do Congresso Nacional. De qualquer forma, a despeito desta flagrante ironia, grande parte do povo brasileiro comemorou efusivamente o impedimento de Dilma Rousseff, fato que ilustra a prevalência do *discurso dominante* sobre o país. Com o advento do governo Temer, no entanto, cujo lema primaz era “não pense em crise, trabalhe”, começou a se desfazer no imaginário popular a fugaz esperança de solução da crise, em vista das austeras medidas instituídas imediatamente. De fato, é justamente nessa transição entre governos que se consolida a próxima metáfora a ser analisada.

3.2.3 *Impeachment* é golpe

Na verdade, em vista da polarização ideológica desencadeada durante as eleições presidenciais e estendida nas manifestações de 2015, a metáfora do *impeachment* como golpe surgiu antes mesmo de o processo ser aceito pela Câmara dos Deputados. Dilma Rousseff, evidentemente, foi uma das primeiras a defender publicamente esta hipótese, afinal, foi reeleita com mais de cinquenta e quatro milhões de votos; portanto, em termos panorâmicos, entende-se que *a priori* não era a vontade de mais da metade dos eleitores brasileiros o impedimento da presidente. Mesmo assim, justamente porque a campanha antigovernista se acentuou logo após a reeleição, por meio das estratégias engendradas pelo *discurso dominante*, a metáfora foi gradualmente se consolidando na esfera política, principalmente via redes sociais – representantes, nesse caso, do *contra-discurso*. Além disso, como já foi dito, o alicerce jurídico do processo de impedimento não foi o combate à corrupção, mas uma manobra fiscal que sugere a ineficiência da gestão econômica do país, fato que, por sua vez, aponta o principal agente idealizador da campanha: o mercado financeiro. Nesse sentido, nota-se que a hipótese que concebe o processo como Golpe de Estado apoia-se em uma suposta ilegalidade do *impeachment*, pois se pressupunha que a “pedalada fiscal”, embora irregular, não era motivo suficiente para destituir um governo eleito democraticamente. Sendo assim, entende-se que, a princípio, a metáfora surge na esfera política como forma de

denúncia, de alerta, na tentativa de impedir a concretização do processo, mas, posteriormente, esboça o descontentamento com as medidas do novo governo instituído, como adiante se perceberá.

Com efeito, para evidenciar a estratégia discursiva da metáfora, importa, primeiramente, rastrear suas referências sócio-históricas. Em termos semânticos “crus”, um golpe significa uma ação física violenta, isto é, um ato agressivo e invasivo. No entanto, em termos sócio-históricos o golpe há muito se consolidou como metáfora na esfera política, de modo que um “Golpe de Estado” simboliza a deposição de um governante por meios ilícitos, ou seja, representa uma ação simbólica violenta e não consentida. Infelizmente o povo brasileiro é familiarizado com tal manobra, já que durante vinte e um anos experienciou suas consequências. De fato, a metáfora ativa a memória da população acerca do início da Ditadura Civil-Militar no Brasil, em março de 1964, quando um Golpe de Estado depôs João Goulart e instituiu o marechal Humberto Castelo Branco como presidente da República, via votações indiretas, após breve governo interino do presidente da Câmara dos Deputados, Raniere Mazzilli. Longe de querer escrutinar a nociva experiência com os militares no poder, sublinha-se apenas o modo de sua ascensão. Fato é que João Goulart, que estava na China quando deveria assumir a presidência após a renúncia de Jânio Quadros em 1961 e que, posteriormente, tentou promover diversas reformas de base, em especial a reforma agrária, as quais desagradaram a elite e os militares brasileiros, claramente se enquadrava no que se estabeleceu no imaginário popular como a famigerada “ameaça comunista”. Além disso, o diálogo do presidente com Cuba e China, países socialistas, sempre incomodou a casta política nacional. Desse modo, sob a premissa de impedir tal paradigma governamental, a elite brasileira uniu-se aos militares e, apoiados pelo brado popular concretizado na Marcha da Família com Deus pela Liberdade, cujo lema era “O gigante acordou”, instituíram um Golpe de Estado. Em outros termos, deu-se um ato violento e não consentido contra o presidente da República e, assim, começou o longo governo dos militares. Portanto, a metáfora do *impeachment* como golpe refere-se a este trágico episódio da história política nacional e enquanto estratégia discursiva visa reativar a memória da população na tentativa de frear sua “atualização” no século XXI.

Com efeito, entende-se que há de fato significativas similaridades entre o *impeachment* de 2016 e o fatal evento de 1964, bem como pontuais dissimilaridades. Em termos gerais, reacendeu-se na esfera política brasileira a temida “ameaça comunista”,

supostamente próxima do paradigma governamental estabelecido durante doze anos de presidência petista, reconhecidamente um partido que, de modo inédito, concentrou grande parte de seus esforços em políticas sociais. Paira no imaginário popular a ideia de que um governo que se preocupa com o povo é comunista e, portanto, deve ser extinto. Prova disso é a ignóbil e aviltante associação que se fez entre Paulo Freire, o mais distinto e mundialmente reconhecido educador brasileiro de todos os tempos, e a “doutrinação marxista”, conforme se pôde notar entre os desmemoriados que clamavam por uma intervenção militar nas manifestações de 2015. Tamanho desconhecimento sobre o legado do autor e sobre o que supostamente seria uma “doutrinação marxista” apenas evidencia o quanto o país é carente de esclarecimento e de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento da educação. Além disso, outros fatores que aproximam a deposição de Dilma à de Jango são a crise econômica, os altos índices de inflação e um veemente engajamento da oposição, que prejudicaram a popularidade e a governabilidade de ambos e, portanto, tornaram a crise política insustentável. A maior dissimilaridade, por sua vez, diz respeito ao modo utilizado pela oposição para depor os presidentes; Jango, como se sabe, foi retirado à força pelos militares, enquanto Dilma foi deposta pelo Poder Legislativo, que aprendeu a lição de 1964 e utilizou o método descrito por Van Dijk (2008): gradativamente construiu e disseminou um consenso que convenceu a opinião pública a enxergar no *impeachment* a solução para a crise.

FIGURA 11: Charge “1964 X 2016”, em 2016



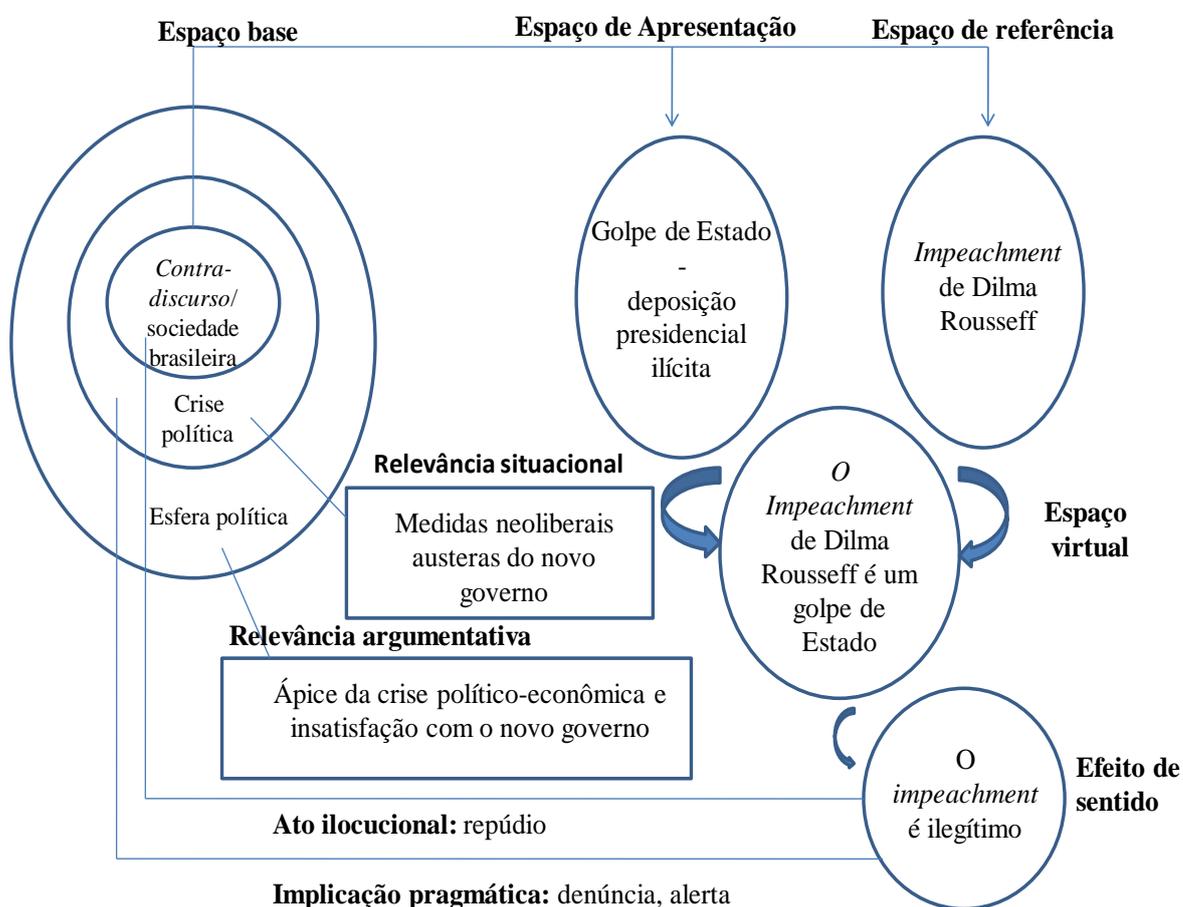
Fonte: <https://latuffcartoons.wordpress.com/2016/05/#jp-carousel-4678>

Ressignificada, então, no período 2015/2016, notam-se dois estágios da metáfora: o primeiro antes do *impeachment*; o segundo logo após sua validação. De fato, como dito anteriormente, a campanha disseminada pelo *discurso dominante* – alavancada por meio das metáforas “pedalada fiscal” e “não vou pagar o pato” – apoiando-se no colapso financeiro do país convenceu grande parte da população, até mesmo entre os que reelegeram Dilma Rousseff em 2014, de que o impedimento da presidente seria a solução da crise político-econômica. Mesmo assim, embora a amplitude pragmática da campanha tenha sido notável, muitos brasileiros questionavam esta tese e, mais do que isso, repudiavam-na. Deflagra-se, com isso, a primeira estratégia discursiva relevante do *contra-discurso*, representante fragmentado das esferas sociais menos privilegiadas e dos veículos de comunicação menos influentes e que enxergavam no *impeachment* um Golpe de Estado. Portanto, nesse primeiro momento tentava-se ainda evitar o processo, não porque se negasse a crise ou os erros de gestão do PT, mas porque entendia-se que tamanha reconfiguração na esfera política estava sendo elaborada para reverter o resultado das eleições de 2014. Ora, como prometeu Aécio Neves, a oposição seria “incansável, inquebrantável e intransigente”. Para tanto, não apenas gradualmente desmantelou-se a governabilidade do PT, mas ampliou-se o volume de adeptos do *impeachment*, atribuindo ao governo total responsabilidade pela crise e acusando-o de prejudicar a população brasileira. Nesse sentido, nota-se que o *contra-discurso* começa a tentar se inserir na coautoria do consenso da época, ainda que em menor escala e, conseqüentemente, com menor amplitude pragmática.

De qualquer forma, todas as mudanças e reformas instituídas após o impedimento de Dilma Rousseff fatalmente apontaram para a confirmação da hipótese do *contra-discurso*, isto é, as várias medidas de austeridade pós-*impeachment* sinalizaram, de modo mais esclarecedor, as verdadeiras razões do processo, de modo que a metáfora foi se fortalecendo no consenso que, agora já com maior amplitude pragmática, começava a desintegrar a certeza de que a crise político-econômica se resolveria. Fato é que Michel Temer foi extremamente veloz em promover seu paradigma governamental – o qual, diga-se de passagem, está plenamente sintonizado aos interesses da esfera empresarial e do mercado financeiro, como mais à frente se pretende demonstrar. Sublinhe-se, também, que a primeira medida adotada foi blindar a suposta ilegalidade da “pedalada fiscal”, o que escancara a premeditação do *impeachment*, afinal, inserir a pedalada na legislação é um sintoma de que ela não caracteriza uma ação criminosa, ela apenas não constava na Constituição. Não obstante, uma radical e controversa nomeação de ministros também marcou os primeiros dias de seu mandato – oito deles,

inclusive, investigados pela Operação Lava-Jato. No entanto, ainda não é hora de esmerilhar as ações de Michel Temer, que, segundo estatísticas, é o presidente mais impopular de toda a história da política brasileira. Ressalte-se apenas que na pauta principal do governante estão numerosas privatizações de empresas estatais, reformas preocupantes em setores vitais para o funcionamento social e “flexibilizações” de direitos sociais básicos. Segue abaixo a análise, concentrada neste segundo estágio discursivo da metáfora, por ser mais relevante ao contexto em questão:

FIGURA 12: Análise da metáfora 3.2.3 aplicada ao modelo da arquitetura dos espaços



Fonte do original: MENDES; MIRANDA, 2016, p. 247.

No *espaço de apresentação*, portanto, figura o Golpe de Estado, isto é, a deposição presidencial ilícita, que compartilha suas propriedades com o processo de *impeachment* contra

Dilma Rousseff ocorrido em 2016, presente no *espaço de referência*. Dessa forma, emerge no *espaço virtual* a ideia de que o processo contra a presidente constitui um Golpe de Estado e, por isso, o efeito final de sentido caracteriza-o com um ato ilegítimo. Repudiando-o, então, por meio de um ato ilocucional, o *contra-discurso* – ou seja, os representantes das esferas sociais menos privilegiadas e as mídias de menor expressão – visa alertar a população brasileira e denunciar a manobra política contra a presidente, em vista das medidas de austeridade estabelecidas pelo novo governo, as quais representam o espaço de *relevância situacional*. Sendo assim, a crise político-econômica atinge suas proporções mais hiperbólicas e a insatisfação contra o novo governo vai ficando cada vez mais evidente, principalmente porque a paciente e cuidadosa estratégia discursiva que produziu o consenso que destituiu Dilma Rousseff encerrou sua empreitada e, assim, o *discurso dominante*, em certa medida, deixou de se preocupar com a opinião pública. Prova disso é o que se pretende demonstrar a partir da análise da próxima metáfora.

3.2.4 O Pato de Troia

Igualmente uma estratégia do *contra-discurso* para criticar as drásticas reconfigurações na esfera política brasileira e suas funestas consequências a partir de 2016, a metáfora do *Pato de Troia* não apenas dialoga com a metáfora anterior, mas é, também, uma crítica direta à campanha da FIESP e visa expor os agentes idealizadores da campanha antigovernista, bem como ampliar a participação do *contra-discurso* no desenvolvimento do consenso da época. Assim sendo, a princípio importa avaliar as referências contextuais que fomentaram o nascimento e a expansão da metáfora, para esclarecer sua participação no cenário político brasileiro. De fato, imediatamente após a publicação, em setembro de 2015, da metáfora-lema da FIESP – “não vou pagar o pato” – o *Pato de Troia* surgiu em artigos de opinião em blogs e jornais digitais de menor expressão denunciando a estratégia discursiva da campanha em repúdio aos impostos e ao governo petista. Desde o início, portanto, desconfiou-se da estratégia do manifesto assinado por Paulo Skaf, proeminente empresário filiado ao PMDB. Desse modo, a primeira crítica sugerida apoia-se no questionamento sobre quem, então, iria “pagar o pato”, isto é, como se resolveria a crise econômica que fez o governo petista optar pelo aumento dos impostos. Não obstante, após o impedimento de Dilma Rousseff, a metáfora desdobrou sua ressignificação e se fortaleceu na esfera política em vista das medidas de austeridade instituídas pelo governo peemedebista, as quais

favoreciam a classe empresarial e que, portanto, começaram a esclarecer quem definitivamente não iria “pagar o pato”. Além disso, a evidente referência à epopeia homérica que trata da guerra de Troia, episódio significativo na história da literatura da Antiguidade, na qual um engenhoso arдил camuflou o exército grego e fez com que os troianos inadvertidamente perdessem a guerra dentro de seus próprios muros, sugere que a esfera política brasileira de fato estava “em guerra”. Sendo assim, importa esclarecer quem são os protagonistas do bélico contexto desenvolvido em 2016.

Como já foi dito, entende-se que após a reeleição de Dilma Rousseff em 2014 a oposição se engajou, agravando a crise político-econômica e tornando insustentável a governabilidade do Partido dos Trabalhadores. Desse modo, já é possível notar que se desenvolveu uma evidente polarização ideológica na esfera política, acentuada em virtude das intensas manifestações de 2015, as quais se subdividam, por sua vez, entre os que clamavam pelo *impeachment* e os que o apontavam como Golpe de Estado. Mesmo assim, faltava o esclarecimento, entre os convencidos de que o *impeachment* era a solução para crise, de que os representantes do *discurso dominante* advogavam em causa própria, como doravante se pretende demonstrar. Entre as razões que corroboram esta hipótese estão três medidas cruciais tomadas pelo governo peemedebista, supostamente para contornar a crise econômica, mas que simbolizam, sobretudo, um monumental impacto negativo às esferas sociais mais frágeis do país. São elas a PEC do teto dos gastos, a Reforma Trabalhista e a Reforma da Previdência. Entende-se que cada uma delas cumpre uma função específica na agenda do plano de governo do PMDB e, em certa medida, está sintonizada aos interesses das esferas sociais mais proeminentes do país, sobretudo a classe empresarial, principal beneficiária das medidas. Além disso, outro fator que confirma o teor autoritário e negativo dessas ações é o evidente repúdio da população brasileira a partir de 2016, que só então se deu conta de que *impeachment* não era um “fim”, mas um “meio”. Importa, portanto, brevemente apresentá-las, para esclarecer quais são seus objetivos e seus impactos pragmáticos na alarmante situação da esfera política brasileira.

A PEC 55/2016, conhecida como “PEC do teto dos gastos”, uma das primeiras ações apresentadas por Michel Temer ao assumir a presidência, foi aprovada pelo Senado em dezembro de 2016 e impõe um limite fixo para o teto dos gastos primários por um período de vinte anos. Idealizada, portanto, para diminuir as despesas do governo federal e, assim, tentar manejar a crise econômica, a PEC sofreu na época diversas críticas de especialistas porque

fatalmente prejudicaria as classes sociais menos favorecidas, que dependem diretamente de investimentos do governo federal para ter acesso a direitos sociais básicos, em especial nas áreas da educação e da saúde. Com o congelamento do teto dos gastos nestes setores, portanto, uma eventual melhora da esfera econômica não se aplicaria a estas áreas, o que em longo prazo se traduziria em uma diminuição de recursos públicos. Grosso modo: se a receita subir, proporcionalmente os gastos nessas áreas diminuirão, fato que implicaria drástica reformulação de numerosas políticas públicas, sobretudo as referentes à assistência social. Outro fator importantíssimo é que a dívida pública, apontada no texto oficial da PEC³⁷ como principal motivo para sua validação, fica de fora do congelamento; grosso modo: proporcionalmente, o gasto com a dívida se multiplicará a cada ano, ou seja, à medida que a receita federal aumentar. Portanto, evidentemente há um conflito entre os interesses da população e os interesses do governo, principalmente porque cabe ao segundo resolver quais são as prioridades de investimento no país.

Outra medida visivelmente controversa é o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 38/2017³⁸, conhecido como Reforma Trabalhista e aprovado em julho de 2017 pelo Senado Federal. O texto reformulou mais de cem artigos presentes na Consolidação das Leis de Trabalho (CLT) e apoia-se primordialmente no que foi apresentado como “flexibilização dos direitos trabalhistas”. Em termos gerais, portanto, a medida desconstrói determinados direitos do trabalhador garantidos por lei e transfere o estabelecimento das cláusulas e condições de trabalho basicamente a um contrato provisório feito entre os empregadores e os empregados. Entre os pontos principais destacam-se a remuneração, a jornada de trabalho, o plano de carreira e as demissões; eis a flexibilização. Claramente essa medida favorece os empregadores, que obterão significativo poder de barganha sobre os empregados, os quais, em vista dos índices de desemprego implicados na crise político-econômica, fatalmente estarão suscetíveis a aceitar os termos estabelecidos. Há, evidentemente, muitas outras modificações relevantes no texto da Reforma, mas, de qualquer forma, evidencia-se como o governo pretende absorver os prejuízos da crise econômica: transferência de ônus, tal como foi repudiada pela campanha da FIESP a respeito do aumento dos impostos.

³⁷ Ver texto integral da PEC 55/2016: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/127337>

³⁸ Ver texto integral do PLC 38/2017: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/129049>

Finalmente, entre as impopulares medidas de Michel Temer – que, diga-se de passagem, se aposentou aos 55 anos – figura a PEC 287/2016³⁹, conhecida como Reforma da Previdência, cujas implicações serão extremamente significativas caso seja aprovada. A premissa do projeto é a de que a Previdência Social, nos termos atuais, prejudica as contas públicas, pois “consome” em torno de 13% da arrecadação do país. Por isso, grosso modo, as principais cláusulas da reforma visam não apenas aumentar o tempo de contribuição e a idade mínima para requerer o benefício, mas também reduzir o teto da aposentadoria em quase todas as categorias. A controversa reforma, portanto, implica mais uma vez atribuir à população brasileira o ônus da crise econômica e, não obstante, simboliza harmonia com os interesses da classe empresarial, pois força os trabalhadores, já impactados pela Reforma Trabalhista e pelo desemprego no país, a expandirem seu tempo de serviço para conquistarem o direito constitucional. De fato, a reforma ainda não foi aprovada não apenas porque é extremamente impopular, mas porque se aproximam as eleições de 2018, fato que preocupa os parlamentares, já que pode se traduzir em repúdio da opinião pública e, conseqüentemente, impedir renovações de mandato. Desse modo, Michel Temer encontra resistência para aprovar o projeto até mesmo entre os seus aliados, os quais, evidentemente, estão cientes da impopularidade do governante. Mesmo assim, o governo ainda tenta angariar os votos necessários no Congresso, o que novamente evidencia seu descaso com a opinião pública.

Não obstante às austeras medidas para contornar a crise econômica, o governo manobra também a crise política que, incrivelmente, não esmorece a obstinação do presidente e, surrealmente, também não abala sua governabilidade, a despeito dos inúmeros casos comprovados de corrupção que implicam sua base aliada dentro do âmbito da Operação Lava-Jato. Além da bombástica delação premiada de Marcelo Odebrecht, que comprometeu numerosos aliados de Temer no Congresso, destacam-se dois extraordinários episódios da crise política brasileira que passaram relativamente inócuos: (i) um áudio⁴⁰ entre o senador Romero Jucá (PMDB) e Sérgio Machado, ex-presidente da Transpetro, no qual debatiam a necessidade do *impeachment* de Dilma Rousseff e o relacionavam a um “pacto” para frear a Lava-Jato. E (ii) um áudio⁴¹ apresentado por Joesley Batista, proeminente empresário do ramo agropecuário, no qual relata ao presidente sua “boa relação” com Eduardo Cunha (PMDB),

³⁹ Ver texto integral da PEC 287/2016: http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1514975

⁴⁰ Ver transcrição do áudio: <http://painelpolitico.com/leia-transcricao-na-integra-da-conversa-entre-juca-e-sergio-machado/>

⁴¹ Ver transcrição do áudio: <https://jornalistaslivres.org/2017/05/transcricao-de-audio-michel-temer-e-joesley-batista/>

protagonista no impedimento de Dilma e que, preso pela Operação Lava-Jato em outubro de 2016 por corrupção e lavagem de dinheiro, poderia aproveitar a “safra de delações” para eventualmente comprometer o governo peemedebista; Temer sugeriu apenas que deveria ser mantida a “boa relação” com o ex-presidente da Câmara dos Deputados, fato que evidencia, no mínimo, sua condescendência com as espúrias manobras do parlamentar. De fato, como não é o objetivo deste texto afunilar análises de conjuntura política, sublinham-se superficialmente apenas os fatos mais significativos do período em questão para, a partir disso, deflagrar a atuação de determinadas metáforas. Por isso, em vista das austeras medidas econômicas e dos “inócuos” flagrantes de corrupção, o *Pato de Troia* é a súpula do que pensa o *contra-discurso* a respeito da conjuntura política brasileira. Assim sendo, importa recapitular a análise da metáfora, para deflagrar sua relevância diante deste cenário.

FIGURA 13: Charge “O Pato de Troia”, em 2016

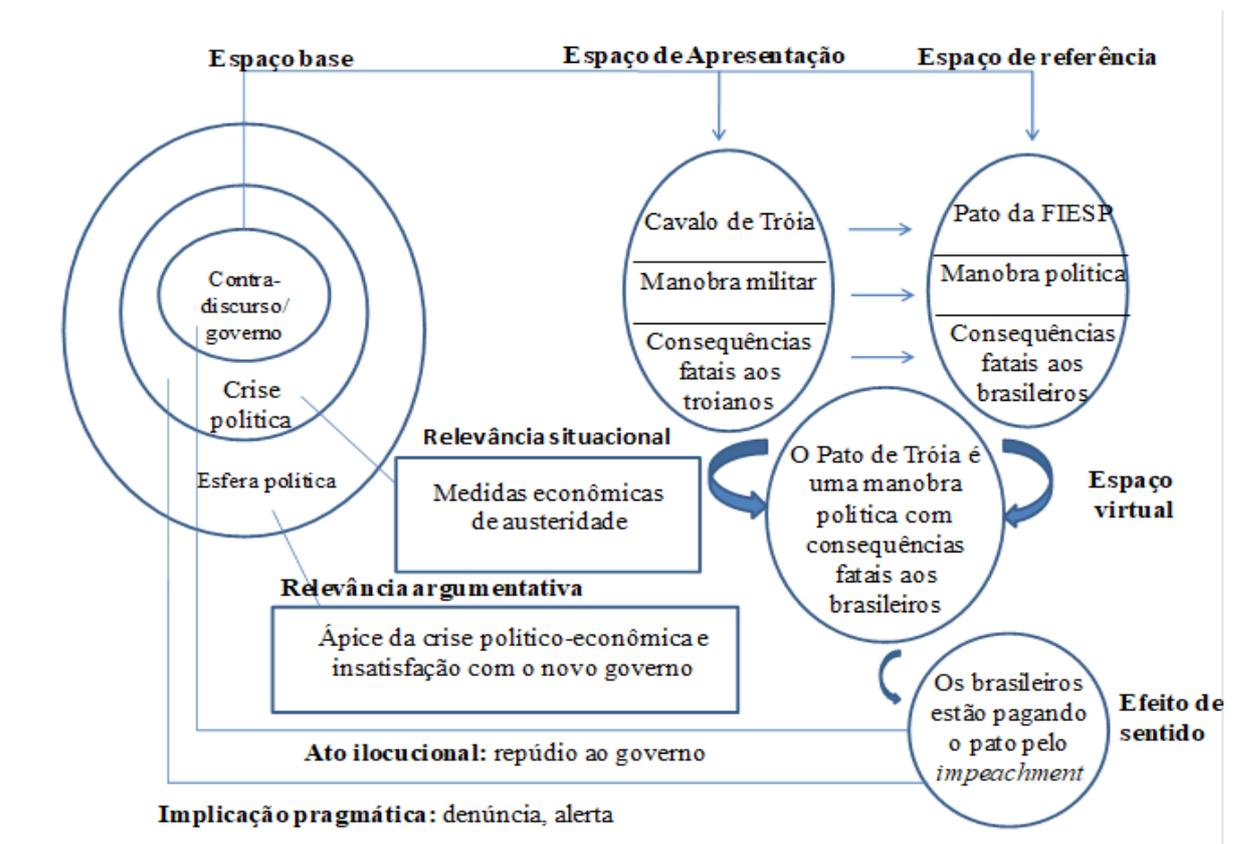


Fonte: <http://averdade.org.br/2016/07/charge-que-os-ricos-paguem-o-pato/>

Elaborada, então, como estratégia discursiva para repudiar o governo peemedebista e alertar a população brasileira, a metáfora do *Pato de Troia*, como já foi dito, enxerga na campanha antigovernista que validou o *impeachment* de Dilma Rousseff uma aliança entre as esferas sociais mais proeminentes do país não apenas para reverter o resultado das eleições de 2014, mas, sobretudo, para imprimir no país um plano de governo que dificilmente seria aceito pelo voto popular. Por isso entende-se que o *Pato de Troia* representa a reação do *contra-discurso* em um período no qual o *discurso dominante* parou de se preocupar com a engenharia do consenso e passou a compelir seus planos econômicos no país. Nesse sentido,

comparado a Troia, sugeriu-se que o Brasil “perdeu a guerra” por meio de um engenhoso artil que fez com que a população, em certa medida, facilitasse a deposição de Dilma – por meio do massivo apelo popular das manifestações de 2015 – e permitisse, inadvertidamente, a execução de um plano de governo que representa, metaforicamente, uma fatalidade à conjuntura política do país. Com efeito, nos termos de Oakley (2009), a estratégia bélica simbolizada no Cavalo de Troia figura no *espaço de representação* e compartilha com o Pato da FIESP, metonímia da campanha antigovernista, suas referências e propriedades semânticas, as quais são projetadas no *espaço virtual* e constroem a premissa do silogismo: a campanha da FIESP representa uma manobra política com consequências fatais aos brasileiros. Assim, em vista das medidas econômicas de austeridade, o *contra-discurso* repudia o governo e tenta alertar a população ao denunciar a estratégia da campanha antigovernista, a qual fez com que os brasileiros clamassem pelo impedimento da ex-presidente petista, para, finalmente, apresentar a conclusão de sua própria estratégia discursiva: os brasileiros estão “pagando o pato” pelo *impeachment*. Segue abaixo a análise.

FIGURA 14: Análise da metáfora 3.2.4 aplicada ao modelo da arquitetura dos espaços



Fonte do original: MENDES; MIRANDA, 2016, p. 247.

De qualquer forma, fica evidente o quanto a implicação pragmática concretizada pela estratégia do *contra-discurso* é menor do que a de uma campanha massiva como a que está sumarizada no Pato da FIESP, que de fato conseguiu realizar drásticas reconfigurações na esfera política brasileira. Isso apenas confirma o que foi descrito por Van Dijk (2008) acerca dos meios e modos de controle social possíveis através dos recursos facultados pela linguagem, principalmente no que diz respeito à engenharia de um consenso, amplamente disseminado, que oficializa uma determinada “leitura do mundo” e, a partir disso, é capaz de influenciar o comportamento dos receptores. Com efeito, importa agora apresentar as conclusões das análises contidas neste capítulo e relacioná-las ao objetivo central da presente pesquisa: esclarecer em definitivo como e porque os processos de metaforização atuantes na esfera política brasileira entre 2013 e 2016 podem ser entendidos como estratégias discursivas que conseguiram, nas devidas proporções, conduzir a interpretação da experiência, impactar o comportamento do povo brasileiro e, finalmente, promover reconfigurações políticas.

FIGURA 15: “Tchau, querida”, em 2016



Fonte: <http://www.jogodopoder.com/blog/politica/tchau-querida-camara-aprova-impeachment-de-dilma/>

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dizia Nietzsche que a verdade é um exército de metáforas, metonímias e antropomorfismos, afinal, é na linguagem que o homem ancora sua “odisseia semântico-existencial”. De um jeito ou de outro, é imprescindível recorrer a um filtro para o processamento da experiência, sem o qual nos limitaríamos a um desmemoriado e inconsequente *carpe diem* determinado pela arbitrariedade das circunstâncias. Seres semânticos, portanto, arquivamos nossas experiências objetivas para construir verdades subjetivas, por meio de reciclagens conceituais que permitem a cíclica atualização de certezas provisórias; forjamos, cognitivamente, nosso próprio “mundo real”, isto é, nossa semântica empírica, conceitual e, inexoravelmente, cotidiana. Além disso, seres sociais, nos habituamos ao compartilhamento de experiências processadas e temos uma tendência quase natural a tomar como verdade as perspectivas e conclusões de pessoas ou instituições cujo *ethos* é proeminente e legitimado; ou seja, ocasionalmente balizamos a potencial amplitude de nossos filtros conceituais – por anuência, por conveniência ou por ignorância – e nos apropriamos de verdades estabelecidas por filtros alheios. Em suma, somos conceitualmente recicláveis e em alguma medida nos acostumamos a inconscientemente “pagar tributo” a determinados discursos, legitimados, muitas vezes, unicamente porque são produtos das relações de poder embutidas nas práticas sociais.

De fato, ao longo desta breve narrativa foi possível dissertar sobre importantes dimensões acerca do funcionamento orgânico da sociedade que trazem à tona alguns dos meios e modos utilizados para entronizar verdades provisórias e processar as experiências sociais cotidianas. Sendo assim, buscou-se mapear, de modo panorâmico e a partir de um contexto sócio-histórico específico, o funcionamento da cognição social, isto é, o processamento cognitivo da experiência condicionado pela vida em sociedade, responsável por determinar não apenas a identidade e o comportamento dos sujeitos, mas também por eventualmente consolidar suas verdades eletivas. Além disso, enxergou-se na esfera política uma das mais relevantes dimensões do condicionamento da experiência coletiva, afinal, é ela quem determina o funcionamento orgânico de determinada sociedade e, portanto, impacta individualmente cada um dos seus integrantes. Desse modo, a análise do recorte contextual estabelecido pela pesquisa tentou ilustrar como os recursos facultados pela linguagem tornam-se filtro de processamento da experiência e, mais além, como a elaboração de determinadas estratégias discursivas é capaz de manipular esse processamento. Não obstante, sendo a

metaforização um dos maiores valiosos recursos semântico-cognitivos da existência humana, priorizou-se a avaliação da amplitude pragmática de suas atuações discursivas; isto é, as metáforas selecionadas foram entendidas como partes integrantes de um encadeamento discursivo que utilizou a cognição social para gerir o funcionamento da esfera política brasileira no período em questão. Por isso, entende-se que as profundas reconfigurações políticas entre 2013 e 2016, nas devidas proporções, são reflexos da atuação de recursos linguísticos que, por meio do discurso, foram capazes de influenciar o comportamento coletivo da população e, conseqüentemente, impactar a gestão da esfera política nacional.

Além disso, nesse caso específico, entende-se que algumas das estratégias mais relevantes que fizeram das metáforas recursos de manipulação semântico-cognitiva apoiaram-se em perspectivas ideológicas originárias das esferas sociais proeminentes que, fatalmente, exercem dominação sobre as demais. Prova disso é o *impeachment* de Dilma Rousseff, entendido como um evento discursivo idealizado pela oposição ao governo que pacientemente consolidou um consenso responsável por estabelecer como verdade provisória a inadmissibilidade de uma manobra fiscal, tornando-a passível de uma das mais severas punições a um presidente eleito democraticamente. Tal idealização, como se pôde perceber ao longo do terceiro capítulo deste texto, foi legitimada porque, em consonância ao que teorizou Van Dijk (2008), o *discurso dominante* utilizou a cognição social para influenciar o modo como a população brasileira experienciou a crise político-econômica no país, afetando, com isso, seu comportamento coletivo. Mesmo assim, também foi possível rastrear a relevância das estratégias elaboradas pelo *contra-discurso* para denunciar e repudiar as manobras de seus “adversários ideológicos”, ainda que com amplitude pragmática visivelmente reduzida. De qualquer forma, entende-se que as leituras de mundo que permearam tão intempestivo período da política brasileira orientaram-se por posicionamentos ideológicos que eventualmente apresentaram o *impeachment* como solução para crise e, mais além, também a agravaram. Em outros termos, o *discurso dominante* não apenas manipulou a cognição social, manipulou também a crise, tornando-a margem de manobra para engendrar no país um plano de governo específico.

Sendo assim, importa recapitular de modo panorâmico as principais estratégias discursivas sumarizadas nas metáforas para esclarecer em definitivo as conclusões da análise. A princípio, a incipiente crise da economia no início de 2013, fruto da redução do valor das *commodities* – principal fonte de exportação do país – e, conseqüentemente, do decréscimo do

PIB nacional, desencadeou também um crise política, pois o governo foi gradualmente sendo apontado como mau gestor da esfera pública. Além disso, investigações federais, como a CPI da Petrobrás e a Operação Lava-Jato, contribuíram para a construção de um descontentamento generalizado que foi oportunamente canalizado em manifestações populares, as quais, a princípio, baseavam-se em eventos circunstanciais, a exemplo do aumento das tarifas dos transportes coletivos e dos gastos astronômicos com eventos esportivos. Tal descontentamento, então, foi sendo traduzido em uma onda de protestos, debutada pelas *Jornadas de junho*, que alavancou a transformação da crise da economia em uma crise político-econômica. Desse modo, as primeiras metáforas relevantes desse período buscavam recrutar a população brasileira ao engajamento político, por meio da incitação à mobilização pela garantia de direitos sociais básicos. Assim, o primeiro silogismo relevante foi composto de duas metáforas: O gigante acordou, logo, vem pra rua. Surtindo efeito, essa onda inicial de protestos principiou uma significativa mudança no comportamento coletivo e, conseqüentemente, conseguiu impactar a agenda do governo, o qual teve que retroceder em algumas decisões, a exemplo da PEC 37. Nota-se, com isso, que as metáforas representaram um consenso, uma verdade provisória, que àquele momento baseava-se na construção de uma unidade discursiva tida como necessária para a validação das reivindicações.

De fato, em vista dos provisórios resultados alcançados, a efêmera unidade nacional propiciou o afunilamento das reivindicações, concentradas, entre 2013 e 2014, em um veemente repúdio à realização da Copa do Mundo no país, a qual se materializou em um novo silogismo metafórico: Não vai ter Copa, porque queremos saúde e educação padrão-FIFA. Com efeito, de modo geral a população brasileira reforçou suas verdades provisórias baseadas na reivindicação de direitos sociais – mas, ainda assim, o povo não deixou de assistir à Copa e, muito menos, de lamentar seu vergonhoso resultado. Na verdade, talvez o grande legado do evento esportivo seja uma mácula no patriotismo “canarinho”, isto é, no patriotismo alicerçado sobre a seleção brasileira de futebol, a qual sofreu a derrota mais humilhante de toda a sua história. Não obstante, o resultado das eleições para a presidência da República encarregou-se, em certa medida, de perpetuar a onda de mobilizações que, em vista da reeleição de Dilma Rousseff, foi fagocitada pelo *discurso dominante*. Nesse sentido, a próxima metáfora – sete a um – é significativa à esfera política porque simbolizou o engajamento da oposição, e não porque sumarizou brados políticos, a exemplo das metáforas anteriores. Sendo assim, deflagrou-se uma veemente campanha antigovernista, idealizada pelas esferas sociais proeminentes, as quais instituíram novas verdades provisórias, baseadas

na má gestão econômica do país e que objetivavam uma eventual deposição da presidente reeleita. Em outros termos, o fim da Copa e o resultado das eleições presidenciais se tornaram condições de produção de um consenso que apresentou o *impeachment* como solução para a crise político-econômica.

Nesse sentido, materializando seu engajamento, a oposição ao governo desferiu sua primeira investida explícita contra o Partido dos Trabalhadores, por meio da metáfora da pedalada fiscal, a qual foi apontada como crime de responsabilidade e, conseqüentemente, agravou a crise. A esta altura, em 2015, portanto, não apenas o engajamento da oposição prejudicou o governo, mas a crise político-econômica alcançou seu ápice e obrigou o PT a manejar o *déficit* da economia. No entanto, a proposta de aumento dos impostos impulsionou ainda mais a insatisfação popular e serviu de munição às condições de produção do consenso, o qual, idealizado pelo *discurso dominante*, baseou-se em repúdio direcionado ao governo, por meio da insidiosa campanha da FIESP, cujo silogismo metafórico era o seguinte: Não vou pagar o pato, logo, *impeachment* já. Assim, evidenciou-se uma campanha antigovernista extremamente eficiente e amplamente divulgada pelos principais veículos de comunicação do país, que recrutou grande parte do povo brasileiro a clamar pelo impedimento de Dilma Rousseff. Com efeito, validado o processo em 2016, a oposição assumiu o comando do país e passou a aplicar medidas austeras e visivelmente impopulares, as quais foram repudiadas, inicialmente, pelo *contra-discurso*, mas, posteriormente, por quase todos os setores da sociedade, que só então se deram conta de que o impedimento de Dilma não fora idealizado para resolver a crise político-econômica, e sim para impor uma agenda neoliberal no país por meio da fragilização de direitos sociais básicos e da abertura do mercado. Desse modo, também o *contra-discurso* lançou mão de suas metáforas para repudiar o governo peemedebista e tentar construir um novo consenso com o objetivo de evidenciar para a população as manobras políticas responsáveis pelo intenso cenário de retrocesso. Assim, tem-se: (i) *impeachment* é golpe e (ii) o Pato de Troia.

Portanto, fica claro o quanto a esfera política reconfigurou-se de modo tão drástico em tão curto período, em grande parte porque consecutivos consensos metafóricos foram estabelecidos como verdades provisórias e, amplamente disseminados, tanto pelas manifestações quanto pela grande mídia, recrutaram boa parte da população brasileira a assumir um comportamento incisivo. Por isso, ao longo da pesquisa buscou-se evidenciar como os recursos facultados pela linguagem, em especial a metaforização, se tornam

elementos cruciais de interpretação das experiências cotidianas e, conseqüentemente, podem ser capazes de alterar o comportamento dos sujeitos. Desse modo, no recorte contextual selecionado observou-se como determinadas metáforas cumpriram a função de se tornarem gatilhos semântico-cognitivos e, assim, conduzirem a interpretação da experiência ao fomentarem efeitos de sentido destinados a acionar campos mentais específicos. Não obstante, também foi possível perceber a construção de um encadeamento discursivo que, sumarizando-se nas metáforas, fez com que o consecutivo desenvolvimento de consensos fosse capaz de alterar drasticamente o funcionamento orgânico da sociedade à época. Com isso, entende-se que os efeitos de sentido, ideologicamente motivados e discursivamente disseminados, em certa medida orientaram a cognição social e se tornaram parâmetros de interpretação dos fatos sociais.

Conclui-se, finalmente, que a intimidade entre pensamento e linguagem orienta-se por meio de uma espécie de atualização de experiências processadas e armazenadas na memória permanente e, dessa forma, entende-se que a delimitação de estratégias discursivas idealizadas para manipular o processamento e a interpretação de novas experiências é uma das mais poderosas dimensões da cognição social. Por isso, as virtudes da metáfora, isto é, as potencialidades semântico-cognitivas dos processos de metaforização se destacam como eficientes estratégias discursivas, pois acionam memórias anteriores e, com isso, podem ser manipuladas discursivamente para legitimar determinados auspícios ideológicos, determinadas visões de mundo. Além disso, nota-se que a metaforização não é apenas uma ferramenta discursiva capaz de conduzir a interpretação da experiência, mas, sobretudo, um dos principais dispositivos semântico-cognitivos da existência humana, responsável por mediar a relação do homem com o mundo. Ora, como nos alertou Nietzsche, a verdade é um “exército de metáforas”, ou seja, a própria noção “realidade empírica” depende da mediação dos recursos da linguagem, de modo que o ser humano não tem acesso a uma suposta “essência das coisas”, apenas às suas representações semânticas, cognitivas e sociais. Portanto, enquanto seres semânticos, dependemos da linguagem para produzir sentido à nossa existência e, enquanto seres sociais, a utilizamos para compartilhar e atualizar as nossas experiências processadas. Em suma, somos metonímias do funcionamento orgânico da sociedade em que nos inserimos e, em grande medida, nos apoiamos em metáforas para processar as experiências cotidianas.

REFERÊNCIAS

- ARISTÓTELES. *Poética*. São Paulo: Cultrix, 1997.
- ARISTÓTELES. *Retórica*. São Paulo: Folha de São Paulo, 2015.
- AUSTIN, John L. *How to do things with words*. New York: Oxford University Press, 1965.
- BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 2014.
- BRANDT, Per Aage. *Spaces, domains and meaning: essays in cognitive semiotics*. Bern: Peter Lang, 2004.
- CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso político*. São Paulo: Contexto, 2008.
- DIAS GOMES. *O bem amado*. Rio de Janeiro: PocketOuro, 2010.
- FAUCONNIER, Gilles; TURNER, Mark. *The Way We Think: Conceptual blending and the mind's hidden complexities*. New York: Basic Books, 2002.
- FERRARI, Lilian. *Introdução à linguística cognitiva*. São Paulo: Contexto, 2014.
- LAKOFF, George; JOHNSON, Mark. *Metáforas da vida cotidiana*. São Paulo: Mercado das Letras, 2002.
- MARI, Hugo. *Os lugares do sentido*. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2008.
- MENDES, Paulo H. A.; MIRANDA, Maíra, A. *Cognição e discurso: análise de uma propaganda política*. In: EMEDIATO, Wander (org). *Análises do discurso político*. Belo Horizonte: FALE, 2016, p. 241-265.
- NIETZSCHE, Friedrich. *Sobre verdade e mentira no sentido extra-moral*. São Paulo: Hedra, 2007.
- OAKLEY, Todd. *From attention to meaning: explorations in semiotics, linguistics and rhetoric*. Bern: Peter Lang, 2009.
- ORWELL, George. *A revolução dos bichos*. Rio de Janeiro: Globo, 1987.
- PLATÃO. *República*. São Paulo: Editora Difusão Europeia do Livro, 1965. Vol. 2.
- RICOEUR, Paul. *Metáfora viva*. São Paulo: Edições Loyola, 2015.
- TOMASELLO, Michael. *A chave está na cognição social*. In: SIQUEIRA, Maity; OLIVEIRA, Ana Flávia Souto de. (Org.) *Cadernos de Tradução – Linguística cognitiva*. Porto Alegre: UFRGS, nº 31, 2012, p. 205-215.
- VAN DIJK, Teun A. *Discurso e poder*. São Paulo: Contexto, 2008.
- VYGOTSKY, Lev S. *Pensamento e linguagem*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

ANEXO DE METADADOS

1. O GIGANTE ACORDOU

1.1 Publicidade Johnnie Walker: “O gigante não está mais adormecido”, em 2011.



Fonte: <https://sowbuzzmarketing.wordpress.com/2014/04/05/exposicao-ideia-e-forma-alexandre-gama/>

1.2 Charge em referência a Jonathan Swift, em 2012.



Fonte: <http://paduacampos.com.br/2012/2014/07/14/cronicas-dicas-a-derrota-um-legado-indissoluvel/>

1.3 Faixa de manifestantes: “O gigante acordou”, em 2013.



Fonte: <https://sortimento.wordpress.com/2013/06/19/o-gigante-acordou/>

2. VEM PRA RUA

2.1 Cartaz de manifestantes: “vem pra rua”, em 2013



Fonte: <https://discutindoaredacao.wordpress.com/2013/06/18/vem-pra-rua-que-o-gigante-acordou/>

2.2 Faixa de manifestantes: “Vem pra rua que a luta é sua”, em 2013.



Fonte: <http://g1.globo.com/platb/files/2328/2013/06/sp4.jpg>

2.3 Publicidade: “#vempraruá”, em 2013.



Fonte: <https://siriuseng.wordpress.com/2013/06/24/ordem-e-progresso-o-gigante-acordou-ou- apenas-despertou-meio-sonolento/>

3. EDUCAÇÃO E SAÚDE PADRÃO FIFA

3.1 Faixas e cartazes de manifestantes: “Saúde e educação padrão FIFA”, em 2013.



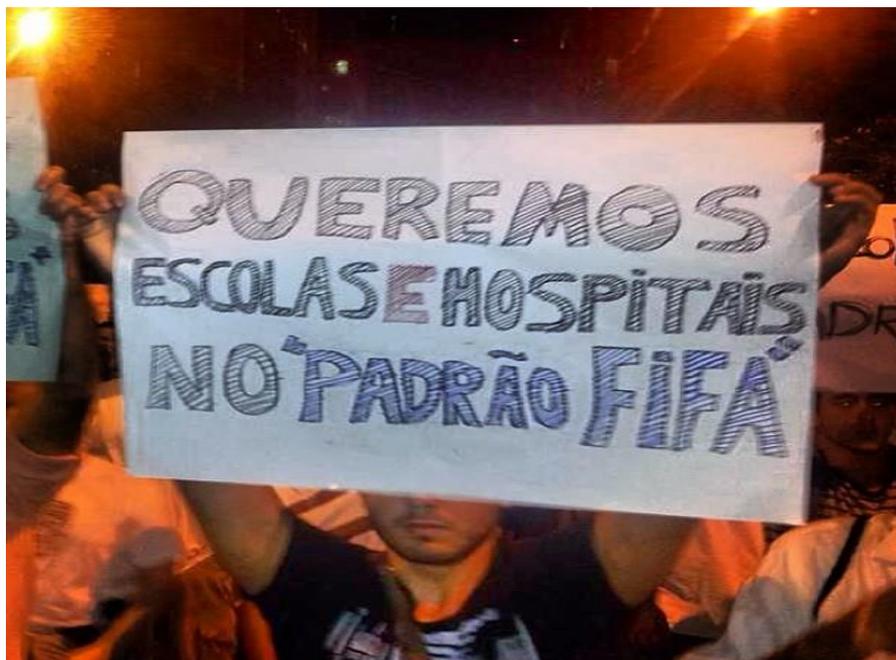
Fonte: <http://montezioncooperativadecultura.blogspot.com.br/p/fotos-historicas-de-lutas-trabalhos.html>

3.2 Cartazes de manifestantes: “Hospitais e escolas padrão FIFA”, em 2013.



Fonte: <http://g1.globo.com/platb/files/2328/2013/06/bsb2.jpg>

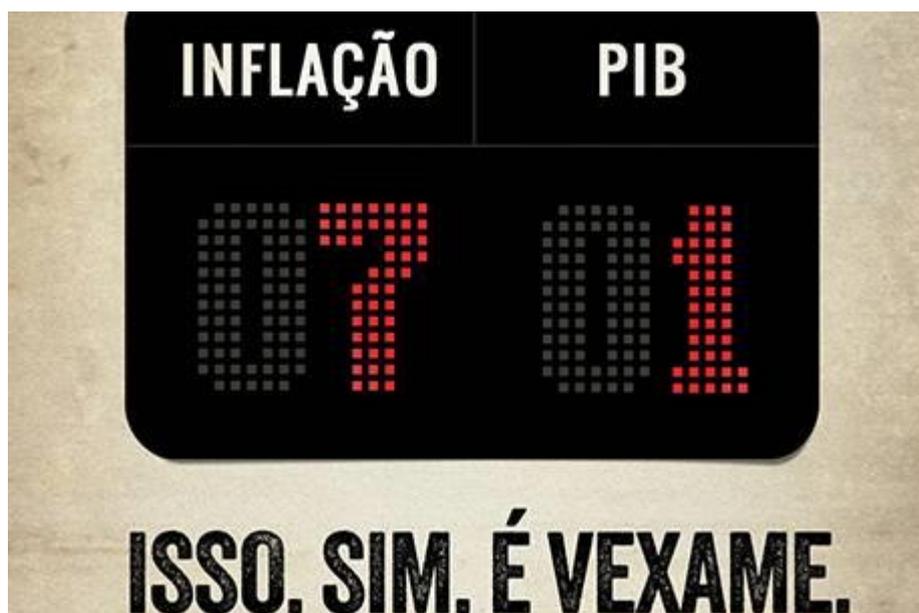
3.3 Cartaz de manifestante: “Queremos escolas e hospitais no padrão FIFA”, em 2014.



Fonte: <http://www.alcileneavalcante.com.br/alcilene/em-cartaz-a-copa-das-copas>

4. SETE A UM (7 a 1)

4.1 Publicidade: “O PIB e a inflação”, em 2014



Fonte: <http://blogs.ne10.uol.com.br/jamildo/2014/07/25/no-facebook-eduardo-campos-diz-que-inflacao-vai-vencer-pib-por-7x1/>

4.2 Publicidade de adesivos: “Todo dia um sete a um diferente”, em 2018.



Fonte: <https://www.colab55.com/@matamata/stickers/7x1>

4.3 Meme: “Todo dia um 7 a 1 diferente”, em 2016.



Humor Esportivo
@Humor_Esportivo

É todo dia um 7 a 1 diferente!



Fonte: http://midias.gazetaonline.com.br/_midias/jpg/2016/04/18/impeachment_4-4313237.jpg

5. PEDALADA FISCAL

5.1 Charge: “Pedala, Robinho!”, em 2015.



Fonte: http://www.jornalnh.com.br/_conteudo/2015/06/noticias/regiao/177946-pedaladas-fiscais-e-lava-jato-nas-charges-deste-sabado.html

5.2 Charge: “pedaladas fiscais”, em 2016.



Fonte: <https://social.stoa.usp.br/hugoguornik/blog/pedaladas-fiscais-violacao-das-normas-de-direito-financeiro-e-impeachment>

5.3 Faixa de manifestante: “Proibido pedalar”, em 2015.



Fonte: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2015/10/10/tcu-aponta-r-402-bi-em-pedaladas-em-2015.htm>

6. NÃO VOU PAGAR O PATO

6.1 Publicidade: “Diga não ao aumento dos impostos”, em 2015.



Fonte: <http://jornalouvidor.com.br/noticia/campanha-da-fiesp-nao-vou-pagar-o-pato-e-contra-au/5986>

6.2 Mascote da FIESP, em 2015.



Fonte: <http://fotografia.folha.uol.com.br/galerias/39970-nao-vou-pagar-o-pato-campanha-contra-cpmf>

6.3 Manifestação em frente à FIESP, em 2015.



Fonte: <http://gazetadotriangulo.com.br/tmp/colunas/meio-desligado-nao-vou-pagar-o-pato/>

7. O IMPEACHMENT É GOLPE

7.1 Charge: “Ceci n’est pas un coup d’Etat”, em 2016.



Fonte: http://www.lemonde.fr/idees/article/2016/03/30/bresil-ceci-n-est-pas-un-coup-d-etat_4892309_3232.html

7.2 Charge: “Lobo em pele de cordeiro”, em 2016.



Fonte: <https://latuffcartoons.wordpress.com/2016/05/#jp-carousel-4671>

7.3 Charge: “Olha, mãe! Sem militares”, em 2016.



Fonte: <https://www.cartacapital.com.br/revista/913/nunca-tive-duvidas-de-que-tramavam-um-golpe>

8. O PATO DE TROIA

8.1 Charge: “O Pato de Troia neoliberal”, em 2016.



Fonte: <https://www.revistaforum.com.br/mariafro/2016/07/20/o-pato-de-troia/>

8.2 Charge: “Tacar fogo no Pato de Troia”, em 2017.



Fonte: <http://www.sindbancarios.org.br/index.php/temer-e-fiesp-os-traidores-dos-trabalhadores/>

8.3 O pato em chamas, em 2017.



Fonte: <https://oglobo.globo.com/brasil/policiais-entram-em-confronto-com-manifestantes-em-ato-no-rio-21541823>